

# TESES POLÍTICAS PARA UMA ORGANIZAÇÃO MARXISTA REVOLUCIONÁRIA











## **TESES POLÍTICAS PARA UMA ORGANIZAÇÃO MARXISTA REVOLUCIONÁRIA**

1. O regime civil brasileiro cumpre um quarto de século, pretendendo resolver (ou ter resolvido), pela via capitalista, os problemas fundamentais da nação: independência nacional, soberania e desenvolvimento econômicos, questão agrária, miséria social, democracia política. O Brasil estaria inclusive liderando, através do Mercosul e da Unasul, um processo de integração continental, chegando até, com o chamado BRIC, a exercer um papel mundial de integração comercial, industrial e financeira dos países “periféricos”, que seria a única alternativa mundial à hegemonia do imperialismo norte-americano (ou do “império” sem nacionalidade, segundo outras teorias). O próprio imperialismo, do seu lado, concedeu a Lula o prêmio especial de “estadista global”, criado pelo Fórum Econômico Mundial de Davos, por ser um “modelo de estadista global”, que “mostrou um verdadeiro compromisso com todos os setores da sociedade, mantido com um crescimento econômico integrador e justiça social”.<sup>1</sup> O Brasil teria um papel incontestado de liderança continental

---

<sup>1</sup> Para os porta-vozes “sociais” do imperialismo, inclusive, com a crise da economia mundial, os EUA (e o mundo) deveriam olhar para o Brasil, isto é, para o “modelo Lula” (sic): “uma economia de mercado com programas sociais”, como única saída viável,



(deixando para trás, por exemplo, à Argentina), e seria já uma “potência global” do “Primeiro Mundo”, realizando, de modo inesperado e oblíquo, o sonho do “Brasil Potência” outrora acalentado pela ditadura militar. O governo Lula (seria exagerado e impróprio chamá-lo de “governo do PT”), última expressão da “democracia brasileira”, teria atingido tais feitos, de modo acabado e pela primeira vez, em quase dois séculos de vida independente do país. O PT, através do “Foro de São Paulo” e do Foro Social Mundial, seria também o eixo da reconstituição mundial da esquerda, depois do fim do “socialismo real”. A esquerda brasileira (tanto a “esquerda do PT”, quanto aquela fora deste) carece de uma crítica programática de conjunto a essa ideologia, limitando-se a críticas parciais, ou a uma rejeição ideológico-dogmática sem fundamento, o que significa dizer que carece de um programa alternativo, não só ao governo de Lula, mas ao regime social e político vigente, o que a condena a cumprir uma função, mais ou menos crítica, no interior do mesmo. Aceitando a idéia básica de que as nações atrasadas e oprimidas poderiam resolver as tarefas históricas pendentes da revolução democrática no quadro do capitalismo imperialista, excluindo a revolução operária e

---

diante das conseqüências da débâcle financeira e produtiva do capitalismo, iniciada com a crise nos EUA em 2007. A proposta foi definida, significativamente, menos pela sua aptidão para combater a pobreza, e mais como um “modelo de governança”, isto é, como uma salvaguarda para um regime social em crise.



camponesa (socialista). A tarefa de constituição de uma esquerda marxista e revolucionária no país está, portanto, posta plenamente, como desafio ideológico, como tarefa política e, finalmente, também como questão organizativa.

2. A chamada “democracia brasileira” é, na verdade, um regime bonapartista com fachada democrática, em que o decreto-lei (ou a “medida provisória” do Executivo, constantemente renovada) tem sido o método de governo fundamental, nos últimos 25 anos. As liberdades democráticas e alguns direitos sociais e políticos, conquistados em anos de dura luta contra a ditadura militar; a própria consciência democrática da população explorada, agem como limite e freio das tendências autoritárias “naturais” do regime político. O parlamento só faz valer suas prerrogativas para angariar fundos para suas cliques e currais eleitorais, mal articuladas nos chamados partidos políticos, que os “representantes populares” usam como siglas de aluguel, mudando constantemente de uma sigla à outra (seja de “direita” ou de “esquerda”). A administração do orçamento federal é fatiada entre os caciques dos partidos que fornecem a base do governo, o que obriga a apressadas recomposições das coalizões (e também a um apressado troca-troca de partidos) a cada eleição parlamentar ou presidencial. O “sistema partidário” brasileiro nunca conseguiu superar suas taras de origem. Perpassando suas diversas composições, a corrupção revelou-se, a



olho nu, o próprio fundamento do chamado “poder legislativo”, incluídas todas suas siglas políticas. O “mensalão” e episódios assemelhados revelaram, até para a compreensão popular mais elementar, que o próprio PT participa desse “sistema”. O Poder Judiciário, além de seu caráter de classe (manifestado abertamente nos episódios fundamentais da luta de classes protagonizados por operários e camponeses) se caracteriza pela institucionalização (legalização) dessa corrupção, que anula por completo sua suposta “independência” (apesar disso, volta e meia o próprio Poder Judiciário é apanhado em casos de corrupção, envolvendo, como corresponde a bons “funcionários de carreira” do Estado burguês, cifras astronômicas). Em apenas um momento (degringolada do governo Collor, em 1991) o parlamento usou seu poder político independente (decretando o *impeachment* do titular do Poder Executivo) para salvar o regime político no seu conjunto, no quadro de uma intensa mobilização popular, enquadrada (e castrada) politicamente no que se chamou – no episódio de maior cinismo da história política latino-americana contemporânea – “movimento pela ética na política”, ao qual aderiu uma maioria parlamentar (que se revelaria tão corrupta quanto o próprio ultra-corrupto presidente destituído, este depois devidamente re-eleito como parlamentar, elogiado pelos seus pares e até pelo próprio presidente do “governo popular”). A transição entre o regime militar e o regime civil foi realizada sob a presidência de um político oriundo





do próprio regime militar (José Sarney); as duas figuras proeminentes da “democracia brasileira” contemporânea, os únicos presidentes com dois mandatos (Fernando Henrique Cardoso – FHC – e Lula) não são “políticos de carreira”, crescidos dentro dos partidos, mas representantes corporativos (da intelectualidade e da burocracia sindical, respectivamente) que renunciaram, inclusive, aos seus mandatos parlamentares (chegando Lula, como deputado federal mais votado do país, quando renunciou ao exercício de um novo mandato, a definir o parlamento brasileiro como um “antro de 500 picaretas”). As eleições brasileiras adquiriram, portanto, como em todo regime bonapartista, um caráter plebiscitário, que limita, sem eliminar por completo, sua função como tribuna das posições classistas e do programa revolucionário. O fundamento desse regime político deve ser procurado na preservação, na chamada “transição política”, dos interesses de classe e dos métodos políticos do regime militar precedente, e na própria estrutura histórica do atraso brasileiro.

3. O regime civil brasileiro teve um caráter bonapartista (autoritário), com forte presença militar, desde os primórdios da vida republicana (1889). O processo econômico nas últimas décadas do Império caracterizou-se pela paulatina penetração das relações capitalistas de produção, as quais, no entanto, não quebraram o quadro das atividades tradicionais (produção primária em grandes lavouras com vistas à exportação). Esse



processo, no entanto, acabaria gerando uma incompatibilidade progressiva com o sistema social (escravocrata) e político (monárquico centralizado) vigente. Seus efeitos foram o crescimento das cidades e uma progressiva dissolução das velhas relações agrárias, assim como o aparecimento de uma classe média e de um proletariado urbano. A transição da monarquia para a república deu-se sob a forma do golpe militar,<sup>2</sup> que apenas limpou a cúpula do Estado, preservando os interesses das classes sociais dominantes, e o domínio de seus representantes políticos, que continuaram controlando os estados como feudos privados, com grande autonomia.<sup>3</sup> A abolição da escravidão, realizada um ano antes, junto com a grande

---

<sup>2</sup> O “Pai da República”, o general alagoano Deodoro da Fonseca, é representado nas estátuas em sua homenagem... fazendo a saudação imperial.

<sup>3</sup> Os primeiros e difíceis passos do movimento operário brasileiro (que raramente integraram os escravos recém libertos) não conseguiram superar o nível estadual ou mesmo regional, tanto nas suas expressões sindicais como políticas. O anarquismo foi a tendência dominante, com o socialismo reformista reduzido a uma expressão marginal. A indústria estava pouco desenvolvida, com um número reduzido de grandes fábricas e muitas pequenas oficinas, sobretudo em Rio de Janeiro e em São Paulo. Nos demais estados a indústria era ainda mais raquítica, não passando o movimento sindical e operário de uma vida molecular. Na medida em que os “partidos socialistas” se propunham uma progressão no plano eleitoral como via para a sua implantação, não podiam superar por si sós a fragmentação geográfica da vida política brasileira.



imigração, despejaram no mercado da força de trabalho uma mão de obra pagada simbolicamente (às vezes nem sequer assalariada) que manteve a rentabilidade da grande lavoura (agrícola ou pecuária) nas condições da chamada “grande depressão mundial”, ao mesmo tempo em que forneceu a base humana para uma nascente indústria atrasada, artesanal e de baixa composição

---

A implantação da República federal agravou esse problema. No marco da República oligárquica, os socialistas se apresentavam menos como os portadores de um interesse de classe, e mais como defensores da modernidade e da moralidade pública. O PCB, fundado em 1922, mas com escassa influência ao longo dessa década, foi considerado o primeiro partido político nacional, não só da classe operária, mas do país todo. Os primeiros trotskistas brasileiros constataram, na década de 1930, que só existiam dois partidos políticos estruturados nacionalmente: o comunismo e o pseudo-fascismo (integralismo). Na Europa capitalista, essas tendências eram o resultado último do desenvolvimento político precedente: no Brasil, elas eram o ponto de partida desse desenvolvimento. Entre 1932 e 1937 inúmeros partidos foram formados para concorrerem às eleições para a constituinte de 1934, quase todos regionais e sem expressão nacional, com exceção da Ação Integralista Brasileira - AIB, e da Aliança Libertadora Nacional - ALN, frente sob orientação do PCB. A ALN foi dissolvida e seus membros reprimidos no final de 1935, logo após o levante de Natal e Rio de Janeiro, e a AIB foi fechada em 1938, após tentar um golpe de estado. Os partidos burgueses de expressão nacional foram organizados a partir do Estado, durante a ditadura de Vargas (1937-1945).



orgânica de capital, e para uma mão de obra doméstica semi-escrava. A super-exploração do trabalho imbricou-se assim no país, até o presente, com a opressão étnica da população negra.<sup>4</sup> A república oligárquica (dita “velha”) garantiu três décadas de relativa estabilidade política, nas quais floresceram os interesses dos grandes proprietários aliados ao capital estrangeiro (cujos lucros extraordinários baseiam-se na sua maior composição orgânica, que lhe permite explorar o desnível no desenvolvimento das forças produtivas

---

<sup>4</sup> São os negros e negras os que mais sofrem com o desemprego, perfazendo atualmente 40% do desemprego total. Também são os negros os mais atingidos pelo “trabalho informal”, sendo seus salários 50% menores que os dos brancos. As mulheres negras são o setor mais empobrecido da sociedade e são as que mais sofrem com a violência doméstica. A violência contra a juventude negra e indígena chega ao extermínio, com altas taxas de homicídios; os negros são os primeiros a serem demitidos, são os que mais caem na “informalidade”, nome eufemístico dado à exploração sem limites legais nem de qualquer outra espécie. Esse quadro só torna mais grave o processo de cooptação, pelo governo Lula, das lideranças do Movimento Negro, o que culminou recentemente com a aprovação de um Estatuto da Igualdade Racial, com apoio da bancada ruralista do Congresso Nacional, retirando bandeiras históricas do Movimento Negro, e também retirando a concessão de titulação de propriedade das terras dos remanescentes de quilombos. Além disso, governo Lula retirou o dispositivo que garantia a alocação de verbas para o ensino de História da África na educação básica.



entre as metrópoles e as semi-colônias - os preços de mercado são fixados pelos monopólios com base nos custos das empresas com menor composição orgânica - e na super-exploração da população trabalhadora semi-colonial). A crise político-institucional em que concluiu a República Velha refletiu a contradição entre a democracia política mais elementar e a raiz oligárquica do Estado: entre 1922 e 1938 todas as frações políticas brasileiras pegaram em armas para apropriar-se ou pressionar o Estado (revoltas tenentistas em 1922-24,<sup>5</sup> “revolução” de 1930, revolta “constitucionalista” de 1932, putsch da ANL em 1935, golpe varguista de 1937, putsch integralista de 1938), que conheceu um processo de desintegração que só a ditadura do Estado Novo viria a conter. Na época, Leon Trotsky constatava, a respeito dos regimes latino-americanos, que “os governos dos países atrasados, coloniais e semi-coloniais, assumem um caráter bonapartista, e diferem uns dos outros no fato de que alguns tentam se orientar numa direção mais

---

<sup>5</sup> Embora empreendendo uma “guerra revolucionária”, os tenentes mantiveram a concepção de que constituíam uma vanguarda que podia e devia substituir o povo brasileiro, que seria incapaz de realizar a revolução. No decorrer da Coluna Prestes, os tenentes continuaram aliados a setores oposicionistas civis, dissidências da própria oligarquia. No Maranhão aliaram-se ao Partido Republicano, e no Rio Grande do Sul tentaram nova revolução, em 1926, em conjunto com os “Libertadores” de Assis Brasil, oligarca “dissidente” que se manteve desde 1924 como chefe civil da “revolução”.



democrática e tentam buscar apoio junto aos trabalhadores e camponeses, enquanto outros instauram uma forma de ditadura militar e policial”. A estratégia da revolução proletária no Brasil teve como ponto de partida a comprovação da incapacidade histórica da burguesia nacional para resolver as tarefas históricas da nação oprimida: independência e unidade nacionais, revolução agrária. A revolução de 1930 foi a expressão da crise terminal do “Estado oligárquico”, no quadro da crise econômica mundial. A “revolução”, que se iniciou como um movimento de unidade nacional contra o federalismo oligárquico, acabou em uma ditadura bonapartista que centralizou burocraticamente o Estado, sem golpear as raízes da oligarquia, e atrelando as massas em uma implacável arregimentação política. O período varguista demarcou o esgotamento da burguesia nacional como classe com pretensões de estruturar um Estado independente e democrático, colocando-se na direção (hegemonia) das massas oprimidas. A miragem nacionalista burguesa, no entanto, teve fôlego no Brasil, em virtude do seu atrasado ponto de partida: a produção industrial do país aumentou, entre 1907 e 1943, 43 vezes, passando de um valor de US\$ 35 milhões em 1907, para US\$ 1,4 bilhões em 1950. Mesmo assim, as exportações primárias (em primeiro lugar, o café) ainda representavam, sob Vargas, mais de 75% da pauta total de exportações, em relação à indústria e serviços. Só na década de 1980, essas percentagens se inverteriam. No século XX, o crescimento



econômico do Brasil superou o do restante dos países da América Latina, atingindo um dos mais elevados percentuais de crescimento do mundo. Mas esse “desenvolvimento” agravou a dependência financeira e tecnológica, acentuou as disparidades regionais, abaixou ou dificultou o nível de vida da população, assim como aconteceu no restante da América Latina. O desenvolvimento tardio do capitalismo brasileiro foi pensado como modelo indicador, segundo um economista, “da história econômica dos países latino-americanos como a história do nascimento e desenvolvimento de capitalismo tardios”. No entanto, os regimes mais identificados, na história do Brasil, com a representação da nação (burguesa) diante do imperialismo, Vargas e Goulart, não tocaram a estrutura agrária latifundiária, e adotaram medidas nacionalistas de cunho limitado (criação tardia da Petrobrás, o primeiro; lei de repatriação de lucros, o segundo), inclusive se comparadas com as de outros governos nacionalistas latino-americanos.

4. A configuração de uma burocracia sindical no período varguista completou a estruturação do regime bonapartista. A estrutura institucional que originou sua existência, com a integração dos sindicatos ao Estado, permaneceu, basicamente, inalterada até o presente. A burocracia “trabalhista” viu-se obrigada a abrir, posteriormente (década de 1950), suas fileiras ao stalinismo (em suas diversas variantes) para castrar o desenvolvimento classista independente do movimento operário. A base



material da burocracia é o Imposto Sindical, criado pelo regime varguista (em 2008, seu montante atingia um bilhão de reais, ou 600 milhões de dólares), ao qual se acrescentam outras taxas compulsórias (taxa assistencial, negocial, federativa, confederativa) cobradas do conjunto dos assalariados, e recebidas por mais de 10 mil sindicatos, metade deles “de carimbo” (só existem no papel, para receber esses impostos e taxas) que configuram uma autêntica máfia, com milhares de pseudo-sindicalistas de “carteira esquentada”, que “representam” categorias nas quais nunca trabalharam, e que às vezes sequer conhecem pessoalmente. Além disso, existe um importante “carreira” pós-sindical, na administração do FAT, do FGTS e outros fundos estatais expropriados do salário dos trabalhadores, sem esquecer o negócio atualmente mais florescente, os fundos de pensão privados, favorecidos pelas reformas previdenciárias privatizantes de FHC e Lula,<sup>6</sup> em

---

<sup>6</sup> Antes da reforma previdenciária de Lula, a Emenda Constitucional nº 20/98, que FHC fez aprovar no Congresso Nacional, inscreveu na Constituição Federal dispositivos que ajudaram a viabilizar a transferência dos sistemas de previdência para o setor privado. O principal responsável, no governo Lula, pela reforma do sistema previdenciário, e ex-coordenador adjunto da equipe de transição do PT, Luiz Gushiken, ex dirigente da CUT, é titular da empresa Gushiken & Associados, especializada no tema. A empresa serviu ao governo de FHC. O Brasil tinha já, em 2002, 2,3 milhões de assalariados vinculados a fundos de pensão, detentores de uma poupança previdenciária de mais de R\$ 250 bilhões.





cima das quais montou-se uma burocracia sindical “gestora”, encabeçada por setores da burocracia cutista (e petista). Em 1981, 5.030 militantes sindicais, na 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), considerada o embrião do “novo sindicalismo”, Lula e os “novos sindicalistas” defenderam a necessidade de que os sindicatos se desatrelassem economicamente do Estado. Prometeram lutar para quebrar a espinha dorsal das entidades “pelegas”, fechando a torneira dos recursos financeiros compulsórios, que hoje, no governo, mantêm, consolidam e incrementam. A luta de classes reconfigurou politicamente várias vezes a burocracia sindical, hoje dividida em diversas vertentes, que abrangem o velho peleguismo, o stalinismo (PC do B), os ex “autênticos”, setores que se reivindicavam do classismo (hoje no PT), e várias outras. A legalização das centrais sindicais (atualmente uma meia dúzia, CUT, FS, CTB, UGT, NCST, CGTB: a CTB, criada pelo PC do B) não foi uma conquista dos trabalhadores, mas um episódio da luta interburocrática por fatias das taxas compulsórias.<sup>7</sup> O

---

<sup>7</sup> Nessa “guerra por sindicatos filiados” houve uma caça ao CNPJ de sindicatos de todo o país, para fazer registro no Ministério do Trabalho como filiado à determinada central. Viagens ao exterior, indicações para disputar uma vaga em eleições municipais, cargos na direção da central, brindes variados e até a devolução de uma parte do Imposto Sindical repassado às centrais foram alguns dos benefícios oferecidos pelas centrais.



governo Lula, cuja base política pretérita lutava pelo fim do Imposto Sindical (a CUT, até a chegada de Lula ao poder, preconizava a eliminação das contribuições compulsórias e da unicidade sindical), finalmente aperfeiçoou esse instrumento de arregimentação das organizações operárias, reformulando-o.<sup>8</sup> Pela nova lei,<sup>9</sup> as centrais que comprovam “representatividade” podem abocanhar 10% do total arrecadado com o imposto sindical (uma quantia superior a R\$ 100 milhões). Por decreto (“portaria”), Lula concedeu ao Ministério do Trabalho o poder de atuar como instância de conciliação no caso de conflito entre entidades que disputem a representação de uma mesma categoria de trabalhadores ou de atividade econômica. O mecanismo de arregimentação burocrática da classe operária no Brasil é o mais aperfeiçoado da América Latina, e leva até suas últimas conseqüências as tendências à integração dos sindicatos ao Estado próprias do capital monopolista. O montante do “negocio sindical” brasileiro, todos os ítems

---

<sup>8</sup> Durante o governo Lula, a CUT recuou de um total de 3.341 para 3.266 sindicatos. A Força Sindical conquistou 765 novos sindicatos para sua base - um aumento de 134%.

<sup>9</sup> Em 2003/2004, o governo Lula tentou aprovar, com o aval da CUT, uma reforma sindical que só não foi efetivada devido à sua rejeição por boa parte dos sindicatos. No entanto, em 2008, itens-chave daquela proposta foram implementados por meio da Lei nº 11648/08, chamada Lei das Centrais, que verticalizou a estrutura sindical e retirou a autonomia dos sindicatos de base.



incluídos, supera o montante do tráfico de drogas, com a “vantagem” de sua (quase) completa legalidade. Lula também vetou o antigo mecanismo que permitia ao Tribunal de Contas da União fiscalizar os recursos provenientes da “contribuição negocial”, que irrigam os cofres sindicais com verbas da ordem de R\$ 1 bilhão anual. A montanha de dinheiro (bilhões de dólares) que jorra sobre a burocracia sindical é expropriada do saqueado salário operário pelo Estado. Os impostos e taxas compulsórias sobre os trabalhadores constituem um dos eixos da manutenção da exploração e opressão da classe operária brasileira. As correntes “de esquerda” (incluídas as “trotskistas”) que defendem - e, sobretudo, se beneficiam do - Imposto Sindical e as taxas compulsórias, cometem um crime político e social, que deveria ser objeto de denúncia internacional diante do conjunto do movimento operário para, pelo menos, evitar que setores do movimento revolucionário internacional percam seu tempo discutindo (ou simplesmente constatando) supostas “divergências políticas” com grupos de autênticos mafiosos. A luta pela independência classista dos sindicatos, pelo fim das taxas compulsórias e de todas as formas de integração dos sindicatos ao Estado (incluído o Fórum Nacional do Trabalho) está plenamente colocada no Brasil, e tem hoje na Conlutas seu ponto de apoio principal.

5. A “redemocratização” de pós-guerra resultou da pressão do imperialismo, diante dos



índices de crise do Estado varguista: a “democracia populista” (1945/64) expressou a desagregação das forças que aquele tinha unificado compulsoriamente, e se baseou, não na representação democrática das diversas classes nas instituições representativas, mas na proscrição política (do PCB e até de certos setores varguistas) e na colaboração contra-revolucionária da burocracia sindical e do stalinismo. Essa “democracia” brasileira foi a fachada parlamentar de uma composição oligárquica e burocrática. O regime se baseava em dois partidos (PSD e PTB) que representavam, o primeiro, os governadores e suas camarilhas tradicionais nos estados; o segundo, os pelegos sindicais do Ministério do Trabalho e parte da burocracia estatal. Era uma democracia formal de conteúdo pró-imperialista: foi o período do grande auge dos investimentos do capital imperialista. A ditadura militar que a sucedeu não foi um simples regime de negação das liberdades democráticas contra todas as classes sociais da população. A contra-revolução de 1964 foi o purgatório pelo qual teve que passar a nação brasileira como resultado do total fracasso do nacionalismo burguês e da traição do stalinismo.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Feita, claro, em nome da “revolução por etapas”: *“A fim de derrotar o inimigo comum, é necessária a frente única das várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil. A aliança dessas forças resulta de exigências da própria situação objetiva. Como o imperialismo norte-americano e seus agentes internos constituem o inimigo principal, a frente única é muito ampla do ponto de vista de sua composição de classe. Pelo*



A ditadura militar, longe de significar um retorno ao regime oligárquico, foi uma expressão e um instrumento das implacáveis tendências centralizadoras do grande capital nacional e imperialista, para aprofundar a submissão das forças produtivas ao imperialismo, e para aprofundar o disciplinamento dos diversos Estados à União. A centralização autoritária da bota militar levou a extremos a desigualdade do desenvolvimento econômico e político da nação e de seus estados, o que se manifestou na aparição de poderosas tendências centrifugas, que recolocaram a questão da unidade nacional sobre uma base nova. O resultado da ditadura militar foi entrelaçar, em uma escala enorme, a burguesia nacional com o imperialismo, e as oligarquias estaduais com a burocracia do Estado nacional. Com isso se aprofundou a dependência da economia nacional em relação à economia mundial e a subordinação das economias estaduais ao orçamento nacional. O Estado militarizado agiu diretamente como agente do capital contra o trabalho: em 1964, do total do imposto sobre a renda recolhido na fonte, 18% se referia a

---

*conteúdo das modificações que se propõe introduzir na sociedade brasileira e pela natureza das forças que a integram, é uma frente nacionalista e democrática”, dizia o PCB. A “burguesia nacional e democrática”, convocada pelo PCB para a “frente nacionalista e democrática”, pariu e apoiou o golpe militar de 1964, e a conseqüente perseguição sangrenta aos comunistas.*



rendimentos do trabalho e 60% a rendimentos do capital. Em 1970, os mesmos percentuais foram da ordem de 50% e 17% respectivamente. Reduziu-se drasticamente o poder de barganha dos sindicatos, submetidos ao padrão de salários e de reajustes (arrochados) do governo militar, de acordo com os ditames de sua política econômica; a legislação do trabalho, da qual a substituição da estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) foi o protótipo, beneficiou a acumulação acelerada de capital, acelerando o *turn-over* dos empregados e a expulsão da força de trabalho dos maiores de 40 anos, contribuindo para o aumento da taxa de exploração. Mas, com a crise em que entrou a economia mundial e o esgotamento do ciclo expansivo da economia nacional, na segunda metade da década de 1970, a nação como um todo e cada estado em particular caminharam para a bancarrota. A dívida externa e o crescente déficit orçamentário foram as expressões dessa falência.<sup>11</sup> A vitória da oposição

---

<sup>11</sup> O aumento do endividamento externo, “aproveitando a grande liquidez internacional de capitais”, ou seja, a sobreacumulação mundial de capital, ocorreu no final da década de 1960. Em 1969, a dívida ultrapassou os US\$ 4 bilhões, após permanecer pouco acima dos US\$ 3 bilhões durante toda a década. A dívida subiu de US\$3,3 bilhões em 1967 para US\$ 12,6 bilhões, crescendo a uma taxa média de 25,1% ao ano. Além disso a estrutura da dívida alterou-se. Nesse período, a participação na dívida pública sobre a total cresceu. A dívida líquida saltou de US\$ 6,2 bilhões em 1973 para US\$ 31,6



(MDB) nas eleições estaduais de 1974, a convocatória do I Congresso Metalúrgico do ABC paulista (1975), por parte da burocracia sindical “autêntica”, colocando a questão da luta contra o arrocho salarial, evidenciaram a crise do regime militar e o início da superação da atomização política da classe operária que este tinha imposto,<sup>12</sup> que seria seguida, quatro anos depois, pela explosão das greves do ABC e pelo início de um poderoso movimento agrário no sul do país, base do MST.

6. Os interesses específicos da casta militar - o militarismo do Estado brasileiro - cresceram à sombra da incapacidade histórica da burguesia de

---

bilhões em 1978, crescendo à taxa de 38,7% ao ano, financiando os déficits da balança comercial e de serviços. O peso da participação estatal no endividamento subiu de 51,7% em 1973 para 63,3% em 1978. Além disso, os empréstimos passaram a ser feitos a taxas de juros variáveis, que se tornariam cada vez maiores. O aumento da dívida bruta, a taxas de juros cada vez mais altas, tornou o endividamento externo um processo autoalimentado e, em 1977/1978, o pagamento de juros já representava quase 50% do déficit em conta corrente. A transferência de recursos para o exterior, medida como a diferença entre exportações e importações de bens e serviços, aumentou de 0,4% do PIB em 1980, para cerca de 3% do PIB em 1981/1982, e atingiu 5% do PIB em 1983.

<sup>12</sup> Só o jornal trotskista *Política Obrera* apontou, já em 1975, que a crise política brasileira e a divisão da burocracia sindical abriam um novo período em que se punha, na agenda política, a questão do partido operário independente.



estruturar seu domínio com base em instituições representativas. A crise desse processo se deu sob a dupla pressão da crise econômica mundial e da recomposição do movimento das massas, da qual a derrota da ARENA em 1974 foi uma expressão deformada. O regime político, surgido de sérias derrotas políticas do proletariado e das massas, começou a entrar em contradição com uma etapa política marcada por novas relações de força entre as classes. A contradição estourou de forma aberta quando, em 1978, o proletariado, através de sua ação direta, ocupou um lugar de destaque na situação nacional. O governo militar, com Geisel, tomou a iniciativa de desencadear um processo que denominou de “abertura política”, buscando modificar certos métodos de dominação da ditadura, com o propósito de abrir válvulas de escape para o regime e impedir que os explorados buscassem sua própria organização. A abertura tinha como objetivo abrir um espaço no aparelho estatal para frações burguesas afastadas do poder, e inaugurar um período de manobras políticas, para manter um regime que não podia mais se sustentar só com a repressão. Os fatos demonstraram que a mudança nos métodos de dominação não podia ser realizada sem choques e atritos graves. A primeira manifestação desses atritos foi o fechamento do Congresso (abril de 1977) e o lançamento do Pacote de Abril, que anulou as eleições diretas para governadores e instituiu a bionicidade parlamentar, visando manter a maioria do governo no Senado. Nesse contexto, o MDB





lançou a bandeira da Constituinte. Esta tinha um caráter preventivo, foi levantada como alternativa para enquadrar a emergência das massas, cuja tendência era indicada pela forte mobilização estudantil, frente à intransigência da camarilha militar. Foi também a reação de setores burgueses que temiam que o plano de abertura fosse abortado, pois para aqueles que estavam afastados do poder, a abertura não era só uma tentativa de controlar as massas, mas também um recurso para dividir os custos da crise econômica entre as diversas frações capitalistas.

7. Diversamente do divulgado pela hagiografia acadêmica (e, ultimamente, também cinematográfica) o PT não nasceu de uma evolução natural ou linear do operariado, mas de um conjunto de contradições e processos políticos abrangendo diversas classes sociais. Na etapa aberta em 1978-79, o proletariado não estava disposto a reeditar as velhas experiências conciliacionistas de tipo varguista, nem a burguesia a tentar um período amplo de conciliação de classes, pois sua dependência do imperialismo tinha se acentuado a partir de 1964, e o proletariado era extremamente mais forte e concentrado do que no passado. A essas tendências combinou-se a crise do regime militar, em especial a crise do sistema de atrelamento dos sindicatos, que deu lugar, na própria estrutura atrelada, ao “novo sindicalismo”, fornecendo a base política para o lançamento da proposta do PT. Um fator histórico que contribuiu



para que essa crise se expressasse com mais força em São Paulo, além do fato da região contar com o proletariado mais numeroso e concentrado, foi o fato do PTB, expressão histórica do alinhamento político dos sindicatos com a burguesia, não somente não vicejar em São Paulo, como também passar por fases em que quase desapareceu neste Estado, por ter potencial para se tornar uma fração muito forte: num estado onde o sindicalismo era poderoso e o eleitorado decisivo, as lideranças nacionais do partido procuraram desestimular seu crescimento. A tendência para a independência classista esteve presente em toda a história do operariado brasileiro. Ela continuou nas lutas contra o regime militar. A criação do PT a expressou de modo deformado, pois surgiu de um acordo político que tinha por centro um setor do sindicalismo atrelado, que confiscou e até excluiu os setores que expressavam mais diretamente o desenvolvimento classista, as “oposições sindicais”. Já no XI Congresso de Metalúrgicos de São Paulo, em janeiro de 1979 em Lins, em que foi tomada a decisão de se lançar a formação do PT, ficou acertado entre “autênticos” (“novo sindicalismo”) e “unidade sindical” (pelegos e PCB) que os representantes das “oposições sindicais” não participariam. Os “autênticos” que deram origem ao PT se situavam numa frente política (instável) com o sindicalismo atrelado, contra os setores classistas. A posterior ruptura autênticos/pelegos (estes defendiam a subordinação ao MDB), com a ruptura CUT/CONCLAT, e inclusive à aliança com as oposições



classistas, não altera o fato de que a feição original do PT foi dada por uma aliança política com centro num setor originário na estrutura de subordinação das organizações operárias. O PT não surgiu “do interior dos sindicatos”, mas de um processo de recomposição política, não somente no seio da classe operária, mas também da ala esquerda da pequena burguesia (com reviravoltas nas posições de todos os setores de esquerda entre 1977 e 1981). Lula não era contrário a formar um partido com a esquerda emedebista, mas não estava disposto a abrir mão da hegemonia do processo de formação do partido, já que era a única liderança política de fato da classe operária. A intelectualidade, o PCB e o PC do B, ficaram no MDB, que ficou melhor estruturado do que queria a ditadura quando lançou a reformulação partidária; por outro lado, uma série de grupos menores, centristas e vinculados à Igreja, entrou no PT, que ficou com os sindicalistas lulistas na liderança. Se, de um lado, a proposta do PT teve vigência prática desde sua origem, graças à ascensão do movimento operário, ao qual as direções do PT estavam intimamente ligadas, de outro, a proposta dos sindicalistas autênticos se realizou graças ao fracasso das negociações com a esquerda emedebista. Na verdade, a direção sindical, não tendo nos partidos da oposição burguesa nenhum tipo de representação política, e frente à reformulação partidária, lançou o PT como um meio de buscar um lugar no novo arranjo dos partidos, e evitou a todo momento lançar mão da autoridade dos sindicatos de massa que dirigia para



a construção do partido. Em 1978, *Política Obrera* já propunha: “O proletariado, para participar como classe no atual processo político, necessita de sua própria organização, um partido operário independente, proposta que deve ser desenvolvida sob a forma de um programa, e que deve ser levantada como exigência à burocracia sindical que rompe com a ditadura”. Na prática, a proposta do PT não foi uma proposta de partido operário independente, mas de partido pequeno-burguês, no qual estava comprometida uma camada de operários de vanguarda.

8. O caráter pequeno-burguês da proposta do PT teve como raiz o próprio caráter burocrático da direção que a lançou, uma direção situada por cima do movimento das massas, sujeita e sensível à pressão da burguesia. Isto explica o enorme peso que tiveram no movimento setores social e politicamente raquiticos como os ex-grupos foquistas, o maoísmo e alguns “autênticos” do MDB. O que tipificou o PT como uma proposta pequeno-burguesa foi o fato de que em lugar de ter como base as organizações operárias de massas, foi uma proposta de aliança de um setor da burocracia sindical com grupos de esquerda de base pequeno-burguesa, baseada na formação de “núcleos”, que não poderia, programaticamente, superar as posições nacionalistas burguesas. Em lugar de tomar a forma de um partido operário centrista de massas (centrista por não partir da estruturação de um programa revolucionário),



tomou a forma de um agrupamento centrista pequeno-burguês (não só pela natureza deste tipo de centrismo, mas porque houve até a aberração de que uma boa parte dos grupos de esquerda que se puseram a formar “núcleos” do PT continuou a atuar dentro do MDB).<sup>13</sup> A pressão do stalinismo e do governo militar foi no sentido de não questionar o PT, desde que nele não participassem os sindicatos. Mas os únicos que possuíam autoridade de massa para convocar o proletariado à formação de um partido eram os próprios sindicatos, o que não podia ser substituído nem pela organização nem pelo programa de nenhum grupo de esquerda. A objeção contra um partido operário dos sindicatos, levantada por boa parte da esquerda, com o argumento de que estavam legalmente sob o controle do Ministério do Trabalho, ou dirigidos por pelegos, era uma falácia: os sindicatos que fizeram greve contra o Ministério do Trabalho, sem pelegos ou contra os pelegos, caminhavam, nessa medida, para sua independência de classe, e a proposta de partido operário não estava dirigida ao Ministério de Trabalho ou aos pelegos, mas aos operários, para que fizessem com que seus sindicatos rompessem com o Estado e se projetassem de forma politicamente independente. A expressão do caráter de classe do PT foi a sua definição programática. Um verdadeiro partido operário inscreveria em seu programa que a

---

<sup>13</sup> Até a trotskista “Convergência Socialista” lançou, e chegou a eleger, candidatos operários ao parlamento pelo MDB.



satisfação das aspirações elementares da população trabalhadora seria impossível nos marcos da sociedade capitalista e do Estado burguês, ou seja, proclamaria a abolição da propriedade privada capitalista. A esses objetivos históricos, o partido operário incorpora as reivindicações parciais e transitórias que, dentro do Estado burguês, contrapõem o pequeno proprietário ao grande monopólio, o trabalhador autônomo às grandes corporações industriais e comerciais. Omitir - em nome da necessidade de defender os interesses comuns das diversas classes exploradas - que a plena satisfação desses interesses só seria possível com a expropriação do capital, significava colocar o PT a reboque da burguesia, de uma proposta que não ultrapassava os limites do Estado capitalista, e que semeava a ilusão de que era possível satisfazer as aspirações da maioria oprimida com uma mudança na forma do Estado burguês. O PT assumiu um programa democratizante, que nem sequer era consequentemente democrático, propondo “a desvinculação das empresas estatais dos monopólios”, e não a expropriação do imperialismo; “a nacionalização do latifúndio improdutivo”, e não a reforma agrária através da expropriação do capital agrário, culminando na “democratização do Estado”, que deveria ser “submetido ao controle das organizações sociais e do povo”, o que não era consequentemente democrático, já que não propunha a destruição do aparato de Estado, da ditadura militar e do conjunto do regime político. Quanto ao “socialismo”, foi



inicialmente recusado, e posteriormente admitido (1981) como “o socialismo que será definido pela luta diária do povo brasileiro”, o que era pura demagogia, porque rechaçava explicitamente uma definição do socialismo como regime político de classe - baseado na expropriação do capital, na liquidação do seu Estado e no governo operário e camponês; e diluía o socialismo em considerações sobre a “participação das massas”, “controle social”, etc. Sobre essas bases políticas e de organização foi se desenvolvendo o PT, interessando a setores da classe operária, estendendo-se nacionalmente, obtendo a sua legalização eleitoral (1981) e seu primeiro resultado eleitoral expressivo (11% dos votos nas eleições para governador em São Paulo, em 1982), que deu a base para a sua projeção futura, baseado principalmente no voto da classe operária, o que foi expresso pela palavra-de-ordem que presidiu a campanha eleitoral (“vote no três, o resto é burguês”), o que não fazia do PT um partido de classe, pois não bastava o fato de que aglutinasse diversos setores populares e que se organizasse com autonomia dos partidos burgueses tradicionais. Um partido de classe devia também expor os interesses históricos do proletariado (derrocada do capitalismo) e se enraizar profundamente nas massas, em primeiro lugar o proletariado. Sem dúvida, o PT gozava de ampla simpatia nas massas. Mas os militantes que atuavam eram recrutados na pequena-burguesia e foram fornecidos pelas organizações de esquerda pré-existentes. Durante



a campanha eleitoral de 1982 não foi recrutado um número significativo de militantes operários; o PT se configurou como um partido da pequena-burguesia radical e da franja de ativistas sindicais e de bairro que gravitavam em torno dela. Uma frente única de tendências de esquerda, dirigentes sindicais e ativistas católicos, com presença de intelectuais universitários, unidos na perspectiva de progredir politicamente seguindo um atalho, o do prestígio dos dirigentes sindicais “autênticos”, um conglomerado disparatado, mas unificado pela perspectiva de um êxito rápido, garantido pela presença de Lula (transformado nesse momento, com Lech Walesa, em figura mundial da perspectiva democratizante anti-comunista impulsionada pelo imperialismo, norte-americano em primeiro lugar).<sup>14</sup>

9. A crise econômica mundial da década de 1970, que levou à crise do “milagre brasileiro” na segunda metade dessa década, colocou duas opções básicas, de um ponto de vista capitalista: resgatar uma parte do ativo fixo em mãos do Estado ou da burguesia nacional para pagar os credores externos, ou impor uma disciplina ao grande capital imperialista e o intervencionismo estatal. A política de Delfim Netto, em 1979, expressou um curso intermediário, ao tratar de resolver o impasse com métodos antigos: subsídios às exportações, desvalorizações, controle limitado dos preços,

---

<sup>14</sup> Num dos primeiros Encontros Nacionais do PT foi convidado o representante consular dos EUA, que aceitou o convite.





redução do orçamento das empresas estatais. O resultado disso, especialmente nas condições de recessão de 1980/82, foi o agravamento da crise social (aumento do custo de vida) e a ruína progressiva do sistema financeiro (mercado negro, fuga de capitais, inflação crescentemente fora de controle). Enquanto o crescimento anual médio do PIB atingiu 7,1% no período 1947/1980, essa taxa se reduziu a 1,6% nos anos 1980. Nas condições de crise e de luta das massas, a continuidade política da ditadura só foi possível pela existência de um acordo de fundo com a oposição burguesa, que limitava suas divergências à questão das datas do calendário da abertura, evitando formular qualquer medida de ruptura com a grande finança internacional (no máximo colocava, como fez Celso Furtado, uma renegociação governamental da dívida do Brasil com os governos dos países credores). A irrupção das massas, presente no cenário político a partir das greves do ABCD em 1978-79, questionou esse acordo até pô-lo em crise, crise cuja expressão foi a campanha pelas “Diretas-Já” (1984). Neste ano, o movimento operário retomou o caminho iniciado no ABCD, diante da fabulosa expropriação salarial expressa na inflação de 222%. Lançada pelo PT, a campanha, que levou milhões às ruas, poderia ter sido a projeção política antiditatorial da luta contra a exploração, encabeçada pela classe operária. Não foi isso, devido a que sua direção burguesa - aceita pelo PT - limitou sua projeção à pressão sobre as instituições existentes (emenda Dante de Oliveira) surgidas no



ventre da ditadura militar. Para contornar a crise, o regime teve que pagar o preço da divisão da ex-ARENA (PDS, do qual se cindiu o PFL, representando setores oligárquicos nordestinos) e transferir o governo para a coalizão civil resultante dessa divisão, a Aliança Democrática (PFL/PMDB), estruturada com base no candidato de consenso (das Forças Armadas, do imperialismo e da burguesia) Tancredo Neves. Isto evidenciou a continuidade da tendência para uma saída bonapartista, por cima das instituições representativas, mas agora com centro civil. A morte de Tancredo pareceu coroar a operação, realizando de maneira oblíqua os planos de Geisel-Golbery (transferência do governo a um civil da ARENA), cooptando a oposição burguesa no quadro de um regime tutelado, ao levar à presidência o ex-presidente da ARENA, José Sarney. Mas, dez anos de crise e lutas populares não tinham passado em vão, e o personalismo sarneyzista foi uma espécie de bonapartismo às avessas. Foi para enfrentar a ascensão das massas (em 1985 as greves bateram recordes históricos, feito repetido nos primeiros meses de 1986), assim como para condicionar as eleições de governadores (1986) e o processo da Constituinte (1987), que Sarney lançou uma iniciativa pela via do decreto, o Plano Cruzado de “combate à inflação”. Sua finalidade foi sustar o lançamento de uma nova campanha pelas diretas-já. A iniciativa - com os “fiscais de Sarney” e o hipotético “partido do presidente” - visou adiar um enfrentamento com as massas, intervindo



audaciosamente na crise partidária. Os trabalhadores deveriam aceitar salários reduzidos, para evitar o aumento da massa salarial, fixando também um limite para a expropriação salarial, resultante de congelar os preços no pico e os salários na média. Essa tentativa de estruturar um poder-árbitro entre as classes teve fôlego curto, devido à própria magnitude da crise econômica, mas serviu, junto com o PNRA (Reforma Agrária), para modelar em grande medida o processo eleitoral posterior, apoiando-se nos condicionamentos antidemocráticos do regime militar. Assim, o PMDB foi o grande vencedor em novembro de 1986 (vencendo em 22 dos 23 estados) e a Constituinte, iniciada em 1987, concluiu em 1988 sagrando a grande propriedade fundiária, a tutela militar do regime político, o conjunto da estrutura capitalista, pondo só restrições formais à penetração do capital estrangeiro em setores estratégicos. As “conquistas trabalhistas” incorporadas ao texto (40 horas semanais, licença maternidade/paternidade, direito de greve para o funcionalismo público) apenas visaram contemporizar com direitos já existentes de fato, aguardando uma regulamentação que iria anulá-las na prática. Uma oposição revolucionária deveria ter denunciado o conjunto da manobra, preparando a sua derrota, mas o PT, além de “apoiar criticamente” o Plano Cruzado, integrou-se na manobra eleitoreira (reclamando apenas “participação popular”).



10. A Constituinte, sancionada em 1988, não fechou a crise política, nem criou um novo regime político: o país continuou sendo governado através de decretos por um poder sustentado principalmente nas Forças Armadas. No entanto, no segundo semestre de 1988, fracassou totalmente a tentativa de Sarney em subordinar o processo constituinte ao seu próprio poder. O fracasso do Plano Cruzado, na verdade, refletiu a incapacidade do governo em estruturar uma arbitragem entre as classes. A tendência democratizante, imposta pelo aprofundamento da luta de classes, se esgotaria só quando este aprofundamento alcançasse um ponto incompatível com a estabilidade do Estado burguês. No Brasil, como em toda a América Latina, a transição política para regimes civis foi motivada pelo esgotamento econômico e político dos regimes militares, no quadro de uma crise econômica mundial (a “crise das dívidas”, em 1982, evidenciou a incapacidade desses regimes em continuar pagando a dívida externa, expressão da decomposição das relações capitalistas em escala mundial),<sup>15</sup> de crises internacionais cada vez maiores (guerras civis e internacionais na América Central, guerra Equador-Peru, e Guerra das

---

<sup>15</sup> Apesar da curta declaração da moratória da dívida externa brasileira, ela chegou aos 115,5 bilhões de dólares. O governo Sarney pagou 67,2 bilhões de dólares de juros da dívida externa, ou seja, 58,2% do montante total devido: a moratória só expressou a falência financeira do país, não qualquer “atitude antiimperialista” do governo Sarney.



Malvinas, em 1982) e de mobilizações populares sem precedentes (guerrilha em toda a América Central e na Colômbia, mobilizações antiditatoriais nos países do Cone Sul, greves de massa e mobilização pelas “Diretas Já” no Brasil). Em meio a agudas disputas e crises políticas, os regimes democratizantes surgiram sob a hegemonia preservada do capital financeiro internacional, e da burguesia local a ele associada, preservando a integridade (e até os interesses) das camarilhas militares precedentes. Os meios usados foram, em primeiro lugar, a chantagem econômica e militar do imperialismo norte-americano e europeu (como na guerra das Malvinas, ou na organização da “contra” na América Central). Mas, ao mesmo tempo, a política democratizante foi impulsionada diretamente pelo imperialismo norte-americano, surgida no bojo dos problemas criados pelo conjunto da crise política: ela foi impulsionada pelo governo Reagan (1980-1988) surgido com o objetivo explícito de reverter as tendências políticas internacionais, caracterizadas pelo retrocesso mundial do imperialismo ianque, depois das derrotas nas guerras do Vietnã e do Sudeste asiático. A política democratizante visou resolver a contradição entre a necessidade de uma política intervencionista (determinada pela própria crise) e a necessidade de manobras, determinada pelo fato do imperialismo e da burguesia não estarem diante de uma perspectiva de estabilização econômica, tudo no quadro de uma tendência ascendente do movimento operário e popular latino-americano.



Capitalizou o entrelaçamento inédito das burguesias nacionais com o capital financeiro internacional (produto da recolonização econômica que se desenvolveu desde o segundo pós-guerra, com sua expressão mais plena na dívida externa) e a crise da burocracia russa e sua política mundial crescentemente subordinada ao imperialismo, assim como a ausência de independência política de classe do proletariado e das massas latino-americanas. O imperialismo e a burguesia nacional procuraram os regimes democráticos como um recurso de emergência preventivo. O imperialismo sustentou os processos democráticos: em todas as crises militares da Argentina, onde militares direitistas procuraram entrar num atrito profundo com o governo Alfonsín, o governo Reagan e os governos europeus apoiaram o poder civil, por achar que, nas condições de crise mundial, só governos que procurassem cooptar as oposições operárias e pequeno-burguesas, em um marco constitucional, poderiam sustentar o Estado e continuar a pagar a dívida externa, ou seja, dar continuidade e aprofundar a política de crescente exploração da classe operária e dos camponeses. Nenhum desses regimes foi um desenvolvimento democrático genuíno da burguesia nacional. Na Constituinte brasileira, os cinco anos de mandato para Sarney foram arrancados por uma pressão organizada pelos empresários ligados à ditadura militar e pelos próprios militares. Em nenhum caso, a mudança do regime militar para um regime civil significou verdadeiramente a implantação de uma democracia



política, mas apenas de uma fachada constitucional para instituições com origem na ditadura militar. Os compromissos internacionais, eixo do processo de exploração internacional da América Latina, foram respeitados pela “democracia”, em especial a dívida externa.<sup>16</sup>

11. A falência das antigas direções de massas, nacionalistas e, em menor medida, stalinistas (produto de toda a experiência histórica com essas direções, e da qual o surgimento do PT, em 1980, varrendo com as antigas direções “trabalhistas” e stalinistas, foi a expressão mais contundente) deu um papel decisivo à pequena-burguesia

---

<sup>16</sup> A continuidade dos regimes democratizantes com os regimes militares foi clara: no Brasil, os militares garantiram a sua participação direta no poder através dos ministérios militares; no Chile, a oposição (incluindo o PC e o PS) aceitou governar na base da Constituição pinochetista de 1980, e garantir 8 anos de mando de tropa para os comandantes do ditador; no Peru, a Constituinte legislou sob o governo militar de Morales Bermúdez; no Uruguai, o regime branco-colorado-Frente Ampla se baseou no “Pacto do Clube Naval”, que garantiu a impunidade militar, reforçada em plebiscito; na Argentina, as crises militares foram aproveitadas pelos “democratas” radicais, peronistas e liberais para institucionalizar o poder militar no Conselho de Segurança Nacional, e para inocentar os genocidas através do “ponto final” e da “obediência devida”; no Paraguai, o governo civil sequer transcendeu os limites familiares, pois o general Andrés Rodríguez era parente do ditador Stroessner, que aquele derrubou. A política democratizante não foi o contrário do



democratizante “de esquerda”, dominante na esquerda latino-americana. Isto foi favorecido pela conduta da direção sindical “autêntica”, encabeçada por Lula, que limitou o processo grevista do ABC, adaptando-o à estratégia conciliadora da oposição burguesa (MDB) com a “abertura” patrocinada pela ditadura militar. Um “verdadeiro PT” (como partido operário de massas), no entanto, só poderia surgir sobre a base do mais amplo desenvolvimento do movimento das massas. Com o esvaziamento deste, a proposta do PT – que surgira como expressão do choque dos operários em luta contra o atrelamento de suas organizações ao Estado, e contra suas direções pelegas atreladas à ditadura e à burguesia – foi capturada por intelectuais da classe média e por um conglomerado de seitas de esquerda que limitaram seu horizonte político a uma fraseologia democratizante vulgar (como o “controle da economia pelo parlamento”, a “solidariedade internacional” - em vez do internacionalismo proletário - , e outras

---

intervencionismo militar externo: foram os democratas bolivianos os que admitiram a intervenção de tropas ianques no país, sob pretexto de combate ao tráfico de drogas; o mesmo pretexto foi usado para o bloqueio naval da Colômbia; foi reforçado o cerco militar de Cuba, e invadida a ilha de Granada; foi militarizada como nunca a América Central, através da “contra” nicaragüense e do envio de tropas norte-americanas a Honduras e El Salvador e, caso extremo, mas exemplar, foi invadido o Panamá para impor um governo “democrático”. A política ianque consistiu em combinar a manobra democratizante com o velho *big stick*.





assemelhadas). A juventude, inexperiência e escasso desenvolvimento político do movimento operário, de algum modo, faziam desse o resultado mais provável do “sonho petista”. Mas esse resultado foi também condicionado pelo reformismo visceral da esquerda (incluída sua vertente “trotskista”), pois o PT “das origens” foi, em suas idéias, a esquerda do país em sua realidade. Antes da “abertura”, essa esquerda só entendeu a violência revolucionária sob a sua forma não-revolucionária, o foquismo,<sup>17</sup> e desaguou naturalmente no pseudo-democratismo burguês. A esquerda frustrou a possibilidade de converter a iniciativa de formar o PT na oportunidade de fazer penetrar o programa revolucionário nas massas. Os partidos “dos trabalhadores”, ou trabalhistas, certamente, não se constituem sobre a base de um programa, e sim sobre a base do movimento espontâneo dos trabalhadores. Por isso, neles desempenham um papel importante os dirigentes sindicais. Esta característica, em que as colocações políticas se acomodam às necessidades práticas, acaba por inviabilizar esses partidos, ou os transforma em politicamente burgueses. Nessas circunstâncias, os marxistas deviam lutar para que o partido adotasse uma fisionomia proletária (não necessariamente marxista, no imediato), lutando para que definisse

---

<sup>17</sup> Sem excluir o Secretariado Unificado da IV Internacional (cuja seção brasileira foi a DS), que, no seu IX Congresso Mundial (1969) definiu as guerrilhas latino-americanas como “o eixo para a construção da Internacional”.



seus objetivos em termos classistas. A iniciativa de formar um partido operário (nos lugares onde não existe) é a ocasião de fazer progredir o programa revolucionário; abdicar dessa tarefa seria condenar à classe a seguir uma tortuosa evolução. A esquerda brasileira fez um culto do procedimento oportunista; devido a isto, o movimento prático das massas foi confiscado pela pequena burguesia, que fez prevalecer suas idéias e preconceitos. Segundo os “intelectuais” do PT, um programa deveria ser elaborado “de baixo para cima”, uma estupidez contrária à toda evidência histórica (inclusive a anterior ao *Manifesto Comunista*; este, por sua vez, elaborado pela vanguarda revolucionária, não “pelos operários de base”). O material de um programa são as idéias e sua substância a experiência histórica não só das massas, mas da humanidade toda e da sociedade específica (capitalista) vigente. Só a demagogia poderia sustentar “que as massas elaborassem o programa”, um despropósito que conduziu para um programa de vulgaridades liberais. A legalização do PT, no quadro do regime militar, comportou dois aspectos: uma derrota política imediata da burguesia, assim como a evidência de que o proletariado continuava submetido politicamente a variantes bastardas daquela. A legalização do PT, nos termos em que ocorreu, refletiu o refluxo do movimento de massas, após as greves de final da década de 1970,<sup>18</sup> assim

---

<sup>18</sup> Em 1979, as greves atingiram 2,5 milhões de trabalhadores, mas a derrota da greve metalúrgica de São Paulo, Osasco e Guarulhos encerrou essa fase



como sua escassa diferenciação política. A legalização do PT ratificou, no entanto, que, ao menos durante um período, esse partido seria o quadro político principal para todas as correntes da esquerda. O PT ergueu-se como um quadro no qual os revolucionários seriam forçados a atuar para clarificar politicamente a vanguarda operária. A conquista pelo PT de sua legalidade significou que não era viável uma ação política fora do PT, no quadro político desse período.

12. Foi, portanto, por motivos políticos, e não por uma “decorrência natural”, que nas “transições democráticas” ocupou um lugar central a cooptação política, direta ou indireta, das lideranças democráticas, operárias e populares, incluídas as que, até um passado recente, se reivindicavam do campo da revolução, à qual renunciaram em nome da “adesão à democracia” (que encontrou uma elaboração ideológica nas teorias da “democracia como valor universal”). Essa “esquerda democratizante” acabaria conquistando até as lideranças guerrilheiras centro-americanas – um fator fundamental na “transição latino-americana” foi o papel das burocracias russa e cubana, decisivo para limitar e castrar o alcance da revolução na Nicarágua e em El Salvador (Fidel Castro indicou claramente, nesse momento, que “a revolução socialista não resolvia os problemas”, ao tempo em

---

do movimento grevista. Em 1980, o número de grevistas recuou para 750 mil, incluindo 250 mil canavieiros de Pernambuco.



que lançou a proposta de “Nova Ordem Econômica Internacional” – propondo o “perdão” das dívidas externas – como saída para a crise latino-americana e mundial). Até expressões políticas oriundas da IV Internacional (o Secretariado Unificado) substituíram, nesse período, a luta pela ditadura do proletariado (governo operário e camponês), pela “democracia socialista”, concebida como um regime de extensão ilimitada das liberdades democráticas existentes no Estado burguês. A virada ideológica e política da esquerda latino-americana (e internacional) em direção da democracia burguesa foi um elemento decisivo para castrar a projeção revolucionária da queda das ditaduras,<sup>19</sup> sendo um reflexo ideológico

---

<sup>19</sup> Os fatores objetivos da revolução social estavam reunidos na América Latina, elo fraco da corrente imperialista mundial, onde as contradições do desenvolvimento desigual e combinado atingiam seu ponto mais agudo. Todos os indicadores econômicos manifestavam, na década de 1980, a maturidade das forças produtivas para a revolução social: a renda per capita caíra aos níveis de 1970; o retrocesso econômico absoluto (queda do PIB) coexistiu com o crescimento demográfico, determinando uma queda violenta da renda per capita (que, por sua vez, está longe de medir a queda abrupta real do nível de vida da população explorada); o investimento caiu de 25% do PIB (na década de 1970) para 16% em 1987; a inflação estava fora de controle; a dívida externa continental pulou de US\$ 100 bilhões em 1980, para US\$ 420 bilhões em 1989; a produção de alimentos caiu em 17 de dos 23 países latino-americanos, entre 1981 e 1987. O bloqueio das forças produtivas se refletiu em uma regressão social sem precedentes.



(tardio) do *boom* capitalista de pós-guerra, e reflexo imediato da crise mortal da burocracia dos mal chamados “países socialistas”. Certamente, expressou também as limitações políticas precedentes da esquerda (que tinha pretendido superar o nacionalismo frente-populista dos PCs stalinistas lhe opondo a “luta armada”, isto é, um radicalismo metodológico carente de conteúdo programático diverso). Foi no quadro de uma crise política galopante da burguesia (degringolada do governo Sarney, afundamento das candidaturas e partidos oriundos da oposição burguesa à ditadura militar) que o PT conheceu um espetacular desenvolvimento eleitoral, até obter 32 milhões de votos no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, se credenciando como alternativa e fator político decisivo do país. A base desse desenvolvimento foi dada também pela virada histórica do proletariado, que teve na CUT (criada em 1983) a sua primeira central operária nacional. Isto estava em contradição com a política democratizante da direção petista, e até com a participação do PT em importantes instâncias do Estado (em 1989, o PT já dirigia três das prefeituras mais importantes do país, postas abertamente na contramão do movimento grevista). Para resolver essa contradição, o PT lançou a candidatura presidencial de Lula, em 1989, não como candidato independente dos trabalhadores, mas de uma frente de colaboração de classes (a Frente Brasil Popular, FBP, adotada no VI Encontro Nacional do PT, em 1989) onde sobreviveu o stalinismo brasileiro (PC



do B), deu-se um lugar de destaque a políticos burgueses desconhecidos (como João Paulo Bisol) - a “sombra da burguesia” -, numa frente política que a direção petista pretendeu estender até os representantes da burguesia paulista (o PSDB de Covas) e ao cadáver político do varguismo (o PDT de Leonel Brizola).<sup>20</sup> A derrota no segundo turno de Lula para a candidatura aventureira de Collor, deveu-se à exploração política que este fez das contradições da Frente Popular; de pouco serviu que a FBP declarasse a intangibilidade da

---

<sup>20</sup> No Programa de Transição da IV Internacional, Trotsky assim definia a Frente Popular: “Sob o signo da Revolução de Outubro, a política conciliadora das Frentes Populares vota a classe operária à impotência e abre o caminho ao fascismo. As Frentes Populares, de um lado, e o fascismo, de outro, são os últimos recursos políticos do imperialismo na luta contra a revolução proletária. No entanto, do ponto de vista histórico, estes dois recursos são apenas ficções. A putrefação do capitalismo continua, tanto sob o signo do barrete frígio na França como sob o signo da suástica na Alemanha. Somente a derrubada da burguesia pode oferecer uma saída”. O *revival* da Frente Popular nesta virada do século já não se apresentou, como antes, “sob o signo da Revolução de Outubro”, depois da degradingolada burocrática e o fim da União Soviética, em 1989-1991. O seu álibi ideológico já não é a necessidade de uma “etapa da revolução democrática”, prévia e separada da revolução proletária, como durante a vigência histórica do stalinismo, mas a “universalidade (histórica) da democracia”, uma teoria parida nos porões do stalinismo na sua etapa de decomposição gorbacheviana.



propriedade privada e dos grandes bancos, assim como da dívida pública, nessa altura já atingindo os 300 bilhões de dólares. As direções sindicais bloquearam todas as lutas no período pré-eleitoral. Uma vitória de Lula, ainda assim, teria significado uma derrota da burguesia para as massas, que viam em Lula um representante de seu próprio movimento de classe (embora fosse um representante da burocracia sindical e da pequena burguesia que invocava a representação dos explorados, atuando em coalizão com partidos burgueses e até pró-imperialistas, como o PSDB). A precária saída política achada pela burguesia ao derrotar Lula por uma margem pouco relevante (as 14 milhões de abstenções e votos brancos ou nulos superaram em quase quatro vezes a diferença de 4 milhões de votos em favor de Collor) não ocultou a derrota política sofrida pela classe operária, pois todas as tendências eleitorais prévias apontavam a possibilidade da vitória de Lula.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Foram culpados pela derrota eleitoral do PT a manipulação da mídia (Rede Globo), as provocações da burguesia (uso do sequestro de Abílio Diniz por um grupo foquista chileno-argentino), os “golpes baixos” do candidato do grande capital (caso Miriam Cordeiro). Mas esses elementos fazem parte de toda democracia burguesa, que é um sistema de manipulação dos trabalhadores, não um terreno neutro de enfrentamento “limpo” entre as classes. Procurar esses bodes expiatórios revelava a ilusão em atingir as transformações sociais através do voto em regime burguês, e não através da luta classista independente: a democracia burguesa não é o meio para se chegar ao poder; os patrões nunca entregarão



13. A política frente-populista, mesmo na oposição, agiu contra as conquistas sociais e organizativas do proletariado, como o demonstraram a deterioração salarial e o desemprego crescente, e o fracasso, apesar disso, da greve geral convocada pela CUT, enquanto a direção petista a desmoralizava com a sua política de pacto nacional. O relativo sucesso eleitoral do partido (se medido só pela quantidade de votos) permitiu ao PT ser o motor da esquerda democratizante em todo o continente: o Foro de São Paulo, criado em 1990 (através de um acordo com o PC cubano), iniciou a preparação política da esquerda democratizante continental como alternativa de governo, projetando

---

gratuita e pacificamente o poder que construíram em séculos de exploração. A política do PT privilegiou a aliança com representantes da burguesia em detrimento da luta de classes. A Frente Brasil Popular e a candidatura Bisol, primeiro, e o “movimento pró-Lula presidente” depois, descaracterizaram o caráter classista da candidatura Lula, como oposição ao regime burguês e seus partidos, no primeiro turno, e como oposição classista ao candidato do regime militar e da burguesia, no segundo. A aliança com Brizola forneceu ao adversário a munição que precisava para tirar de Lula a sua principal bandeira política: a luta contra os conchavos e a corrupção, bandeira democrática, mas não classista. Como disse *O Estado de S. Paulo*, “Brizola cozinhou Lula em água fria”, apoiando-o formalmente, e abrindo fogo contra a “corrupção” do gaúcho Bisol (vice de Lula), sem resposta pelo PT, contradição que forneceu a Collor seu principal argumento no segundo debate da TV. Brizola estava obrigado a apoiar Lula, pois as





internacionalmente a política frente-populista. O PT tomou a iniciativa e aglutinou quase toda a esquerda latino-americana na reunião, convidando não apenas partidos de esquerda, como também partidos burgueses (o Partido Revolucionário Democrático do México, de Cuauhtémoc Cárdenas, e o Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola, por exemplo). Nessa reunião foi debatida a situação internacional, discussão aprofundada numa segunda reunião no México, depois na Nicarágua, em 1993, e finalmente em Cuba em 1994. A conclusão do Foro foi a seguinte: a queda do Muro de Berlim e o “fracasso” do socialismo

---

pesquisas após o primeiro turno mostravam que 85-90% do seu eleitorado votaria em Lula no segundo, o que o deixava na obrigação de apoiá-lo, coisa que o líder populista burguês transformou numa arma contra a candidatura petista. Quanto à aliança com Covas, os resultados do PT em São Paulo, bastião do PSDB, demonstraram a sua (quase nula) utilidade eleitoral. Enquanto se propagandeava a aliança (e o futuro co-governo) com o PDT e com o PSDB, o apoio da CUT e dos sindicatos a Lula no segundo turno foi deixado em segundo plano. A política frente-populista do PT deu margem para todas essas manobras da burguesia, que conseguiu assim contornar momentaneamente a sua monumental crise política, crise que arrebentou com todos os seus partidos diante do crescimento irrefreável da candidatura Lula. Dizer que houve uma “vitória” porque Lula e o PT atingiram níveis inéditos de votação para a esquerda e as candidaturas operárias no Brasil, significa esquecer que na semana prévia as pesquisas apontavam a vitória de Lula, e a militância petista se mobilizava nesse sentido.



na URSS significavam o fracasso das tentativas das massas operárias, no curso da história, para resolver seus problemas, e também os problemas da humanidade, por meio da revolução proletária. O fracasso da URSS seria o fracasso da revolução proletária, o fracasso da tentativa de derrocar a burguesia, assim como da perspectiva estratégica da ditadura do proletariado. A segunda conclusão foi que a democracia, que os marxistas sempre consideraram como uma categoria histórica, a forma clássica e aperfeiçoada da dominação capitalista, era “um valor universal”, estaria no foro íntimo do ser humano, sendo necessário manter-se no campo democrático e numa perspectiva em que a luta dos trabalhadores se limitasse a ampliar os direitos democráticos: por esse meio, os trabalhadores poderiam chegar ao governo e transformar pacificamente a sociedade, por meio de uma política de “justiça social”. Finalmente, o Foro afirmou que América Latina estava sofrendo um processo de exclusão internacional, com seu comércio internacional diminuindo, e a pobreza crescendo: daí a necessidade da integração na “nova ordem econômica internacional”. A negação da revolução proletária, a reivindicação da democracia e a integração no mercado mundial capitalista foram as conclusões estratégicas com as quais a esquerda latino-americana, com o PT à sua cabeça, preparou sua candidatura ao governo, na década de 1990. Todas essas conclusões foram votadas no Foro de São Paulo, com apenas um único voto contrário dentre os mais de 150 participantes, o do Partido



Obrero da Argentina, que procurou demonstrar que a queda do Muro de Berlim e da burocracia stalinista iria aprofundar a tendência política mundial à criação de situações revolucionárias; que a democracia não iria se ampliar, mas estreitar-se em consequência da crise capitalista; que haveria revoltas dos trabalhadores, e que a integração de América Latina na ordem capitalista mundial “globalizada” iria aprofundar a exploração imperialista do continente.

14. Depois das moratórias latino-americanas, determinadas pela exaustão financeira, o pagamento das dívidas foi retomado através dos Planos Baker e Brady, que incluíram a privatização “a preço de banana” (com títulos públicos podres) dos ativos estatais. Os planos visavam eliminar qualquer espécie de “renegociação soberana” e, sobretudo, de suspensão do pagamento da dívida; segundo os “economistas” já não era possível renegociar, pois se no passado havia um número limitado de bancos credores, com o “Brady” a dívida externa foi transformada em títulos públicos (os “bradies”) vendidos pelos bancos no mercado internacional, sem que se conhecesse a identidade dos donos desses títulos, que começaram a pairar no mundo inteiro. Ou seja, o Plano Brady era menos um plano econômico do que uma manobra política (o default argentino, de dezembro de 2001, fez aparecer os proprietários desses títulos nos lugares mais inimagináveis, incluindo os cafundós agrários da Itália, e as montanhas tirolesas da Áustria...). A essa



mega-operação de entrega nacional e exploração social foi dado o pomposo nome de “neoliberalismo”, atribuindo um caráter ideológico a uma fraude econômica impulsionada por políticos carentes de qualquer outra “ideologia”, além do saque, em benefício próprio, das finanças estatais. O governo Sarney, produto de eleições indiretas, caiu em meio a um fracasso econômico contundente, com uma hiper-inflação galopante (que atingiu 53.000% anual, determinando várias mudanças de moeda), provocada pela especulação financeira com os títulos públicos. O governo Collor, surgido das eleições de 1989, assim como os outros governos “democráticos” latino-americanos (cujo conteúdo econômico não foi o de opor uma resistência limitada ao imperialismo, mas o de aprofundar a entrega nacional, levando-a a níveis inéditos, até quando comparada com as ditaduras militares) aceitou o princípio do pagamento dos juros,<sup>22</sup> como garantia para a

---

<sup>22</sup> O pagamento do serviço da dívida externa atingiu o limite de consumir todo o saldo da balança comercial, ou seja, todo o excedente nacional. Entre 1970 e 1990, o Brasil pagou em juros US\$ 122,77 bilhões, mais do que o total do estoque da dívida externa (US\$ 111,91 bilhões). A descapitalização do país chegou ao ponto de, entre 1985 e 1989, o Brasil ter pago US\$ 56,65 bilhões e recebido US\$16,74 bilhões do exterior: uma transferência líquida de US\$ 40 bilhões, ou 15% da produção nacional. Em apenas seis anos, a dívida passou de 26% do PIB (1978), representando 53% do PIB em 1984, e crescendo a partir de então.



renegociação do pagamento da dívida impagável, e o princípio de “capitalização da dívida”, liquidando o aparelho produtivo nacional, entregando-o em troca de títulos desvalorizados da dívida, aceitos pelo seu valor nominal. Collor acabou com a histórica reserva de mercado para setores estratégicos (informática e petroquímica), e elaborou o primeiro plano econômico em que a privatização das empresas estatais passou a ser eixo da política do Estado. Todos os vitupérios posteriores contra o “presidente-ladrão” (que cobrou o preço por ter livrado à burguesia do “sapo barbudo” montando uma roubalheira baseada num esquema de saques, comissões e desvios de verba, comandada pelo seu mafioso lugartenente PC Farias, de US\$ 8 bilhões, da época) não mexeram uma palha do norte estratégico de sua política econômica pró-imperialista, que foi mantida pelos governos sucessivos até nos mínimos detalhes. Collor não foi destituído, em 1991, por causa desse programa, mas pelos seus patológicos excessos cleptomaniacos, que foram o eixo de uma mobilização popular – cuja iniciativa coube à esquerda petista – muito manipulada pela burguesia, pela mídia crescida na ditadura (Rede Globo e Folha de S. Paulo), com os estudantes “carapintadas” na rua fortemente despolitizados pela direção da UNE, nas mãos do PC do B (que cobraria seu preço pelo serviço, com cargos executivos nos governos estaduais da direita – como o de Maranhão – e, sobretudo, com posições no futuro governo Lula, totalmente desproporcionais



ao seu [escasso] peso político real nas massas populares). O esquema bonapartista de Collor excedia em muito sua base social e política real, e a própria burguesia preferiu livrar-se do embaraçoso corrupto e de sua “corte dos milagres” – depois deste ter cumprido sua tarefa de impedir a vitória eleitoral de Lula, e de ter atacado a hiperinflação mediante a pior expropriação do salário e das poupanças das classes pobres já realizada no Brasil (“Plano Collor”). Essas seriam, no entanto, as bases econômicas e políticas de seus “honestos” sucessores (Itamar Franco, seu vice-presidente, e, finalmente, FHC). Estes enfrentaram movimentos de luta desgastados pela castração política da luta contra a ditadura militar e contra Collor. Itamar Franco (um verdadeiro zero político à esquerda) não foi um simples governo “de travessia”, pois continuou a repressão contra a classe operária e o MST, assim como o programa de privatizações, mas fez isso cooptando lideranças petistas, como a ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, que geriu a área “social” do governo, enquanto, na Fazenda, FHC lançava o plano econômico (o Real) que estabilizou e unificou a burguesia e o capital financeiro internacional, uma perfeita “divisão de tarefas”. O governo Itamar Franco deu continuidade às políticas do governo Collor, principalmente no que diz respeito à ampliação de espaços na educação para o setor privado. Instituiu também a Lei 8.958, que abriu o espaço das universidades públicas para as fundações privadas. Sua viabilização foi favorecida pelo relativo refluxo



das lutas da classe trabalhadora, devido à frustração política das grandes lutas precedentes. No interior do *establishment* burguês, ganhou vigência uma mudança política até então posta em segundo plano. As catástrofes em que concluíram os primeiros governos civis demonstraram a completa incapacidade da partidocracia burguesa existente para sustentar a estabilidade do regime político (a candidatura Collor, recurso de crise contra a ascensão do PT, por exemplo, fora lançada por um incrível – e inexistente – “Partido da Juventude”). O programa federal de privatizações, saneamento monetário e tributação regressiva exigido pelo imperialismo era incompatível com governos (como os de Sarney, Collor e Itamar Franco) sustentados em partidos demasiadamente comprometidos com as oligarquias regionais, com seus interesses disparatados e sistemas próprios de falcatrúas. Do PMDB surgira assim o PSDB (com apoio também de frações de outros partidos), no qual, em que pese o papel de políticos regionais tradicionais (como Franco Montoro ou Mário Covas, de São Paulo, ou Tasso Jereissatti, do Ceará) a hegemonia política ficou nas mãos de representantes da intelectualidade paulista “de esquerda” (Fernando Henrique Cardoso, José Serra, e sua primeira geração de discípulos-agregados do Cebrap, como Antonio Kandir), uma espécie de “vanguarda pequeno burguesa” que se propôs como substituta “moderna” da falida política oligárquica, por conta dos interesses gerais do capital e do imperialismo. Até então, a participação política desse setor tinha



vido periférica (e não muito bem sucedida, como demonstrara o fracasso da candidatura de FHC para a prefeitura de São Paulo, derrotada por um candidato quase sempre bêbado e com um pé na cova, Jânio Quadros). Para dar estabilidade ao regime político, os velhos representantes oligárquicos (escaldados e debilitados depois do apoio emprestado ao aventureiro alagoano) tiveram que abrir mão da sua hegemonia política, quase sem tê-la exercido, em favor da intelectualidade pequeno-burguesa outrora perseguida pela ditadura militar.

15. Em novembro de 1991, o PT realizou, finalmente, seu I Congresso Nacional (entre sua fundação, em 1980, e essa data, quase doze anos depois, aconteceram oito “Encontros Nacionais”, não destinados, pela sua própria natureza, a discutir programa e estatutos). Só esse fato ilustra a demagogia contida na famosa “democracia de base” apregoada pela sua direção. Depois da adoção da política frente-populista, o Congresso adotou o seu correlato organizativo, a “regulamentação das tendências internas”. Descaracterizado como partido de real base operária organizada, o PT era já, a essa altura, uma federação de tendências de esquerda (funcionando na base do consenso), mas com as próprias tendências fortalecidas pelo forte movimento de recuperação classista (ou, simplesmente, de eliminação da velha pelegada) acontecido em um número importante de sindicatos durante a década de 1980, movimento que não fora





hegemonizado, sequer impulsionado, pela “Articulação”, a tendência “lulista” do PT (e da CUT). O Congresso foi precedido por um “Manifesto” de Lula (lançado por cima de qualquer instância partidária), de conteúdo programático (pela “redistribuição da renda”, contra o poder dos trabalhadores; o Estado só deveria conservar “os setores estratégicos para o desenvolvimento nacional”: em resumo, contra a expropriação da burguesia, pelo capitalismo e até pela penetração imperialista) e, sobretudo, de conteúdo organizativo: “concluiu o ciclo do partido organizado em tendências”, dizia o documento. Esse foi o resultado final do famoso “programa elaborado pela base”. O programa, na verdade, tinha sido ditado previamente, em agosto, pela *Gazeta Mercantil*: “*As doze tendências ultra-radicais abrigadas no PT têm seus dias contados*” (o jornal dos Levy tinha até feito a conta!). Sem a “normalização” burguesa do PT, a política de Frente Popular, com todas as garantias dadas à burguesia, não o habilitaria como alternativa de governo (burguês). A completa eliminação das tendências, preconizada por Lula, foi, no entanto, impossível, devido à precariedade do acordo político entre as tendências de direita (majoritárias) - os ex-stalinistas, agora petistas, não estavam ainda dispostos a “comer na mão” de Lula e de sua base política de sindicalistas burocráticos - e à força das tendências de esquerda, reflexo deformado da radicalização da classe operária e da juventude. A “esquerda” petista (nesse momento, principalmente, a “Democracia



Socialista”, DS, e a “Convergência Socialista”, CS) defendeu o “direito de tendência”, mas sobre bases puramente organizativas, isto é, sobre a base de um princípio democrático abstrato, sem caracterizar nem denunciar a política pró-burguesa das tendências majoritárias, como base da “normalização” interna (isto preparava a derrota da esquerda, ou sua capitulação: ambas acabaram acontecendo). Nessas condições, a “normalização” burguesa do PT avançou aos trancos e barrancos, por etapas, e com “experiências piloto” (era impossível excluir toda a “esquerda” em bloco, sem provocar uma crise monumental e, provavelmente, um novo e importante reagrupamento político, concorrente do próprio PT). Primeiro foram expulsos, sob pretextos diversos, alguns grupelhos e militantes (sob pretexto de defesa aberta da “luta armada”), depois a “Causa Operária”, CO, primeira tendência organizada a ser excluída (e única a ter denunciado a FBP como uma política frente-populista de colaboração de classes, contra-revolucionária), ao mesmo tempo em que sofriam intervenção, pela Direção Nacional, os Diretórios Municipais de Bauru e Volta Redonda, pela sua oposição à FBP. A expulsão da CO passou sem grandes histórias, devido à debilidade política do grupo expulso (a CO só veio a se declarar “tendência interna do PT” quando o processo de sua exclusão já estava em andamento avançado). Maiores problemas, e verdadeiro teste, foi a exclusão ulterior da CS, tendência integrada nas instâncias orgânicas do PT (inclusive o Diretório



Nacional). No entanto, a CS (como aconteceria posteriormente com os grupos que deram origem ao PSOL) praticamente se auto-excluiu do PT, declarando que o conflito no PT em torno das tendências opunha, não defensores da colaboração de classes contra defensores da independência de classe (divergência política), mas “reformistas” versus “revolucionários” (divergência ideológica, imprecisa e muito mais limitada para suscitar o interesse político da vanguarda operária que tinha como referência o PT, dentro ou fora do partido), sem denunciar a política colaboracionista da Frente Popular,<sup>23</sup> e colocando que a saída dos “revolucionários” era “inevitável”. Contra a “crise do socialismo” argumentada pela direção petista (para adaptar-se à burguesia) a CS defendeu o “socialismo com democracia” (como se fosse possível um “socialismo antidemocrático”). A

---

<sup>23</sup> O que não impediu, depois, o PSTU de denunciar a FBP como “Frente Popular”, coisa que não foi feita quando a FBP teve origem (em 1989), evidenciando o caráter empírico e episódico (isto é, não de princípios ou programática) dessa caracterização do PSTU (o que lhe permitiu, por isso, de participar de uma “mini Frente Popular”, batizada de “Frente de Esquerda”, nas eleições gerais de 2002). Em 1989, o MAS argentino, então “modelo” da CS brasileira, saudou a aliança do PT com Brizola e Covas sob o título “juntos podemos vencer”. Nahuel Moreno já tinha teorizado que, nos países atrasados, diferentemente das metrópoles imperialistas, a Frente Popular possuía um “lado progressista” (antiimperialista) que justificaria um eventual “apoio crítico” à mesma.



“Frente Revolucionária” organizada pela CS (como suposta convergência dos revolucionários excluídos ou cindidos do PT), encaminhada para a formação do “partido revolucionário plural” (que seria, depois, o PSTU, o partido dos socialistas “Unificados”) - atualização da “frente única revolucionária” outrora preconizada por Nahuel Moreno - não agrupou senão (além da CS) grupos (pequenos) e militantes já anteriormente excluídos do PT, ou que nunca dele fizeram parte (como, por exemplo, uma fração stalino/prestista que perambulava sem eira nem beira pelos cada vez menos lotados corredores da esquerda brasileira). Como tal “pluralidade revolucionária” permanente não passava de um princípio demagógico (chegou a ser citada, totalmente fora de contexto e propósito, a “convergência” dos trotskistas com os leninistas no partido bolchevique...) o “ajuste” ulterior do PSTU concluiu com a saída-exclusão dos “revolucionários convergentes”, que foram para outras tendas políticas (incluído um grupo que voltou ao PT), ou voltaram para casa, levando de cambulhada não poucos militantes da ex CS. No PT, portanto, os trotskistas foram excluídos, ao mesmo tempo em que o “direito de tendência” foi concedido à *Gazeta Mercantil* e ao *Estado de S. Paulo*, que o aceitaram com prazer, refletindo a tendência da burguesia para transformar o PT em “partido da ordem (burguesa)”. As correntes trotskistas não foram excluídas porque representassem uma ameaça à hegemonia das correntes burguesas na direção do PT (não o eram nem de perto, por



motivos diversos), mas como uma prova dada à burguesia brasileira de sua capacidade de disciplinar o partido dentro a uma política situada no regime social vigente, embora também com um certo instinto ideológico anti-marxista (foi mobilizado para a “depuração” do PT o velho stalinista Apolônio de Carvalho, quem, nas páginas da oficial revista petista *Teoria e Debate*, despejou contra o trotskismo todas as calúnias outrora paridas nas usinas ideológicas do KGB: o “novo socialismo” do PT concluía, assim, na repetição – farsesca – do stalinismo, Frente Popular incluída). A “normalização” democratizante-burguesa do PT, que poderia ter dado lugar a uma grave crise política que clarificasse à vanguarda operária, e permitisse um novo realinhamento político da mesma, qualitativamente superior ao PT, concluiu em uma frustração política quase completa. Isto pesou, e pesa ainda hoje, como uma hipoteca política decisiva sobre a vanguarda lutadora do Brasil, na medida, sobretudo, em que o PSTU constituiu-se como o principal (e limitado) canal político dos ativistas operários e juvenis dispostos a combater pela independência de classe e a revolução socialista.

16. Em menos de uma década, a “democracia” brasileira, com Constituinte e tudo mais, agravou os problemas da nação brasileira, levando-os a um patamar qualitativamente superior ao da (entreguista) ditadura militar. “Modernidade” e pobreza, avanço técnico e fragmentação social,



latifúndio improdutivo e mercado de futuros da soja se fortaleceram reciprocamente em um paradoxo aparentemente sem fim, expressão do desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas nacionais. Com a “guerra fiscal” entre os estados, destinada a criar melhores condições para os investimentos (estrangeiros, principalmente), originou-se um caos impositivo que questionou o próprio pacto federativo. A guerra fiscal, por outro lado, é paga pela população trabalhadora e pobre com cortes crescentes nos gastos sociais e no orçamento público em geral (saúde, educação, transporte, etc.), produto das isenções impositivas (“renúncia fiscal”) oferecida competitivamente (via decretos) pelos estados ao grande capital (a desoneração em 2007 chegou a R\$ 5,25 bilhões) que foi obtendo lucros cada vez maiores no Brasil, especialmente no setor financeiro, cujos benefícios se situaram entre os mais altos do planeta (o lucro médio dos bancos no Brasil é de 26% ao ano, enquanto nos EUA varia entre 10% e 15%), setor que sofreu também um acelerado processo de concentração e desnacionalização sob a chamada “democracia”.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Este processo abrangeu toda a América Latina. A concentração do capital financeiro mundial criou gigantes bancários que, com a oportunidade latino-americana, aumentaram as fusões e aquisições, alcançando as posições de prevalência: BSCH (Grupo Santander), Citibank, BBVA (Banco de Bilbao), BankBoston, HSBC (Hong Kong e Shanghai) e ABN Amro. A soma das atividades destes bancos alcança cerca de 60% dos ativos de todos os bancos estrangeiros na América Latina.



PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS INSTITUIÇÕES NOS ATIVOS DO GRUPO DE BANCOS EM FUNCIONAMENTO		
TIPO DE INSTITUIÇÃO	31.12.1988	31.12.2000
Bancos com Controle Estrangeiro	9,62	33,11
Bancos Privados	56,95	42,56
Bancos Públicos	33,53	24,33
<b>TOTAL DOS BANCOS MÚLTIPLOS E COMERCIAIS</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Fonte: COSIF - DEORF/COPEC		

Com a política econômica voltada a transformar de modo crescente o país numa plataforma de exportações, para obter os saldos que permitissem continuar rolando as dívidas, definiram-se “circuitos espaciais de produção” que, por meio de um uso monopólico do território, estabeleceram uma hierarquia territorial. Essa crescente concentração econômica dos circuitos fez com que eles se comportassem como fragmentos que operam de forma autônoma em relação ao resto do território. Os lugares que ficam como resíduos desse processo não contam na divisão territorial do trabalho. Nesse contexto, uma disputa entre “fragmentos” será sempre uma disputa desigual. Os primeiros, com sua parcela de produção ampliada na escala internacional, ficam fortalecidos; os segundos, com sua área de ação localmente delimitada, permanecem fragilizados. Processo que, em vez de fortalecer o território nacional, estimula sua fragmentação e fragilidade. O esgarçamento econômico e político conclui na fragmentação geográfica que, pela dinâmica do capital, se desdobra na fragmentação urbana, derivada do desemprego e do confronto brutal do capital com o trabalho. A divisão social, sempre existente nas



concentrações urbanas, se transformou, no Brasil, no confronto crescente entre duas cidades, a “protegida” (que fez nascer e se desenvolver uma monumental indústria da segurança privada, um negócio capitalista situado à beira do crime, e que dele se alimenta) e a favelada, submetida a um estado de exceção policial permanente, cinicamente posto sob fachada de “defesa dos direitos humanos” (com suas correspondentes secretarias federais, estaduais e municipais, que enchem de parasitas o Estado), de “inclusão social” e de outros discursos vulgares de cunho semelhante. A repressão policial assassina é exercida principalmente pela Polícia Militar, instituição criada pelo Exército durante a ditadura militar, com fórum judicial próprio, isto é, situado fora de qualquer controle judiciário civil. A dissolução desse corpo exclusivamente repressivo e independente é uma exigência elementar da democracia. À sua sombra, floresceram as “milícias” privadas, verdadeiro governo independente nas regiões mais pobres das grandes cidades. A acumulação de capital que, segundo seus apologistas, teria situado o Brasil à beira do “Primeiro Mundo”, produziu e produz uma decomposição social sem precedentes, de dimensões monumentais, com dois filhos perfeitamente legítimos: a expansão espetacular do consumo de drogas (em todas as classes sociais) e o “crime organizado” (PCC, Comando Vermelho e muitos outros), expressões, não de uma revolta social, mas de uma indústria capitalista (a das





drogas, principalmente) situada fora da legalidade comercial. Os canais de lavagem de dinheiro transformam este processo em “crescimento do PIB”, que alguns marxistas vulgares identificam com um desenvolvimento das forças produtivas sociais, quando se trata de um bloqueio das mesmas e de uma regressão social absoluta: na era histórica de seu declínio, o capital, inclusive em suas fases de expansão, expressa plenamente suas tendências destrutivas e socialmente regressivas. A barbárie (sem aspas) virou o cotidiano do Brasil urbano e “moderno”. Entre jovens de 15 a 24 anos, o desemprego pulou de 35% para 40% a partir de 2001 e ficou por aí desde então. Alguma surpresa com a explosão da criminalidade entre os jovens nessa faixa etária? Mais da metade dos trabalhadores brasileiros não tem emprego formal (51,2% em 2004). A acumulação e concentração capitalistas estão na base do fenômeno: nas últimas três décadas do século XX houve um aumento da produção em 20% na empresa industrial média, acompanhada por uma redução de 75% nos postos de trabalho. A grande indústria, responsável pela maior parte da produção, gera menor quantidade de empregos. Contrariamente, centenas de milhares de pequenas firmas, responsáveis pela “informalidade”, compreendem a maior parte da força de trabalho assalariada. Apenas 400 empresas no Brasil geram mais de 60% do PIB, um índice de concentração superior ao dos países imperialistas. O Brasil combina os males da ultra-monopolização



do capital, junto com os do seu próprio atraso econômico.

17. As duas vitórias eleitorais presidências de FHC e o PSDB (1994 e 1998, esta sem necessidade de segundo turno) foram a expressão plena do processo democratizante latino-americano, no quadro de um crescente retrocesso, no Brasil, dos movimentos de luta das massas exploradas. A explosão da inflação no governo Itamar Franco (952% em 1992, 1928% em 1993, 2050% em 1994, o que fez ruir as poupanças e a renda dos setores de rendimentos variáveis) decretou a falência dos “choques econômicos” precedentes, baseados no congelamento de preços e salários, ou seja, retratou a incapacidade do regime político em estabelecer a mais elementar arbitragem entre as classes. Isto foi a base do Plano Real,<sup>25</sup> lançado por FHC como

---

<sup>25</sup> Os planos anteriores ao Real foram marcados pelos congelamentos de preços e salários (Cruzado, 1986; Bresser, 1987; Verão, 1989; Collor I e Collor II), seu insucesso foi creditado à “falta de credibilidade”, ou seja, à perda de capacidade reguladora e arbitral do Estado burguês. A virada dos anos 1980-1990 foi marcada pela crise desses “modelos de estabilização”, pela eclosão da hiperinflação e, ao mesmo tempo, pelo surgimento de outro “modelo”, baseado na introdução de âncora cambial. México (1989), Chile (1990), Argentina (1991) e Brasil (1994), além de vários outros países latino-americanos, asiáticos e do Leste europeu introduziram essa modalidade de estabilização com estrutura básica semelhante. A base para a implantação desse modelo foi o excedente de capital-dinheiro na economia mundial, resultante de várias fontes: a queda da taxa de juros dos Estados



ministro de Fazenda de Itamar Franco, que transformou o eleitorado de “classe média” em literal refém econômico de FHC, capturando inclusive à esquerda, que aceitou o plano com críticas secundárias.<sup>26</sup> Claro que FHC sabia que o

---

Unidos; o grande volume de recursos provenientes do crime organizado, com a expansão da produção e da comercialização de drogas que, juntamente ao tráfico de armas, passou a representar em torno de US\$ 1 trilhão por ano; a renegociação da dívida externa através do Plano Brady, que revitalizou um grande volume de recursos considerados perdidos, sob a forma de títulos públicos, passando a servir de base para novos créditos; e os recursos que advinham do crescente parasitismo ou deslocamento de capital que estava imobilizado, mas que passava para a esfera financeira atuando no mercado de títulos públicos e no mercado de câmbio, somado aos grandes lucros financeiros que não conseguiam ser reinvestidos produtivamente, além da expansão dos fundos de pensões. A “esquerda” acabou aceitando (e, no caso do PT, finalmente, administrando) planos que eram um resgate do capital em crise (e que preparavam uma crise ainda maior no futuro).

<sup>26</sup> Em setembro de 1994, em debate com Jorge Altamira na USP, Jacob Gorender, figura patriarcal da esquerda brasileira, afirmou: “Há um mês atrás, o candidato Lula tinha 42 pontos nas pesquisas de opinião pública da disputa presidencial. Era um candidato que tinha chances de, segundo a grande imprensa burguesa, ganhar as eleições no primeiro turno. Bastou apenas um mês para que este quadro se modificasse. A última pesquisa dá dez pontos de diferença a favor do candidato FHC em relação a Lula, uma inversão extraordinária, que ninguém imaginava acontecer com tanta rapidez. Faziam-se cálculos no PT de que, com a introdução da nova moeda, FHC



Plano Real não bastaria para se eleger, restava a aliança com aqueles que detinham a técnica da fraude eleitoral, movida pelas oligarquias regionais: o “moderno” PSDB articulou uma aliança de toda a direita arcaica brasileira, que foi a base de seu

---

ganharia pontos e Lula os perderia. A introdução da nova moeda foi identificada rapidamente com o ex-ministro da Fazenda, prestigiando-o diante da população. É necessário levar em consideração a psicologia popular de nosso povo. O que está acontecendo repete o já ocorrido em 1986, quando o primeiro desses planos de estabilização - o Plano Cruzado - foi aplicado, e deu ao partido que estava no poder, o PMDB, uma estrondosa vitória eleitoral. O povo apoiou o partido que estabilizara a moeda e que fizera cessar, pelo menos naquele momento, a inflação. O mesmo repete-se agora, com a vinda do real e, passado um mês, o plano dura, o poder aquisitivo aumentou um pouco e há perspectivas de que ele dure ainda mais. O povo sabe que esse plano pode não durar, pois a sua psicologia, a sua intuição, o adverte. Mas, hoje, o povo apoia o plano, apoia a nova moeda, manifestando a necessidade de se ter uma moeda estável. Arrisco dizer que talvez seja o caso dos marxistas-leninistas de países como o Brasil, - que tem um processo inflacionário crônico, em que há até uma cultura inflacionária - introduzirem em nossos programas a cessação da inflação, a garantia de uma moeda estável, já que teremos de lidar com a moeda no futuro regime socialista, já que o mercado não irá desaparecer, já o sabemos. O povo anseia por isto e aí reside o apoio dado a FHC”. A sobrevivência do mercado num (hipotético) regime socialista como alibi para uma “estabilização monetária” capitalista e anti-operária: a argumentação revelava uma esquerda que tinha perdido por completo a bússola marxista ou de classe.



governo. A suposta novidade econômica do plano de estabilização monetária (a “âncora cambial” – que supunha um constante e consistente fluxo de investimentos externos para se sustentar) escorava, na verdade, em condições políticas que, por sua vez, supunham um entreguismo nacional sem precedentes. O Plano Real, de FHC, foi diverso dos planos de estabilização precedentes, porque introduzia as políticas de ajuste do BIRD e do FMI, tendo como eixo as privatizações. Foram exigidas várias reformas: do Estado, da Previdência, universitária, quebra do monopólio estatal em setores estratégicos (petróleo), flexibilização dos direitos trabalhistas. A questão monetária, ponto culminante do plano, privilegiou essa finalidade, não tocando em questões como a distribuição de renda e da propriedade (reforma agrária), investimentos e geração de empregos. No primeiro governo FHC foram aprovadas as chamadas “reformas constitucionais da ordem econômica”, com a quebra dos monopólios estatais, a igualdade de tratamento entre empresas nacionais e estrangeiras, e a desregulamentação de atividades até então consideradas “estratégicas”. Os benefícios concedidos pelo governo às empresas compradoras chegaram a US\$ 45 bilhões, valor maior do que o patrimônio vendido e mais que o dobro do “ganho” obtido com as desestatizações (o ganho alegado com o processo foi de US\$ 17,9 bilhões). Parte dessas empresas foram compradas com financiamento do BNDES a partir de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Houve



também a abertura comercial com a drástica redução das tarifas alfandegárias, ampliando a oferta de produtos importados. A contrapartida de ampliação das exportações não se consolidou, o resultado foi a passagem de uma situação de superávit comercial (US\$ 29,5 bilhões em 1989) para déficit (US\$ 45,8 bilhões em 1999), combatendo a inflação com produtos importados a preços menores do que os nacionais (“a indústria nacional precisa se modernizar para competir”, foi o discurso). Cadeias produtivas inteiras foram desarticuladas, a dependência externa aumentou. Outro aspecto foi a desvalorização dos patrimônios nacionais (seguindo a tendência mundial de queda dos valores), vendidos a empresas multinacionais a preços irrisórios, para garantir a entrada de dólares e cumprir as obrigações com o capital financeiro. As privatizações renderam US\$ 63,6 bilhões. Mesmo assim, a dívida externa saltou de US\$ 123,9 bilhões em 1991 para US\$ 236 bilhões em março de 2002. Durante o primeiro mandato de FHC (1995-98), o país desembolsou cerca de US\$ 126 bilhões a título de juros e amortização da dívida externa. As despesas líquidas de juros subiram de US\$ 8,2 bilhões em 1995 para US\$ 15,2 bilhões em 1999. As conseqüências sociais, com a recessão econômica e os cortes orçamentários, foram o desemprego aberto e o “trabalho precário” (super-explorado e sem cobertura social). Sob a denominação de “trabalho informal” esconde-se o crescimento espetacular da exploração sem limites (sem nenhuma contribuição previdenciária e taxas



patronais de qualquer natureza), com jornadas de trabalho situadas entre 70 e 80 horas semanais, “trabalho” responsável por 60% dos postos criados no Brasil no período FHC. A pequena burguesia democratizante demonstrou carecer de qualquer independência social e política em relação à burguesia e ao imperialismo, se transformando na ponta de lança da entrega nacional. A chegada ao governo da “esquerda cebrapiana”, no entanto, abalou o PT, lhe impondo uma derrota política: os representantes mais conscientes da política democratizante no partido (o ex-secretário geral Francisco Weffort,<sup>27</sup> José Álvaro Moisés, Augusto

---

<sup>27</sup> Este tinha sido o coordenador da campanha eleitoral de Lula em 1994. Derrotado por FHC, Weffort se integrou de imediato ao governo deste, como Ministro de Cultura (o que, com certeza, estava acertado previamente, o que significa que a campanha do PT tinha sido dirigida por um quinta-coluna do PSDB-Cebrap). Este oportunismo sem limites foi “explicado” num artigo de Weffort, publicado com o devido destaque pela *Folha de S. Paulo*, um verdadeiro chamado aos seus “irmãos de classe (média)” a entrar na barca de FHC, e deixar os trabalhadores livrados à sua própria sorte. Não foram poucos os que responderam positivamente. O artigo foi publicado a 4 de outubro, entregue, portanto, ainda a 3 de outubro, dia das eleições, quando sequer o seu resultado estava claro, e havia muita fraude a ser denunciada, e só poderia, pelo tamanho e elaboração, ter sido escrito ainda em plena campanha eleitoral. A esquerda brasileira, hegemônica pela pequena burguesia, foi testemunha muda do recorde mundial da falta de decoro... Weffort citou, sem ser desmentido, a “compreensão” de Lula da sua “decisão” de entrar no governo FHC!



de Franco, Eduardo Jorge, Irma Passoni, e vários outros) romperam com o partido para integrar-se no governo FHC, demonstrando que sua circunstancial aproximação “aos trabalhadores” não passara de uma manobra oportunista para aproximar-se do poder burguês por vias transversais, o que confirmava inteiramente a crítica que o marxismo revolucionário fizera no próprio nascedouro do PT.

18. O Plano Real dependia por inteiro da prosperidade capitalista mundial, da propensão do capital financeiro para investir no Brasil, para o qual se ofereceu uma remuneração extraordinária através da elevação dos juros, reforçando a tendência parasitária (“rentista”) do capital financeiro. Os “planos de estabilização” na América Latina se inseriram no contexto de crise e batalha econômica mundial. O novo papel dos organismos econômicos e financeiros internacionais foi imposto politicamente pelos países imperialistas. Os planos de estabilização apontaram para a recuperação do dólar como moeda de troca (comercial e financeira) mundial, ou seja, para a recuperação do capital financeiro e do imperialismo norte-americano. O endividamento externo foi o principal instrumento político desse processo, ao mesmo tempo em que uma evidência do crescente parasitismo capitalista, e da decomposição das relações capitalistas em escala mundial. A “renegociação das dívidas” foi o solo no qual floresceu a “estabilização dolarizada” e o processo de crescente expropriação do





excedente econômico nacional dos países latino-americanos pelo capital financeiro (rentista) internacional. No meio da “globalização”, a América Latina foi submetida a uma colonização econômica sem precedentes, por meio da drenagem do esforço nacional (dívida externa e remessas de lucros), da entrega do patrimônio acumulado (privatizações) e da submissão monetária ao Banco Central dos EUA (planos de conversibilidade e, em alguns casos, dolarização da economia: o Plano Real foi a síntese dos “planos de estabilização” semelhantes, adotados na América Latina). Isto não poupou o continente da crise mundial do capitalismo, que se traduziu nas crises da Ásia, da Rússia e do Brasil (1997-99), na quase-falência bancária dos EUA em 1998,<sup>28</sup> no impasse da UE, na desagregação dos blocos comerciais, como o Mercosul e os blocos asiáticos; no fracasso do Japão em sair de uma depressão econômica profunda e duradoura. A essa crise vinculou-se o agravamento geral da luta de classes e da instabilidade política no mundo todo. O desenvolvimento capitalista

---

<sup>28</sup> Em 1997, na Ásia, iniciada na Tailândia, a crise atingiu a Coreia do Sul, Filipinas, Indonésia e Malásia, que receberam US\$ 60 bilhões do FMI para se “salvarem”. Em 1998, na Rússia, o mesmo FMI entrou com um pacote de socorro de US\$ 22 bilhões, diante da quebra da economia, que obrigou a desvalorização do rublo e ao calote nos pagamentos externos. Nesse mesmo ano, o Brasil sofreu um ataque especulativo, tendo recorrido também ao FMI, que emprestou US\$ 41 bilhões para sustentar a moeda.



reforçou a contradição entre o caráter mundial do desenvolvimento das forças produtivas e do mercado, por um lado, e o caráter nacional dos capitais, monopólios e Estados, pelo outro. O reforço da nacionalização dos capitais se manifestou de forma especial na supremacia alcançada pelo capital norte-americano, principalmente na banca de investimento, isto é, das tendências próprias do imperialismo. Como resultado da abertura extra propiciada pelo Plano Real, desde 1994, as importações cresceram 86%, enquanto as exportações se ampliaram de 58,9%. Ou seja, um ganho de 31,6% para as importações. Em 1995, com um ano de FHC, o serviço da dívida externa representava (parcela da dívida mais juros) 38,9% das exportações brasileiras. Em 2002, último ano desse governo, o mesmo serviço representava 92,7% das exportações. Em 1995, a dívida externa representava 27,9% do PIB; em 2002, elevou-se para 44,2% do PIB. A dependência do país da entrada de capital especializado em operações de curto prazo aumentou drasticamente. Com a economia estagnada e o dólar valorizado, buscou-se elevar também as exportações para cobrir o serviço da dívida. No entanto, ela continuou a crescer.

19. Para além das críticas da oposição petista e cutista, existiu um consenso entre o governo FHC, a classe patronal, e a maioria das direções sindicais, em atribuir à “globalização”, e às suas conseqüências no “mundo do trabalho” (a



“reestruturação produtiva”), as brutais transformações no emprego, no salário e no movimento sindical brasileiro. Assim, se de um lado o governo FHC se apresentou como uma “vítima”, para suas políticas anti-populares, do irresistível vento “global” que percorria o mundo, por outro lado eram elogiados, no Ministério de Trabalho, “setores mais avançados do movimento sindical (que) fizeram esforços no sentido de apropriar-se do conhecimento da dimensão e das conseqüências do processo de formação do novo padrão tecnológico e produtivo que emerge com a Terceira Revolução Industrial nos países avançados e que terá efeitos no Brasil apesar da preservação da estrutura produtiva industrial”, clamando por uma “superação da prática reativa/reivindicativa do movimento sindical e a formulação de um novo projeto de desenvolvimento capaz de fazer face às novas condições internacionais e nacionais”. A “proatividade” (sic) se transformou no invólucro ideológico da colaboração de classes. Nas suas principais expressões (CUT e Força Sindical), as direções sindicais se submeteram a essas recomendações, quer através da política das “Câmaras Setoriais”, quer da política da direção cutista de quebrar a “unicidade sindical”, herdada do atrelado sindicalismo varguista, com a instauração do “sindicato orgânico” e do pluralismo sindical por empresa, que abriu um processo de fragmentação da classe trabalhadora, permitindo que uma única categoria tivesse vários sindicatos, colaborando com a política da classe capitalista



(nacional e internacionalmente) de fragmentar a organização de classe até chegar ao sindicato por empresa. A CUT participou de 14 das 26 Câmaras Setoriais, das quais apenas três fecharam acordos, com benefícios mínimos e efêmeros para os trabalhadores; ao mesmo tempo em que condenou ao isolamento e à derrota a greve dos petroleiros, isolou-se das lutas dos funcionários públicos federais e estaduais no final da década, e bloqueou estrategicamente a aliança entre os operários e camponeses sem-terra, estes, o mais importante movimento de luta na década de 1990 e na virada do século. O PT também praticou uma política colaboracionista. O significativo aumento parlamentar do PT (46 deputados e 6 senadores), apresentado como “troféu de consolação” da derrota de Lula, foi, na verdade, uma faca de dois gumes. As classes dominantes eram perfeitamente conscientes da fragilidade do “consenso social” estabelecido em torno de FHC: afinal das contas, ele só foi votado por 35% do padrão eleitoral (aí incluído o enorme número de votos “de cabresto”) e seus índices de popularidade despencaram pela metade só no primeiro mês de governo. A integração da “oposição” era um objetivo vital para a estabilidade política do governo FHC. O crescente peso dos parlamentares (e também dos dois governadores eleitos pelo partido, que receberam no segundo turno o apoio do próprio FHC) inclinou a balança interna do PT no sentido dessa integração.



20. A tendência majoritária da CUT (Articulação) aceitou a premissa da ideologia patronal para a sua tese política apresentada em evento nacional da central: “A globalização financeira tem limitado a capacidade dos Estados nacionais de promoverem políticas expansionistas sob o risco de serem submetidos à exclusão do mercado mundial de capitais e aos ataques especulativos de suas moedas, com graves conseqüências para a estabilização”. Declarou-se, portanto, o anacronismo da luta reivindicativa das massas porque os Estados nacionais (enfraquecidos) não mais poderiam exercer uma arbitragem, como no passado, entre a burguesia “mundial” e a classe operária. De camada privilegiada no interior da classe, através de sua função dirigente nos sindicatos, a burocracia cutista evoluía para a condição de agente burguês no interior das organizações operárias. As reestruturações efetuadas nas empresas brasileiras nos anos 90 foram principalmente organizacionais, não tecnológicas. Não foram feitos investimentos expressivos em maquinaria poupadora de mão de obra - com algumas importantes exceções, como o setor bancário. Para o governo FHC, por outro lado, todo o “papo” acerca das “novas tendências produtivas” importava pouco: na hora de impor sua política, lançou mão da boa e velha repressão policial-militar. Todas as medidas anti-sindicais e as reformas antipopulares do governo FHC - destruição do serviço público e quebra da estabilidade do servidor, reforma reacionária da



Previdência Social, arrocho salarial, legalização do contrato temporário de trabalho, quebra da isonomia e dos regimes jurídicos únicos, denúncia da Convenção 158, etc. - se enquadraram dentro dessa lógica. O ponto álgido foi atingido com a repressão militar da greve dos petroleiros de 1995. O governo, primeiro, se preparou com antecedência para uma longa greve, aumentando os estoques dos derivados do petróleo. Segundo, fez um acordo com a Justiça do Trabalho, para que o julgamento do dissídio fosse o mais rápido possível. Depois procurou jogar a população contra os petroleiros amplificando a campanha contra o setor público e as estatais, forjando dados sobre os salários da categoria, e em acordo com as distribuidoras de gás, escondendo os estoques para provocar uma escassez programada e o espetáculo das filas. Tudo isso com o apoio da grande mídia a serviço do capital. A resistência dos petroleiros e sua combatividade surpreenderam o governo, que não teve dúvidas, apesar dos riscos de desgaste, de chamar o Exército para ocupar quatro refinarias. Desde 1988, nenhum governo tinha ido tão longe contra uma mobilização dos trabalhadores. Mas o governo tinha objetivos mais ambiciosos: quebrar a espinha dorsal do sindicalismo independente. Houve 83 demissões na estatal do petróleo, grande parte das direções sindicais e da vanguarda militante. Simultaneamente a “Justiça” do Trabalho era posta em ação. Num prazo recorde começaram a ser aplicadas as multas, penhorados os bens dos sindicatos e bloqueadas as contas bancárias, num



atentado direto ao direito de greve e à liberdade de organização sindical. A ofensiva posterior se concentrou contra os servidores públicos, objeto principal do “pacote” de outubro de 1996, creditando aos servidores públicos e estatais a responsabilidade pela expansão do déficit público.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Foram os altíssimos juros pagos sobre o estoque da dívida pública, interna e externa, os principais responsáveis pelo déficit. O déficit com pessoal e custeio era inexpressivo. O país apresentou déficits operacionais pelo crescimento descontrolado dos serviços financeiros, os juros pagos pelo Estado, correspondentes ao seu elevado e crescente endividamento. Os principais fatores determinantes da expansão da dívida pública interna - cresceu mais de 150% em apenas 22 meses - foram: a) juros exorbitantes oferecidos pelo Banco Central aos especuladores (internos e externos) na venda de títulos públicos, com o objetivo de retirar de circulação o volume de dinheiro (reais) trocados pelos dólares que ingressavam no país; b) as negociatas realizadas com os maiores caloteiros do país - usineiros, banqueiros, e latifundiários. No “auxílio” aos Bancos Nacional e Econômico, ao Banespa (em vias de privatização) e ao próprio Banco do Brasil, o governo investiu 43 bilhões de dólares, um terço de toda a dívida externa, e mais do que o plano de investimentos estatais. Os bancos “bancaram” 8 dos 34 milhões de reais que custou a campanha eleitoral de FHC, com todos os motivos: os balanços do setor mostraram lucros fantásticos de 20% a 40-50% sobre o patrimônio; mas 27 instituições financeiras eram sustentadas, diariamente, pela Caixa Econômica Federal e pelo BB, via empréstimos no mercado de operações interbancárias. Havia uma quebraadeira generalizada de todo o sistema financeiro, para o qual foi criado o Programa de Estímulo à Reestruturação



O Poder Judiciário foi cúmplice do Executivo na ofensiva antioperária. O presidente do TST afirmou que as categorias profissionais teriam que justificar a necessidade de correção salarial e a capacidade da empresa de suportar a elevação dos salários sem repasse aos preços dos bens e serviços, ou seja, o juiz “do trabalho” proclamou-se abertamente defensor do capital. O grande beneficiário, em última instância, de todo o processo, foi o capital financeiro internacional, em especial o imperialismo norte-americano. Desde 1991, o governo federal vendeu 45 empresas estatais, mediante Medidas Provisórias, ou decretos, numa escala nunca vista em toda a história republicana.

21. O que a matemática dos economistas não explicou, foi explicado pela crise do capital descarregada nas costas dos trabalhadores: a “âncora salarial” (através do arrocho, das demissões e da desestabilização do emprego) foi a verdadeira base de sustentação do “ajuste” do capital. O resultado foi um aumento fantástico da massa de mais-valia (base do lucro capitalista). No setor-chave da indústria brasileira (o setor automotivo), em 1980, 133.683 empregados produziram 1.165.174 veículos; em 1993, 106.000 empregados

---

e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), do qual nunca se soube quanto o Banco Central gastou na ajuda aos bancos, em que tipos de operações, quais as garantias que os banqueiros apresentaram para os empréstimos, as taxas de juro efetivas dos créditos e, principalmente, o custo para o Tesouro Nacional.





produziam 1.390.871 veículos (passou-se de 8,7 veículos por empregado para 13,1). O Plano Real, por trás da sua mágica anti-inflacionária, não foi senão a exacerbação dessa tendência, motivo pelo qual causou um impacto positivo nos balanços do capital: 72 empresas lucraram US\$ 5,5 bilhões de 1994, comparados a somente US\$ 867 milhões no ano anterior; a taxa de retorno sobre o ativo aumentou de 3,1% em 1993 para 9,8% em 1994. O “aumento na produtividade” escondia a natureza social do processo (a produtividade brasileira cresceu 7,3% ao ano, em média, entre 1991 e 1995). Até outubro de 1996, a indústria de São Paulo faturou 4,6% mais que em igual período de 1995, descontada a inflação, mas empregando 9,6% menos e com redução de 10,4% nas horas de trabalho. A produção dos setores metalúrgico, mecânico, de material elétrico, de comunicação e material de transporte aumentou 14,9% entre agosto de 1995 e julho de 1996, com fechamento de 215.223 vagas. Os ganhos de produtividade não foram devidos, essencialmente, a investimentos tecnológicos do setor privado, e menos ainda ao investimento do setor público. A base dos ganhos de produtividade foi o aumento da super-exploração do trabalho (mais-valia absoluta). Na indústria de transformação, o percentual dos que trabalharam mais de 44 horas semanais saltou de 39,8% em 1994 para 42,5% em 1995; no comércio, foi de 54,4% para 55,1%, e nos serviços pulou de 33,3% para 35,9%. A concentração de capital deu um salto, com o número de falências e concordatas



explodindo em 1995 e 1996 (foi mudada a Lei de Falências, limitando o pagamento dos créditos trabalhistas em favor dos créditos tributários).<sup>30</sup> Ao arrocho salarial e às demissões, deve-se acrescentar a “flexibilização”. Em apenas um ano, 1,8 milhão de trabalhadores perderam qualquer tipo de segurança no contrato de trabalho, especialmente os direitos à Previdência Social. Em 1998, mudou-se o artigo 442 da CLT, passando-se a afirmar a não existência de vínculo empregatício entre cooperativas e associados, nem entre elas e os “contratadores de serviços”, mudança que permitiu que proliferassem cooperativas (“cooperगतos”) induzidas por empresas, que as usam para a terceirização da produção, sem pagar encargos trabalhistas nem sociais (que as “cooperगतos” também não pagam). O Brasil virou o *Far West* do trabalho. Apesar do aumento populacional, o Brasil perdeu 2,06 milhões de empregos “formais” nos anos 1990 (foram destruídos 3,3 milhões de empregos ao todo; 1,8 milhões só no governo do “social-democrata” Fernando Henrique Cardoso).

---

<sup>30</sup> Neste, como em outros pontos, o governo Lula aprofundaria a orientação pró-capitalista de FHC, alterando essa Lei em 2005, limitando ainda mais os créditos trabalhistas, e privilegiando os créditos de instituições bancárias sobre os créditos tributários. Pode se discutir que o governo Lula seja o governo mais direto do capital financeiro de toda a história da “democracia” brasileira? O PT é o partido que mais recebe financiamento dos bancos. Recebeu 7,9 milhões de reais em 2004, mais que o PSDB (4,3 milhões de reais).



Para os trabalhadores formalmente empregados, a realidade não ficou melhor: quase metade dos acordos trabalhistas de 1996 não conseguiu repor a inflação aos salários, sem falar na reposição das perdas dos “Planos” anteriores. A reposição parcial da inflação passada adotou a forma da esmola (“abono”) não incorporada ao salário. A forma mais nefasta deste processo foi o crescimento espetacular do trabalho infantil (com 8,8 milhões de crianças e adolescentes trabalhando no país). O governo FHC, além disso, fez uma reforma tributária regressiva. O Imposto de Renda foi aumentado para a classe média e o povo, e reduzido para as empresas e para os ricos (a alíquota máxima caiu de 35% para 25%). Os pobres, além disso, mesmo quando não pagam IR, arcam com mais impostos (indiretos) que os ricos. O processo de concentração capitalista e fusões empresariais baseou-se numa fantástica expropriação da renda da população trabalhadora; houve uma transferência direta da renda das camadas mais pobres da pirâmide social brasileira para as mais ricas: 63,3% da renda nacional ia para os 20% mais ricos, e 11,6% para os 50% mais pobres.

22. O recuo da luta operária foi a base da temporária estabilidade política conquistada pelo governo FHC: em 1989 foram registrados no Brasil 1.548 greves, envolvendo pouco mais de 10 milhões de grevistas; em 1990, foram 2.200 greves e 12,3 milhões de grevistas; em 1991 estes números declinaram respectivamente para 789 e 9,2 milhões;



e em 1992, para 568 e 2,9 milhões. Insinuou-se inclusive uma queda na taxa de sindicalização: entre 1993 e 1995, a força de trabalho ocupada cresceu de 66.569.757 para 69.628.608, enquanto a de não sindicalizados o fez de 55.537.866 para 58.340.869. Portanto, entre 1993 e 1995, o contingente de trabalhadores sindicalizados aumentou em apenas 255.785 pessoas, menos de 10% do crescimento da população ocupada, 3,05 milhões. O retrocesso foi um correlato da política de colaboração de classes, com a acelerada burocratização da estrutura da CUT, para não falar na Força Sindical. Na 8<sup>o</sup> Plenária Nacional da CUT, realizada em meados de 1996, o processo de burocratização atingiu níveis elevados, com uma maioria de “delegados natos” (isto é, não eleitos direta nem indiretamente pela base sindical) no evento, o que permitiu à tendência majoritária (a “Articulação”) impor uma cômoda maioria de mais de 61% (contra menos de 54% na 7<sup>o</sup> Plenária Nacional). Outros mecanismos reforçaram o burocratismo, como a participação no Conselho Nacional do Trabalho (CNT), e a “Estrutura Vertical” em Federações e Confederações cutistas. Durante o governo FHC, o presidente da CUT, Vicentinho, ingressou no Conselho de Administração das Empresas de Energia do Estado de São Paulo (Cesp, CPFL, Eletropaulo e Comgás), exatamente quando essas empresas procediam a uma onda de demissões, quebrando a decisão do PT de não participar do governo Covas. A CUT se transformou numa estrutura burocrática cada vez mais integrada,



organicamente, ao Estado capitalista. O correlato organizativo desse processo político foi a supressão de todo vestígio de democracia interna, com a realização de congressos, ultra-manipulados burocraticamente, a cada quatro anos, e um número enorme de outros mecanismos de digitação, que seriam levados até as últimas conseqüências no governo Lula, com a integração de um número enorme de “sindicalistas” nos mais diversos escalões do governo e do Estado, com a criação do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) com representantes do Estado e das centrais patronais, e com a legalização das centrais sindicais lhes conferindo um poder enorme sobre as instâncias de base e os sindicatos regionais e/ou nacionais. A política de reagrupamento de forças classistas à margem das centrais sindicais realizada pela Conlutas teve, portanto, não só uma base objetiva como também uma plena justificativa política, colocando em um novo patamar a luta pela independência de classe do movimento operário.<sup>31</sup>

23. Em que pese o recuo das lutas operárias e a burocratização acelerada de suas organizações, durante o governo FHC houve um importante crescimento da luta no campo (MST, que agrupa bóias-frias, ex-operários de usinas de cana, ex-

---

<sup>31</sup> A argumentação de “O Trabalho” e do PCO (a Conlutas seria um ente divisionista do movimento operário), num país com sete centrais sindicais, burocratizadas ao máximo e super-integradas ao Estado, é por isso ridícula.



operários de construção de usinas hidrelétricas, trabalhadores da construção civil, ex-colonos de fazendas e desempregados do campo e da cidade).<sup>32</sup> Mas, ademais da sua natural dispersão geográfica, a luta agrária tem a limitação de, além de depender da legalização pelo INCRA das ocupações, os assentamentos dependerem dos créditos governamentais, sem falar na autolimitação política imposta pelo “movimentismo” do próprio MST, sem alternativa política própria. Depois de quase três décadas de lutas sem precedentes do maior movimento agrário da América Latina, a concentração latifundiária, agora diretamente vinculada à penetração especulativa do capital financeiro, não fez senão progredir. Durante os anos de 1995/2002 (governo FHC), a concentração da propriedade da terra aumentou enormemente: os latifundiários com mais de 2 mil hectares aumentaram suas propriedades em 57 milhões de hectares. As empresas estrangeiras possuem no

---

<sup>32</sup> Atualmente, os movimentos agrários no Brasil não possuem uma base camponesa (pequenos produtores, arrendatários, meeiros, etc.) mas principalmente de desempregados urbanos e, em menor medida, rurais. Em 1940, o Brasil tinha uma população total de 40 milhões de habitantes, 60% no campo e 40% na cidade. Em 1980, a população brasileira se repartia em 30% no campo e 70% na cidade. Entre 1980 e 2005 desacelerou-se o deslocamento populacional rural-urbano brasileiro anterior. Atualmente, a população brasileira reparte-se em 20% no campo e 80% nas cidades, com desaceleração do crescimento populacional e urbanização do campo.



Brasil mais de 30 milhões de hectares de terra; mais de 40% da área das grandes propriedades não são aproveitadas para o cultivo, para a criação de animais ou qualquer outra atividade econômica. A concentração cresceu numa velocidade muito maior do que as ocupações:

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO BRASIL, 2003

tamanho das imóveis	área total (ha)	% de área	% dos imóveis
Até 10	7.616.113	1,8%	31,0%
De 10 a 25	18.963.868	4,3%	20,0%
De 25 a 50	24.141.638	5,7%	16,1%
De 50 a 100	33.620.244	8,0%	11,2%
De 100 a 500	100.214.200	23,8%	11,4%
De 500 a 1000	32.191.041	11,4%	1,8%
De 1000 a 2000	50.952.790	12,1%	4,9%
Mais de 2000	132.611.589	31,6%	6,9%
Total	420.345.382	100,0%	100,0%

Fonte: Cadastro da Terra - amostra em agosto de 2003

A crise do Plano Real e do governo FHC deveu-se menos ao desenvolvimento da luta de classes do que às contradições e à crise da economia mundial. Após sofrer uma fuga de capitais de US\$ 32 bilhões em menos de cinco meses, o Brasil adotou o câmbio flutuante (com uma forte desvalorização) em janeiro de 1999. A insatisfação popular e o deslocamento à esquerda, principalmente da classe média, foi canalizada nas eleições municipais de 2000 pelo PT, que aumentou em vários milhões seus votos, tendo sido vitorioso em várias capitais do país, inclusive em São Paulo. No final do ano seguinte, a debacle econômica argentina, transformada em crise revolucionária,<sup>33</sup>

<sup>33</sup> A explosão, em dezembro de 2001, da crise revolucionária na Argentina, fez saltar pelos ares a manobra “centro-esquerdista” (o governo da Aliança,



pôs o Brasil à beira da catástrofe econômica (pelo literal afundamento do Mercosul) e aprofundou a

---

ou seja, dos supostos “inimigos do modelo neoliberal”) e, longe de ser “espontânea”, foi a culminação de uma década de profundas lutas, em especial do movimento piqueteiro, e de agitação política da esquerda revolucionária. A crise argentina, precedida pelo *défault* de US\$ 240 bilhões (o maior calote dado por um Estado na história), somada às dívidas externa, interna e provinciais, evidenciou também os limites da intervenção econômica do imperialismo (via organismos supranacionais ou Estados nacionais), pois o capital financeiro internacional declarou-se insolvente para impedi-la (depois de um “pacote” de quase US\$ 40 bilhões, no início de 2001, que não conseguiu impedir a queda sucessiva de três ministros da Economia): o *default* do FMI eliminou o “condão mágico” que desde a crise mexicana de 1994 (passando pela asiática de 1997, a russa de 1998, a brasileira de 1999, só para nomear as mais importantes) tinha impedido a generalização da crise financeira. A crise da dívida argentina era a outra face da crise do crédito do capital mundial. As repercussões mais fortes da falência econômica e o processo revolucionário na Argentina se fizeram sentir no Brasil, não só pelas repercussões econômicas imediatas (fechamento de um dos principais mercados de exportação e calote das operações comerciais e financeiras já realizadas), mas sobretudo pelas repercussões políticas. A perspectiva de uma “transição ordeira” do governo de centro-direita de FHC viu-se questionada pelo aprofundamento da crise econômica e pelo início de uma crise política, com o lançamento de uma candidatura direitista aventureira, Roseana Sarney, que apostou na conquista do apoio total do imperialismo e do empresariado brasileiro, sem conseguí-lo (carecia de





crise política. A crise do Mercosul,<sup>34</sup> última tentativa das burguesias sul-americanas de associar-se ao imperialismo desde uma posição “independente”, assim como a sua subordinação crescente aos planos e ações militares e colonizadores do imperialismo ianque, expressam a falência dessas burguesias (ou de suas sucedâneas pequeno-burguesas) como classes dirigentes da nação. O imperialismo capitalista integrou todos os regimes sociais contemporâneos às malhas do capital financeiro, tais regimes não têm possibilidade de evolução independente. Mas o imperialismo não pôde impor sua própria realidade social às nações atrasadas, ou anular suas contradições; pelo contrário, agravou-as, integrando-as às contradições

---

bases sociais claras, e propunha uma política que levaria o Brasil para uma explosão social). O PSDB enterrou a candidatura Roseana. O PFL, que a lançara, foi reduzido a sua verdadeira dimensão: partido essencialmente nordestino e oligárquico, com direito só a prosseguir escorchando a população local, como fez desde o golpe de 1964, sob diversas siglas. O grande capital não engoliria um Collor de Mello de saias.

<sup>34</sup> Com a crise da Argentina em 2001-2002, houve redução do comércio em todas as direções (as importações argentinas provenientes do Brasil e do Uruguai caíram 70%). Como poderia se sustentar o Mercosul, no quadro de uma recessão, de desvalorizações competitivas e de um colapso financeiro comum a todos os seus membros? O bloco comercial das burguesias do Cone Sul, foi morrendo de morte natural, como consequência da quebra de seus integrantes.



do capitalismo financeiro internacional. A situação dos países “emergentes” aproximou-se da catástrofe (Argentina, Brasil, Turquia, Paquistão, e Nigéria, mas também Coréia do Sul, Taiwan, Tailândia). No centro da crise econômica encontrava-se a crise do capitalismo estadunidense, cujo crescimento precedente já evidenciava seu caráter especulativo, e também a generalização de suas contradições econômicas para toda a economia mundial. O Brasil de FHC ficou com “cheiro de *corralito*”: as turbulências do mercado monetário e financeiro indicavam que “o Brasil (era) a bola da vez”, segundo porta-vozes do capital em Londres, Nova York e adjacências. Mesmo o maior superávit primário da história do Brasil, ocorrido em maio de 2002, de R\$ 8,9 bilhões, com acumulado de R\$ 20 bilhões no ano, não estava servindo para conter o “Risco Brasil”. As apostas feitas por bancos e fundos de investimentos causaram perdas bilionárias no mercado financeiro. Somente em seis anos (1994-1999) o serviço da dívida externa, amortização e pagamento de juros, acumulou um volume de US\$ 213 bilhões, ou R\$ 533 bilhões e, mesmo assim, a dívida pública chegou a R\$ 680 bilhões, ou 55% do PIB, em 2002. A crise das empresas privatizadas era cada vez mais evidente. O valor das suas ações caíra 50% em relação ao momento da privatização. O setor ferroviário entrou em colapso total. O setor elétrico foi “vítima” de sua ausência de investimento, que provocou o “apagão”, e cada vez mais elevou suas tarifas e outras formas de subsídios indiretos. O



setor siderúrgico, após abocanhar grandes lucros, principalmente no caso da CSN, com a aquisição de títulos públicos com correção cambial, começou a chegar numa situação crítica pela política protecionista americana, que restringiu o seu mercado no exterior, além do próprio “desaquecimento” da economia mundial, que já tinha diminuído a demanda. Combater a inflação não foi suficiente para evitar a eclosão da crise capitalista. Ao contrário, o Estado, que já estava endividado em 1994 no início do Plano Real (R\$ 60 bilhões), ficou ainda mais endividado (em 2002 devia R\$ 680 bilhões), comprometendo ainda mais a capacidade de financiamento do Estado nas “funções anticíclicas”. Era a catástrofe do “neoliberalismo”, de FHC ou de qualquer outro, incapaz de superar a crise do capitalismo. Nos anos 1990, o que se chamou de neoliberalismo foi uma tentativa de se buscar uma saída para a crise, repassando-a para a periferia mundial do capital (com abertura comercial, privatizações, pagamento da dívida externa). Na virada do século houve o esgotamento dessa tentativa de saída, e a agudização da crise. A nova resposta imperialista foi a aceleração do “unilateralismo”, com o acirramento do protecionismo dos EUA, impondo crescente déficit nas contas correntes das economias “emergentes”.

24. Um novo pacote brasileiro com o FMI (2002) adiou a catástrofe e provocou uma curta euforia nas Bolsas de todo o mundo. O Brasil



enfrentava pagamentos externos (juros e principal da dívida externa) de US\$ 13 bilhões até o final de 2002; a remessa de lucros e outros ao exterior aumentara, no primeiro semestre, em 140%: o débito total superava com folga o empréstimo outorgado. O FMI procurou “racionalizar”, dosar, a fuga de capitais (que, sem o crédito, atingiria logo dimensões semelhantes às da Argentina em dezembro de 2001: a relação dívida/PIB estava pior para o Brasil do que estivera para a Argentina do governo De la Rúa). O “risco Brasil” ultrapassou 2.400 pontos. O pacote estava destinado a resgatar o Citigroup e o FleetBoston, expostos em mais de US\$ 20 bilhões no Brasil (em troca, ambos grupos se comprometeram a financiar a campanha eleitoral do Partido Republicano nos EUA). Foi o terceiro empréstimo contratado pelo governo junto ao Fundo. O primeiro, em outubro de 1998 (US\$ 41 bilhões), foi para adiar a desvalorização do real, às vésperas da reeleição de FHC. O real acabou quebrando em janeiro do ano seguinte, mas o Fundo conseguiu estabelecer um instrumento de forte monitoramento do Estado brasileiro, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que assegurava o pagamento da dívida em detrimento dos serviços públicos. Em setembro de 2001, o governo tomou outros US\$ 16 bilhões, desta vez como “seguro” frente ao perigo do contágio da insolvência argentina que batia à porta (o Fundo impôs a meta de superávit primário de 3,75% do PIB, economia dos gastos públicos às custas da saúde, da educação, da reforma agrária etc.). O novo acordo, de US\$



30 bilhões, era uma operação fortemente condicionada a metas impostas pelo FMI, para refinar a dívida. Foi para financiar esse movimento de retirada, empreendido pelos credores, que o novo empréstimo foi tomado. FHC impôs o facão no orçamento do futuro governo Lula: o FMI estabeleceu, de fato, as bases do programa de governo para os quatro anos de mandato do PT. O “empréstimo preventivo” do FMI concedido em setembro de 2002 foi negociado por FHC poucos meses antes das eleições. O elemento decisivo foi o aval de Lula ao acordo de FHC com o FMI para “acalmar o mercado”, que viabilizou sua vitória eleitoral. A revista *Carta Capital*, em matéria de capa, declarava que “os endereços dos reais beneficiários do programa de US\$ 30 bilhões ficam em Nova York e Washington”. Lula chegava, enfim, ao governo, pelos braços dos abutres do capital financeiro internacional. O vice de Lula foi escolhido para completar uma estratégia que já estava definida com bastante antecipação. Os acordos com o FMI já estavam assinados, a agenda comercial também estava pronta. O programa de governo do PT não era do PT.

25. A vitória de Lula nas eleições de 2002 não expressou uma “consolidação do PT”, mas a completa falência da velha partidocracia: 90% do esforço de Lula, ao longo de toda a campanha, consistiu em tornar-se um candidato “viável” para o empresariado local e o capital financeiro



internacional.<sup>35</sup> Quase no final da campanha, Lula aceitou ao pedido de FHC de dar apoio explícito ao acordo com o FMI, que previa recortes orçamentários e demissão de funcionários públicos (para aumentar o superávit primário e pagar a dívida externa), assim como arrocho salarial. Lula, por outro lado, deixou claro ser contrário às ocupações de terra, enquanto seu vice, o direitista-evangelista José de Alencar, declarou a necessidade de uma ofensiva contra o MST. A campanha de Lula tendeu a desencorajar toda militância popular. Verbalmente e por escrito, Lula, o PT e a Frente Popular renegaram o antigo programa, ou seja: a recuperação das empresas privatizadas; a suspensão do pagamento das dívidas interna e externa; a

---

<sup>35</sup> A possibilidade de que as crises de Argentina, Uruguai e Paraguai se reproduzissem no Brasil preocupava ao máximo à cúpula do PT. A primeira reação a essa perspectiva foi ampliar sua aliança político-eleitoral a setores dentre os mais reacionários da política brasileira: o industrial e evangélico José Alencar, convertido em candidato à vice-presidência pelo PT; o paulista Orestes Quércia e o ex-presidente maranhense José Sarney, do elenco estável da burguesia e da oligarquia brasileiras. Depois, Lula conseguiu o apoio da mais importante empresa do ramo eletrônico nacional, o grupo Gradiente, e foi publicado um texto conjunto do PT e da Bolsa de Valores de São Paulo, a 3 de outubro de 2002. O mais importante foi a decisão do PT de comprometer seu apoio ao plano imposto pelo FMI como condição para não precipitar o Brasil numa suspensão internacional de pagamentos. Era uma falácia que se pretendesse, com essa política, avançar num programa de reforma social.



reorientação da produção e o consumo ao mercado interno; o aumento dos salários; o fim do latifúndio; a luta pela independência nacional, política, produtiva, tecnológica etc. A degradingolada dos partidos mais orgânicos da burguesia brasileira, ou seja, os partidos do governo FHC, foi impressionante. Na Câmara dos Deputados, o PFL perdeu 14 cargos, o PMDB, 13, e o PSDB (partido de FHC), nada menos que 23. O vácuo (50 cadeiras) não chegou a ser preenchido pelo PT (que passou de 58 a 91 deputados, não chegando a totalizar 20% da Câmara), mas também por candidaturas aventureiras. O segundo turno assistiria a uma vitória de Lula baseada numa direitização ainda maior do PT. No Rio de Janeiro, o PT caiu fora já no primeiro turno, em que pese o estado estar governado até o dia da eleição por um dos símbolos nacionais do partido (Benedita da Silva). O pior foi o Rio Grande do Sul, vitrine nacional do partido (e vitrine internacional do Fórum Social Mundial), onde o PT, que governava havia uma década a capital do Estado, foi derrotado: a repressão aos professores e aos sem-terra do governo inventor do “orçamento participativo”, e sua política de subsídios ao grande capital local, acabou custando caro. A FBP venceu o pleito presidencial de 2002 (com 46,44% dos votos válidos emitidos, pouco mais de 39,4 milhões, para um eleitorado de 115,2 milhões, e um comparecimento de 94,8 milhões, incluídos votos brancos e nulos; no segundo turno o PT chegou a 52 milhões de votos) pela presença dominante de Lula e do PT na coalizão, considerada



representante dos interesses da classe operária, dos camponeses e dos pobres do país em geral. Em sua primeira declaração depois da vitória de Lula, em janeiro de 2003, a Direção Nacional do PT afirmou: “*O governo foi formado com uma configuração de centro-esquerda, com clara hegemonia da esquerda, definida pela forte presença do PT e de seus aliados tradicionais. Além dos partidos de esquerda – PT, PC do B, PV, PMN, PCB, PSB, PDT e PPS – e os partidos de centro – PTB, PL e setores do PMDB –, o governo está marcado por um matiz não-partidário importante, representado pelos ministros da Agricultura, Indústria e Comércio. Esse matiz expressa a tentativa de construção de uma aliança com o empresariado nacional*”. Essa afirmação era uma tergiversação, com a qualificação “de esquerda” para aparatos vazios do clero evangélico e do oportunismo político em todos os seus matizes (o “matiz não partidário” eram os representantes diretos do grande capital), e ocultando o papel central do capital financeiro internacional no governo Lula; preanunciava a completa subordinação do PT, incluída sua “esquerda”,<sup>36</sup> ao governo da Frente Popular (apesar

---

<sup>36</sup> Cujas responsabilidades foram (e são) centrais: a esquerda do PT conquistou 28 deputados nacionais, 2 senadores e vários cargos nas legislaturas estaduais. A posição da esquerda petista revelava também o esgotamento da política de “seguidismo opositor”. Assim revelou o fato de que, no elenco oficial, não apenas figuravam os banqueiros e neoliberais, mas a esquerda do próprio PT e sua ala “trotskista”: Miguel Rosetto, membro da Democracia Socialista, foi designado ministro da Reforma (Desenvolvimento) Agrária.





de ter apregoado a “independência do partido em relação ao governo”). Em junho de 2002, antes das eleições, na *Carta ao Povo Brasileiro*, a direção do PT comprometeu-se com as leis de responsabilidade fiscal e o superávit primário; o pagamento da dívida externa; a submissão ao FMI. Esses compromissos facilitaram o apoio de importantes setores do capital à candidatura Lula. A “longa marcha” de Lula rumo à presidência repousou no fortalecimento do PT como um aparato de políticos já integrados ao Estado, e nos pactos políticos sem limites à direita. Enquanto toda a esquerda e centro-esquerda internacional consagrou-se a registrar a paciente construção do PT ao longo de décadas, até apresentá-la como um “modelo” universal, a realidade é que o ex-operário metalúrgico tornado presidente consagrou-se sobre a consumação do cadáver do que alguma vez se apresentou como “partido dos trabalhadores”. Lula não construiu uma maioria para ganhar as eleições, mas armou uma coalizão com os grandes bancos e o imperialismo para assegurar a chamada governabilidade do Estado às custas dos interesses da maioria eleitoral. Que o triunfo de um candidato popular fosse o resultado de um estelionato político de seus eleitores não deve surpreender, porque é a moeda corrente da democracia capitalista.

26. O cenário político latino-americano foi dominado, na última década do século XX, por profundas crises políticas e por enormes mobilizações de massas, classistas e



antiimperialistas, em especial nos países andinos. E também pelos choques entre os governos nacionalistas “radicais” que surgiram dessas crises, e os EUA. A emergência da esquerda na América Latina é geralmente localizada em um período que se estende de 1998 (eleição de Chávez para a presidência da Venezuela) até 2008 (eleição de Fernando Lugo para a presidência do Paraguai, pondo fim a seis décadas de governo do Partido Colorado), passando pelas eleições de Lula, Michelle Bachelet, Evo Morales, Kirchner, Daniel Ortega, Rafael Correa, e a FMLN em El Salvador. Essa “onda” de esquerda foi também explicada pelo fracasso econômico dos governos neoliberais, seguidores da cartilha do FMI, sendo a bancarrota argentina de finais de 2001 seu exemplo acabado. O processo foi mais amplo, e combinou a crise econômica com a perda de base política dos partidos tradicionais, nacionalistas ou “liberais”. O neoliberalismo, com as privatizações maciças, a pressão pela abertura profunda dos mercados, em especial os do ex “bloco socialista”, a estratégia do “Consenso de Washington”, foi a expressão da procura de uma saída para a massa de capital financeiro internacional acumulado desde antes da crise dos anos setenta. Não era uma “ofensiva”, mas uma política de crise, o que explica privatizações absolutamente aventureiras, como as dos serviços de água de Peru e Bolívia, que desencadearam rebeliões populares massivas. Foi o impasse histórico do capital em escala internacional o que deu a base para uma virada



política de grande amplitude, com a emergência de processos de autonomia nacional, incluindo (em especial nos países andinos) o papel inédito das massas camponesas e indígenas. Na emergência desses processos confluíram a derrubada dos partidos políticos tradicionais, que foram a garantia da estabilidade capitalista durante décadas, com a crise mundial das relações econômicas capitalistas. A crise política dos governos neoliberais (identificados com a estabilização monetária baseada na âncora cambial, ou na dolarização) remonta a, pelo menos, uma década antes da ascensão da esquerda. Ela já estava presente no “caracazo” venezuelano de 1989, nas *puebladas* argentinas de início da década de 1990, na tentativa golpista do coronel Hugo Chávez em 1992, no levantamento camponês-zapatista de 1994 (ano, também, do “efeito tequila”, com a brutal fuga de capitais e desvalorização do peso mexicano), e muitas outras lutas espalhadas pelo continente. As frágeis bases econômicas dos governos neoliberais, que sucederam às ditaduras militares (e que faziam da “democracia” reconquistada sua bandeira de sustentação política) não resistiram à turbulência econômica mundial da década de 1990, e à sua erosão provocada pelo aguçamento da luta de classes em cada país. O processo revolucionário não achou de imediato, como nunca acontece, a expressão política adequada ao movimento histórico que representava, sendo submetido a um choque de tendências, criado pela crise mundial e pela crise das relações internacionais, no Mercosul, no CAN (Comunidade



Andina) e na América Central, ou na questão dramática da imigração ilegal entre México e os EUA. Dessa crise surgiu, na América Latina, uma experiência política única em sua história, combinando a emergência de governos nacionalistas militares ou indigenistas, com apoio da esquerda, com a instalação de governos de centro-esquerda (ou “progressistas”) integrados pela esquerda histórica, como o governo do PT no Brasil ou o da Frente Ampla no Uruguai. O marco histórico recente da radicalização política na América Latina foi a crise revolucionária desatada na Argentina a partir de dezembro de 2001, que combinou a bancarrota capitalista com uma reação excepcional e organizada das massas populares. Em seu rasto se produziram a vitória eleitoral de Lula no Brasil; as insurreições populares na Bolívia, em 2003 e 2005, a eleição de Evo Morales nesse país; a radicalização do processo venezuelano que, graças à importância petroleiro-energética do país caribenho – sul-americano, ganhou projeção continental e mundial. O início do século XXI testemunhou um aprofundamento da luta de classes, de crises políticas, e uma febril intervenção política dos EUA. O levantamento indígena-camponês em Equador que provocou a queda de Mahuad; a longa e combativa greve dos estudantes da UNAM (Universidade Nacional Autônoma) no México; as grandes mobilizações contra Fujimori no Peru; as massivas mobilizações de camponeses sem terra no Brasil e no Paraguai; as greves gerais e as mobilizações dos “piqueteiros”



na Argentina; a “guerra da água” em Cochabamba (Bolívia), que rapidamente se converteu em rebelião nacional, estendendo-se até às bases policiais, que se sublevaram em La Paz; a rebelião contra a privatização da eletricidade na Costa Rica, a *pueblada* contra os “tarifajos” em Honduras; todas essas mobilizações e crises políticas formavam um quadro radicalizado na América Latina.

27. A onda de mobilizações populares não enfrentava ditaduras militares, mas os regimes “democráticos” desenhados pelos EUA e as burguesias locais. Nesses processos surgiram formas de organização avançadas de luta, em especial no Equador, Bolívia e Argentina. Em Equador, sobre a base do levantamento de 21 de janeiro de 2000, se conformou um Parlamento Popular. Na Bolívia, a *Coordinadora por el Agua y la Vida* centralizou a rebelião de Cochabamba; em setembro de 2000 uma luta nacional camponesa comoveu o país. Na Argentina, greves gerais e o ascendente movimento “piqueteiro” generalizaram a arma dos piquetes e cortes de estrada. O período de maior mobilização política continental se registrou entre 1999 e 2003, ou seja, até a insurreição boliviana que derrubou o governo de Sánchez de Losada, que pretendia vender a preço vil o gás e o petróleo bolivianos a companhias dos EUA. Nesse período houve novas insurreições equatorianas, a derrota do golpe “esquálido” (pró-EUA) na Venezuela; depois, o fracasso do lock out patronal petrolero nesse país e, sobretudo, o



*argentino* de dezembro de 2001. Logo depois grande parte da esquerda, mas de modo algum obedecendo a uma estratégia única, chegou ao governo de seus países, diretamente ou em coalizões, propulsada pela crise política e a bancarrota econômica. As burguesias locais e os próprios EUA tiveram que aceitar a mudança política, a “virada à esquerda”, que antes denunciavam como o início do fim do mundo. Diante da ascensão dessa heterogênea esquerda, analistas do imperialismo buscaram acalmar os ânimos (assustados) dos defensores do “capitalismo globalizado”, afirmando que, na realidade, havia duas esquerdas na América Latina: a primeira “com raízes radicais, é hoje moderna e aberta”, a segunda seria “fechada e fortemente populista”, recomendando ao governo dos EUA “uma ação mais ousada, uma abordagem de estadista”, que consistiria em “fomentar a esquerda correta”, “distinguir a esquerda sensata da irresponsável, apoiar a primeira e conter a segunda”. Para George Bush, que destravara as negociações sobre a ALCA junto com Lula, tomando nota de seu papel moderador (assim como de Kirchner) na Venezuela e na Bolívia, isto não era novidade. Mas, depois de um período de enfrentamentos locais e internacionais, os regimes mais “radicais”, o bolivariano e o indigenismo andino, chegaram a (instáveis) compromissos internacionais e com a burguesia local, disciplinando a rebelião popular: Chávez chamou os venezuelanos a “voltar para casa”, depois da derrota do golpe direitista de abril



de 2002, evitando a mobilização popular, durante o *lock out* petrolero. O ímpeto popular espetacular nos países andinos foi contido para garantir a estabilidade do Estado. As chancelarias das metrópoles, e algumas latino-americanas (Brasil e Argentina, principalmente) desenvolveram uma pressão ativa para que os “nacionalistas radicais” contivessem os processos populares. Isto foi também possível porque, a partir de finais de 2002, a retomada do comércio externo e da produção local, junto com o crescimento dos recursos fiscais, graças a um ciclo comercial internacional favorável às matérias primas latino-americanas, serviu ao conjunto dos governos da região (inclusive os neoliberais) para lubrificar os antagonismos sociais. Desde 2003-2004 se produziu, de conjunto, um refluxo na mobilização de massas. Os governos nacionalistas conseguiram administrar e canalizar a pressão popular para neutralizar a oposição de direita, como fez Evo Morales com o bloqueio indígena e camponês de Santa Cruz de la Sierra, em resposta ao levantamento golpista-separatista dos prefeitos da Meia Lua do Oriente boliviano. Até hoje, os regimes nacionalistas propiciam mobilizações para equilibrar as pressões da direita local, quando têm confiança de que podem enquadrá-las dentro de certos limites. O guerrilheirismo centro-americano também concluiu governando com o grande capital; as FARC colombianas se encontram em plena operação de respaldo a uma frente do Polo Democrático e o Partido Liberal. O foquismo e o guerrilheirismo a



qualquer preço (fora das condições concretas da luta das massas e da situação política) se reduziu a uma realidade espectral. Abriu-se, desse modo, uma espécie de coexistência, mais ou menos pacífica, mas também instável, entre os imperialismos dos EUA e da Europa e os governos nacionalistas. A partir de fins de 2002, a retomada do comércio e da produção, e um vultoso caixa fiscal, graças ao ciclo internacional favorável, serviu aos governos latino-americanos para atenuar os antagonismos sociais. Essa contenção condicionou o alcance dos movimentos de massas.

28. O governo de Lula tem sido a engrenagem mais importante dessa coexistência, porque antes havia provado sua capacidade para neutralizar a classe operária industrial mais importante do continente – a de seu próprio país. O refluxo do proletariado brasileiro, o mais importante da América Latina, conteve a extensão geográfica e a radicalização política do despertar das massas do continente. Os EUA, já a partir de Bush (isto é, sem esperar a Obama, que deu continuidade a essa política) respaldou o método da domesticação dos movimentos nacionalistas (em vez dos golpes cívico-militares, como num passado recente) para breçar as crises revolucionárias do período precedente. A Frente Popular do PT, no Brasil, foi peça decisiva no desenho da política norte-americana na América do Sul, por ter desmobilizado o proletariado brasileiro (contrapesando assim, pelo enorme peso econômico e político do Brasil, e pela





projeção simbólica continental da figura do ex metalúrgico, as lutas populares em outras nações), e por ter agido ativamente na contenção da radicalização “andina”, o que não lhe poupou conflitos derivados dos interesses específicos do Brasil nesses países (especificamente com Bolívia, Equador e Paraguai). A burguesia brasileira e os capitais estrangeiros instalados no Brasil investiram pesadamente nas nações vizinhas, em especial em petróleo, obras públicas e siderurgia, e por isso se viram obrigados a desenhar sua própria política nesses países, em função de seus interesses. Quando se afirma que o governo Lula fez um “meio de campo” entre os EUA e os regimes “radicais” (Chávez, Evo Morales ou Correa), função que serviria como “escudo protetor” destes últimos diante do colosso do Norte, está se dizendo muito mais do que se pensa. A função de intermediário, no mundo real, nunca é neutra. O termo “meio de campo” designa, assim, o que, em tempos de menor genuflexão ideológica, era vulgarmente chamado de “bombeiro”. A esquerda, no entanto, assegurou que a vitória eleitoral de Lula “dará ânimo a todo o povo brasileiro e vai gerar um processo de ascensão do movimento de massas” (Stédile, coordenador do MST). Ao contrário, o que houve foi uma crescente desmobilização, agora também abrangendo o próprio MST.<sup>37</sup> Onze dos

---

<sup>37</sup> Desmobilização consentida: “Os movimentos sociais, como a Central Única dos Trabalhadores e o Movimento dos Sem-Terra, são conscientes das dificuldades do país. Estão dispostos a dar uma



ministros de Lula tinham sua origem na CUT, além de outros 66 ex-sindicalistas cutistas com funções no primeiro escalão do governo. Isto demonstrou, contra o esquerdismo vulgar, que os governos de Frente Popular não são necessariamente a véspera de uma irrupção das massas: dependendo das circunstâncias políticas nacionais e internacionais e, principalmente, da presença ou da ausência de um partido revolucionário com raízes nas massas, podem ser um fator de desmobilização e de retrocesso maior do que um governo da direita burguesa. Os dois líderes mais reconhecidos da direita brasileira, herdeiros das ditaduras militares dos anos 1960 e 1970 – o paulista Paulo Maluf e o baiano Antonio Carlos Magalhães – chamaram a votar Lula no segundo turno. Logo de saída, ficou claro que os “mercados” encabeçavam o gabinete de Lula, a esquerda dentro da Frente Popular foi literalmente ejetada da composição do núcleo central do governo. Lula indicou um homem de Wall Street para a direção do Banco Central, garantiu aos investidores estrangeiros que “o Brasil não seguirá a vizinha Argentina no *défault*”, mas

---

trégua”. A declaração foi de Ivan Valente, um dos dirigentes da esquerda do PT, ou seja, dos que chamaram a votar Lula com o argumento de que os trabalhadores não dariam trégua ante qualquer tentativa de sacrificar as reivindicações fundamentais dos explorados. Valente acrescentou: “Reivindicamos a participação no governo” (a resposta foi negativa). Este deputado, que votou em favor da reforma previdenciária privatizante de Lula, depois tornar-se-ia dirigente do PSOL...



indicou, para o Banco Central, um homem, Henrique Meirelles, que desempenhou um papel direto (como presidente do Boston Fleet) na ruína argentina, e cujo banco estava envolvido em atividades fraudulentas. O Boston Fleet, após o Citigroup, era a segunda maior instituição credora do Brasil. Um antigo executivo sênior do Citigroup, Cassio Casseb Lima, foi posto como responsável do gigante estatal Banco do Brasil. O Banco Central tomou uma decisão sobre a taxa de interesse básica da economia brasileira, depois de uma miniguerra no interior da burguesia e do próprio governo de Lula: uma taxa de interesse real de 18% ao ano. Com essa medida, a dupla Lula-Meirelles pretendia convergir com uma tendência da especulação financeira mundial: em meados de 2003, os *hedge funds* destinados aos “mercados emergentes” já tinham uma captação líquida de US\$ 1,93 trilhões, um número quatro vezes superior ao registrado em 2002 (em 2000 e 2001 a captação foi negativa). Passou-se de um fluxo negativo (retirada) para um positivo. A reforma previdenciária foi “a prioridade nº 1 na agenda de reformas”, buscando “abrir” um mercado de aproximadamente US\$ 40 bilhões para os fundos de aposentadoria privados: a equipe do PT abandonou a idéia original de eliminar o sistema de repartição por outro de capitalização; nesse caso, a manutenção dos aposentados teria um enorme custo fiscal, no mesmo momento em que o FMI queria hipotecar as finanças públicas para resgatar os credores e subsidiar o capital financeiro. A “reforma” concentrar-se-ia em um monumental



golpe das aposentadorias do setor público, e provocou a primeira greve nacional de servidores públicos, impulsionada pelo sindicalismo classista, mas boicotada pela CUT. A greve, isolada dos trabalhadores do setor privado, fracassou,<sup>38</sup> mas provocou uma crise no PT, com a saída de uma senadora (Heloísa Helena) e três deputados federais, opostos à reforma previdenciária, no mesmo momento em que a cúpula do PT construía um bloco político para manejar o próprio PT e para fazê-lo jogar como respaldo aos acordos firmados com setores da burguesia. O governo Lula não agiu por imposição do FMI, mas por conta própria, para implementar cortes suplementares de R\$ 14 bilhões nos gastos sociais, no orçamento de 2003, e para elevar para 4,25% a meta do superávit primário (no orçamento real, oficialmente dito nominal, houve déficit de 12% do PIB, já que os encargos financeiros equivaleram a 23% do PIB). A não-retirada da medida provisória que restringia o processo de reforma agrária, o beneficiamento de empresas nacionais e multinacionais com recursos públicos, os acordos de anistia a devedores da Previdência, foram os indicadores da política do

---

<sup>38</sup> A esmagadora maioria da Câmara votou a favor do projeto, 442 dos 513 deputados. 35 deputados do PT votaram a favor do projeto, mas se declararam prévia e formalmente contrários. O mesmo fizeram 21 deputados “moderados” do PT. Ou seja, de 92 deputados, o PT só contou com 36 votos voluntários para um projeto do próprio Lula. Quem votou em peso a favor foi a ex-aliança de Fernando Henrique Cardoso.



governo. Os investimentos em saneamento, assentamentos rurais, manutenção das estradas, saúde, educação etc. foram praticamente interrompidos. O superávit primário da União, Estados e municípios e estatais superou os R\$ 15,4 bilhões exigidos pelo FMI. As empresas no Brasil retomaram a captação de capitais externos, a curto prazo e altas taxas. A rentabilidade do sistema bancário chegou a 24,5%. O ingresso de capital de curto prazo aumentou 1300%. No Brasil, paraíso do parasitismo financeiro, a remuneração e a contratação do capital tornaram-se grandes negócios.

29. Sob a aparência de uma nação independente, o Brasil assumiu o status de Estado semicolonial, com suas principais decisões econômicas, políticas e sociais tomadas sob influência ou diretamente pelos grandes credores internacionais. Até o investimento estatal entrou na área da privatização, através um novo modelo de obras e serviços (PPP) em que a iniciativa privada poderia contar com uma parcela da arrecadação de tributos para garantir retorno a seus investimentos, limitando a capacidade de financiamento de obras estratégicas, para eliminar os gargalos em energia, transportes e saneamento. A PPP, com contratos de até 30 anos, permite às empresas privadas captar os recursos totais ou parciais necessários para a realização de uma obra, além de executar e administrar o empreendimento. O governo Lula “economizou” R\$ 40 bilhões do



orçamento, em 6 meses, para pagar juros, confiscou a aposentadoria dos servidores; destinou R\$ 162 milhões para a reforma agrária, o que não dava para assentar nem 15 mil sem-terra, renunciou a R\$ 342 milhões em impostos para as montadoras (Volks, GM etc.), sem falar nas “facilidades” concedidas a essas indústrias por meio da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o que implicava diminuir ainda mais as verbas dos serviços públicos. Os sem-terra foram cada vez mais sendo vítimas da truculência e violência de latifundiários e governadores. Os servidores em luta foram reprimidos e estigmatizados. A luta dos trabalhadores foi sabotada dentro do movimento: os sindicatos dirigidos pela corrente majoritária da CUT reivindicaram, nas negociações salariais, menos que a reposição integral da inflação. A estabilidade econômica de conjunto, depois dos percalços iniciais, foi garantida por uma fase expansiva do comércio mundial, de natureza conjuntural, em especial dos preços das matérias primas, beneficiando as exportações primárias dos países periféricos do sistema imperialista. As classes dominantes brasileiras regrediram o país a um sistema econômico nacional de agroexportação, a categoria mais desqualificada do sistema capitalista, esperneando contra o “protecionismo dos ricos”, por um acesso ainda maior na feira livre mundial de soja, de carne, de açúcar, de frutas, etc. Tanto sua estratégia econômica quanto sua política externa se situaram a serviço da agroindústria, dos exportadores de matérias-primas e gêneros



agrícolas. Apesar do crescimento do saldo comercial favorável, o mega-déficit em transações correntes aumentou para US\$ 20 bilhões anuais. E, apesar dos choques em torno das questões comerciais, a política externa de Lula situou-se no esteio da política imperialista. Na primeira crise latino-americana que se viu obrigado a enfrentar, Lula atuou como um aliado dos EUA. A “saída negociada” que Lula propôs a Chávez na crise venezuelana de 2003, por solicitação de Bush, pressionava no sentido da saída antecipada de Chávez do governo, reclamada pela oposição direitista, que fracassou. Lula atuou como ponta de lança para forçar a capitulação de Chávez, sem importar que a “saída negociada” significasse uma violação da ordem constitucional venezuelana. Foi Lula que convidou o governo estadunidense a integrar-se ao “grupo de países amigos” apesar do apoio daquele governo à oposição venezuelana; defendeu publicamente sua participação em nome do “pluralismo”, e fez Chávez entender que não tinha outra alternativa a não ser aceitar a participação estadunidense. O papel pró-imperialista de Lula na crise venezuelana aconteceu imediatamente após o seu apoio à resolução das Nações Unidas contra o Iraque.<sup>39</sup> Em finais de

---

<sup>39</sup> Um editorial do *Los Angeles Times* disse: “A opinião que o G-7 tem, diante de si, é clara. Se os atores políticos do continente não apóiam a promessa esquerda da América do Sul, representada por Lula, o continente poderia se perder nas mãos de demagogos como Chávez”.



2003, o mesmo papel de “bombeiro” seria repetido por Lula na crise boliviana, impedindo que as grandes insurreições do país contra a entrega do gás culminassem na derrubada revolucionária do governo neoliberal (Sánchez de Losada – Carlos Mesa), e fazendo respeitar uma “saída institucional”, que acabaria levando Evo Morales ao governo. Essa escalada concluiria com o envio de tropas brasileiras (encabeçando a Minustah, força militar de ocupação) ao Haiti, depois dos sucessivos golpes promovidos pelos EUA no país, envio solicitado pelos próprios EUA, impossibilitados de fazê-lo diretamente por estarem embrenhados até o pescoço no Iraque e no Afeganistão. Na crise derivada da violação da soberania territorial do Equador pelas tropas colombianas (armadas até os dentes pelos EUA) o Brasil organizou as reuniões internacionais do “Grupo do Rio”, que evitaram toda condenação formal do governo narcotraficante de Uribe, agência dos EUA na América do Sul e no Caribe, ao contrário do que era solicitado pelo governo equatoriano. A “esquerda” do PT saudou essas políticas como manifestações de política externa “independente”, com algumas ressalvas na crise Colômbia – Equador (Venezuela).<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> A Secretaria Internacional do PT, exercida pela esquerda do partido, só se diferenciou claramente da política seguidista de Lula nos ataques de Israel contra Palestina e o Líbano, que a Secretaria condenou, tal como fez Chávez, provocando um início de crise no partido.





30. A chamada “revolução capitalista no campo”, promovida pelo *agrobusiness*, foi uma miragem, ou melhor, demonstrou o quanto pode haver de “revolucionário” no capitalismo atrasado e semicolonial do Brasil. Dos 850 milhões de hectares existentes no Brasil, apenas 42 milhões correspondem ao agronegócio, 70 milhões se encontram consagradas à pecuária, 120 milhões são (ou seriam) terras indígenas, e 110 milhões, terras de conservação. O remanescente, quase 500 milhões de hectares, não estão aproveitadas, divididas entre latifúndios improdutivos e áreas devolutas. E o Brasil não é o paraíso da “preservação ambiental”. Transformado em primeiro produtor mundial de soja (e, em certas áreas, também o primeiro em produtividade), a sua cultura já se apropriou da região Norte, invadiu a maior e principal fronteira agrícola da humanidade, ocupou o cerrado e já começa a avançar na selva, num avanço sem controle que ameaça a biodiversidade da região. 4,5 milhões de famílias foram expulsas da terra nos últimos anos, devido à expansão do latifúndio, à alta dos juros bancários e à construção de barragens. O Brasil possui 600 milhões de hectares cultiváveis, dos quais 250 milhões são áreas devolutas e 285 milhões, latifúndios, em sua maior parte improdutivos. Basta dizer que 138 milhões de hectares estão em mãos de apenas 28 mil proprietários, e 85 milhões de hectares em poder de apenas 4.236 proprietários. Depois da constituição do governo, Lula nomeou um dirigente da Democracia Socialista (DS), Miguel



Rossetto, para o estratégico Ministério de Desenvolvimento Agrário; este disse que o governo derrogaria a MP (decreto-lei) de Fernando Henrique Cardoso que proíbia o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de revisar (vistoriar), por dois anos, terras invadidas pelos sem-terra, com vistas à sua expropriação. Bastou um par de queixas dos latifundiários para que, em nota oficial, o Ministério do Desenvolvimento Agrário desmentisse a notícia de que pretendia derrogar a MP: “A discussão da MP será realizada num amplo espaço de diálogo, com todos os setores ligados ao campo”: o problema é que, nesse “diálogo”, uns entram armados, com grandes propriedades e apoio do Estado, e os outros sem nada. A MP anti-camponesa de FHC ficou, portanto, em pé. O MST, por sua vez, denunciou que “a criação do Primeiro Comando Rural (PCR) demonstra claramente quem são os bandidos”. O PCR foi fundado por latifundiários imitando o nome e a estrutura do PCC, principal organização do crime e do narcotráfico no país. Em setembro de 2003 foi removido o funcionário mais vinculado ao MST no governo, o presidente do Incra (Marcelo Resende): a “normalização da questão agrária” começou bem cedo. A lógica das prisões de sem-terra seguiu a argumentação jurídica elaborada durante o governo precedente, segundo analisado por um jurista da OAB. A concentração agrária e a grilagem de terras indígenas continuaram sob o governo Lula. De 1º de janeiro a 30 de novembro de 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT)



registrou 71 assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos no campo. O número foi 77,5% maior do que o registrado no mesmo período do ano precedente, e o mais elevado desde 1991, quando ocorreram 54 mortes. Em janeiro de 2003, os movimentos agrários exigiram do governo Lula o assentamento de 400 mil famílias sem-terra em 2003. O governo falou inicialmente que assentaria 140 mil no primeiro ano, depois baixou a promessa para 60 mil. Terminando o ano, balanço do Incra apontou para pouco mais de 20 mil famílias assentadas. Do orçamento destinado à reforma agrária, 65% foi cortado e desviado. A reforma agrária foi frustrada. Entre 2003 e 2007, o governo Lula assentou 163 mil famílias referentes a novos assentamentos: cumpriu somente 30% da meta de 550 mil famílias (meta conservadora criticada pelos movimentos camponeses) que tinha prometido. Não cumpriu também a regulação fundiária de 500 mil posses, pois regularizou só a situação de 113 mil famílias, atingindo 23% da meta. Há também 171 mil famílias referentes à reordenação fundiária, ou seja, a situação de regularização em assentamentos antigos, e a inclusão de cerca de 2 mil famílias referentes a reassentamentos de atingidos por barragens, o que não é reforma agrária.<sup>41</sup> Mas, em 2006, o governo Lula concedeu

---

<sup>41</sup> Nos quatro anos do primeiro mandato de Lula, deveriam ter sido assentadas 900.000 famílias; entretanto, alcançou-se, somando a reforma e outros itens, 42% da meta. Em 2003, 2004 e 2005, o MDA/Incra anunciou ter assentado 245.061 famílias. A



um pacote de R\$ 75,5 bilhões em “bondades” para o “setor (latifundiário) agrícola”, incluindo cortes nos juros e renegociações de dívidas que já tinham sido objeto de rolagens anteriores, passando por recursos para investimentos a juros mais baixos. Era o terceiro pacote oficial de socorro à burguesia rural do agronegócio, em menos de 12 meses. Somados, quase US\$ 100 bilhões de transferências para essa classe de parasitas improdutivos, equivalentes a US\$ 55 bilhões, aproximadamente 5% do PIB.<sup>42</sup> No mesmo ano, só R\$ 100 milhões

---

reclassificação desses dados evidencia: - reforma agrária - foram assentadas apenas 79.298 famílias; - regularização fundiária e reconhecimento do direito das famílias - populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores posseiros, etc. - já existentes nas áreas objeto da ação - assentadas 39.221 famílias; - reassentamentos fundiários de famílias atingidas por barragens - 1.670 famílias; - reordenação fundiária (substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes) - 124.872 famílias.

<sup>42</sup> São transferências a fundo perdido. O Estado não recebe nada de volta. Os latifundiários não pagam sequer o Imposto Territorial Rural (ITR). Sonegam tudo, impunemente. Essas transferências são totalmente improdutivas, servem apenas para salvar uma classe social inútil até para imitar modernos empresários capitalistas. Incentivados, coordenados e financiados pelas grandes empresas globais de commodities agrícolas, como Cargill, Bunge, etc., montaram um modelo agrícola improdutivo de agroexportação de enclave, que não tem nada a ver com a produção agrícola de alimentos de base, é exatamente seu oposto. Embriagaram-se no primeiro contato com o capital global, endividaram-se



(um milésimo da cifra precedente) foram liberados para o pagamento do Seguro da Agricultura Familiar a centenas de milhares de agricultores familiares,<sup>43</sup> que tiveram perdas em suas lavouras, decorrentes da estiagem. O governo brasileiro paga anualmente pela sua dívida juros de aproximadamente R\$ 280 bilhões, que equivalem a US\$ 140 bilhões, ou 10% do PIB. Os pacotes de “bondades aos ruralistas” não ficam atrás do que os parasitas do setor financeiro sugam rotineiramente dos cofres públicos. Para cobrir esses buracos gigantescos provocados pela rapinagem do agronegócio, o governo se endivida ainda mais, aumentando a dívida interna, a taxa de juros, os juros pagos. O mesmo Brasil “moderno” do agronegócio que exporta,<sup>44</sup> tem que importar

---

exageradamente com maquinários e implementos agrícolas, montanhas de insumos, descambaram para o consumismo voraz de novos ricos, montanhas de bens de consumo de luxo, carros e camionetes de luxo, aviões, iates, mansões na cidade, megapartamentos na praia, etc. No fim, jogaram o interior brasileiro em uma crise de gigantescas proporções, cuja conta é paga pela população explorada do campo e da cidade.

<sup>43</sup> A agricultura familiar, no entanto, é responsável por 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira, e em torno de 37% do valor bruto da produção agropecuária no Brasil.

<sup>44</sup> A soja ganhou um espaço muito grande, sendo produzida basicamente nos EUA, Brasil, Argentina e China (nesta, para o mercado interno). A produção de grãos no Brasil pulou de 96,8 milhões de toneladas (em 2001/2002) para 151 milhões de toneladas (2008/



arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) e teve que importar também soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, matérias-primas industriais de larga possibilidade de produção no próprio país. Do total do pessoal empregado no campo (17,9 milhões de trabalhadores) as pequenas unidades empregam 87,3% deste contingente, as médias 10,2% e os latifúndios apenas 2,5%. Quanto a massa total dos salários pagos, as pequenas unidades participaram com 50,2%, as médias com 31,7% e os latifúndios com apenas 18,1%. Os latifúndios “escondem” a terra improdutiva; o papel da grande propriedade continua a ser de reserva patrimonial e especulativa.

---

2009). Os grãos tornaram-se commodities universais, padronizados e negociados internacionalmente, com um valor comercial (e estratégico) grande (o trigo passou de alimento para ser também, cada vez mais, base para tintas, cosméticos e biodiesel). Limpos e secos, podem ser armazenados e conservados por longos períodos, manipulando estoques e especulando com preços. A soja é o carro-chefe da hegemonia capitalista-latifundiária no campo, pois permite planos de longo prazo para monopolizar mercados e obter lucros extraordinários com a comercialização de alimentos. A produção agrícola passou a ser controlada pelas firmas produtoras de sementes e produtos químicos (Monsanto, Dupont, Syngenta, Bayer, Dow Chemical) num processo de monopolização capitalista sem precedentes da produção agrícola mundial, que inclui o Brasil. A produção dos três alimentos básicos no país - arroz, feijão e mandioca - não cresceu desde a década de 1990, e o Brasil se tornou o maior país importador de trigo do mundo.



Essa é a outra cara, a verdadeira, do enterro da reforma agrária, que somente um governo independente do capital (operário e camponês) poderá realizar, sepultando de vez o “modelo agroexportador”, sem deixar nenhum vestígio, e revertendo radicalmente a produção agrícola nacional para cereais, alimentos básicos (milho, arroz, feijão, trigo), redirecionando a produção para o mercado interno, e para o intercâmbio com outras nações latino-americanas, expropriando previamente, e sem nenhuma espécie de compensação, os latifundiários nacionais e internacionais, sanguessugas sem limites da nação, como medida elementar de defesa nacional.

31. Os programas sociais compensatórios do Brasil, pela sua dimensão, foram propostos como exemplo mundial. Os países líderes do grupo dos “emergentes”, o BRIC (Rússia, Índia, China, além do próprio Brasil), anunciaram sua intenção de adotar programas semelhantes, com vistas a resolver os graves problemas de miséria e pobreza suscitados em consequência de sua passagem para a “economia de mercado”. Os gastos sociais no Brasil cresceram de R\$ 1,3 bilhão em 1995 (primeiro ano do governo FHC) para R\$ 18,8 bilhões em 2005 (terceiro ano do governo Lula), um crescimento superior a 1.400%, em termos nominais. A diminuição oficial da pobreza absoluta foi acentuada: ela passou de 35,6%, em 2003, para 26,9%, em 2006. Os gastos sociais per capita apresentaram igualmente uma trajetória de



crescimento em breve período de tempo, para as categorias mais pobres contabilizadas nas estatísticas sociais oficiais. Dos 10 milhões de novos empregos prometidos, no entanto, foram criados só 4,8 milhões, levando para 8-9% a taxa de desemprego de 13-14% de FHC. A maioria desses “novos empregos”, no entanto, nada mais são do que formalização (regularização) de empregos já existentes, devido à pressão exercida pela Receita Federal para que aumentasse a arrecadação fiscal, comprometida pelo festival de desregulações da era FHC, que questionava o pagamento da dívida pública e a obtenção dos superávits primários acordados com o FMI. Significa que o desemprego real não sofreu alterações importantes, o que explica as 50 milhões de pessoas beneficiárias do Bolsa Família (PBF),  $\frac{1}{4}$  da população brasileira (índice que chega a 50% no Nordeste, onde o PBF repassa benefícios a mais de 5,7 milhões de famílias, ou 25 milhões de pessoas). Em 2007, o PBF atingiu suas metas, atendendo 11,1 milhões de famílias. Cabe apontar o papel do PBF como amortecedor dos conflitos sociais. O programa foi um fator determinante para o esvaziamento dos movimentos sem terra durante o primeiro mandato do presidente Lula. O número de famílias que invadiram terras no Brasil caiu de 65.552, em 2003, para 44.364, em 2006; uma queda de 32,3%. Nesse mesmo período, a quantidade de famílias sem terra acampadas despencou de 59.082 para 10.259 - uma diminuição de 82,6%. As políticas sociais compensatórias criaram um novo modelo de





clientelismo político associado ao controle dos cadastros e à cooptação dos “movimentos sociais”: o modelo assistencialista perpetua a dependência dos beneficiados, e estabelece uma divisão na classe trabalhadora entre os que recebem e os que não recebem. Em 2008, o PBF demandou R\$ 11,1 bilhões do orçamento público, ou 0,4% do PIB (o pagamento dos juros da dívida pública equivaleu a 3,8% do PIB, quase dez vezes mais). Comparados com o PIB e, sobretudo, com os lucros gerais do capital, os programas sociais constituem um percentual baixo. O PBF custou ao governo, em 2005, R\$ 5,5 bilhões (aproximadamente US\$ 2,3 bilhões), que pagaram benefícios a 8,7 milhões de famílias, ou seja, aproximadamente 35 milhões de pessoas. Mas, em 2006, o setor financeiro recebeu R\$ 272 bilhões, em conceito de pagamento dos juros das dívidas, quase 50 vezes o que se gastou com o PBF. Com relação aos assalariados “formais”, o reajuste do salário mínimo, em 2006, atingiu 13%, o que significou um gasto a mais de R\$ 5,6 bilhões, quase o mesmo montante do PBF. Para assegurar o salário mínimo de 1536 reais definido pelo Dieese seriam necessários R\$ 132 bilhões anuais a mais (menos da metade do que o capital financeiro recebe anualmente para rolar a dívida pública). Em 2006, pesquisa do Dieese mostrou que crescia o número de trabalhadores que ganhava até 1,5 salário mínimo: 68,7% dos pisos salariais pagos pelas empresas aos trabalhadores correspondiam a até 1,5 salário mínimo. Também crescia o percentual de



trabalhadores que ganhavam até 1,25 mínimo (de 23,4% para 43,6%) e até um mínimo (de 1,7% para 2,8%). Por outro lado, os pisos salariais acima de três salários caíram de 4,6% em 2005 para 3,8% em 2006. Na média, os pisos salariais pagos pelas empresas caíram de 1,69 salário mínimo em 2005 para 1,52 mínimo. Em 2005, o mínimo subiu de R\$ 260 para R\$ 300 e, em abril de 2006, a alta foi para R\$ 350. O reajuste real (descontada a inflação) do mínimo, nesses dois anos, alcançou 22%. Durante o governo Lula, no entanto, não regrediu a regressão tributária. As pessoas com renda até dois salários mínimos (R\$ 930, quase 33% da PEA) levam mais dois meses que os demais para quitar as obrigações tributárias.

32. Cabe também mencionar a atuação das ONGs, central, no Brasil, nos últimos anos. A Controladoria Geral da União estimou que as parcerias do governo federal com entidades não-governamentais tenham consumido R\$ 33,8 bilhões desde 1999. As ONGs viraram a verdadeira base política do governo Lula (e do regime bonapartista em geral), com o PT sendo reservado apenas para negociatas eleitorais. Assim, Lula conseguiu fazer um governo que agradasse ao capital em geral, especialmente o setor financeiro, e que mantivesse, ao mesmo tempo, o apóio das camadas mais pobres da população. Os programas sociais “focalizados” permitiram uma diminuição da pobreza absoluta, coexistente, no entanto, com uma fantástica concentração de renda e, ao mesmo tempo, com



uma diminuição da renda média das famílias, uma diminuição significativa da remuneração média do trabalho assalariado, e um grande incremento das fontes de renda não vinculadas ao trabalho, nas camadas mais pobres. Os programas sociais foram financiados, basicamente, com uma transferência de renda dos assalariados para os setores mais pobres. O faturamento real (descontada a inflação) das empresas brasileiras cresceu 41% de 2000 para 2007. As empresas da Bolsa de Valores dobraram seu lucro desde 2003: o lucro total das 257 companhias que fazem parte da Bolsa de São Paulo dobrou do início do governo Lula até o final de 2007, passando de R\$ 61,6 bilhões para R\$ 123,7 bilhões (um aumento de 100,76%). Festa para o capital, esmolas para os desempregados crônicos, ou os trabalhadores “em negro”. Os recursos consagrados aos “direitos universais” estabelecidos constitucionalmente experimentaram, ao contrário dos programas sociais, um retrocesso relativo durante o governo Lula: os gastos com saúde e educação, embora crescessem em termos absolutos, decresceram em termos percentuais, passando de 1,79% para 1,59% do PIB, e de 0,95% para 0,77% do PIB, respectivamente (de 1995 até 2005). Uma diferença de 0,4% do PIB, enquanto os “gastos sociais” foram incrementados, em prazo semelhante, em 0,7% do PIB. A diferença de 0,3% foi coberta pela maior taxaço (direta e indireta) dos salários. Na medida em que os programas compensatórios são financiados por fundos estatais, as funções do Estado se ampliam, na regulação do



mercado de trabalho, com a transferência do fundo público, em proporção crescente, para o financiamento do setor privado, assumindo os custos da reprodução da força de trabalho: o Estado (como depositário do fundo público) transforma-se, mais do que nunca, em pressuposto geral da acumulação de capital. A questão da pobreza no Brasil continua em trajetória precária. O quadro da porcentagem de pobres nas grandes cidades é de mais de 40%, no Recife e em Fortaleza, mais de 30% em Belém e Salvador, mais de 20% em Belo Horizonte, mais de 15% em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, mais de 10% em Curitiba. Na média das metrópoles brasileiras, 21,01%, ou 4,9% a mais do que em 2000, 2,4% a mais do que em 2006. O papel das ONGs na execução dos programas sociais as caracteriza como a principal articulação entre o governo e a sua base social-eleitoral. O “modelo Lula” de governabilidade consistiu, basicamente, na estruturação, como base política (e organizadora da base social) de seu governo, as ONGs e os funcionários públicos encarregados de gerenciar os “programas sociais” (em especial o PBF), cuja extensão propõe ampliar, precisamente no mesmo momento em que a redução dos ingressos fiscais mina suas bases econômicas. O “modelo Lula” terá sido o de dotar, temporariamente, de certa estabilidade, e até de certa identidade política (via ONGs e uma parte da esquerda) ao financiamento do exército industrial de reserva pela população assalariada, com programas condicionados que não tocam o



lucro capitalista. O “modelo” leva, no entanto, a marca da precariedade e da condicionalidade que ele próprio imprimiu ao seu principal instrumento, devido à sua dependência umbilical de uma prosperidade econômica conjuntural. Os programas sociais, por outro lado, estão atingindo seu limite em termos de erradicação da miséria absoluta. A natureza capitalista (governada pela extração de mais-valia e pela anarquia da produção, a cegueira do mercado) da produção alimentar, e a própria crise do capital, impõem um limite intransponível à ação anticíclica e paliativa do Estado.

33. A função essencial do governo Lula, aquela pela qual o imperialismo lhe concedeu a “estabilidade macroeconômica”, foi a instauração de um sistema completo de colaboração classista. No Fórum Nacional do Trabalho, a bancada dos empregadores e a bancada dos trabalhadores chegaram a um consenso em torno da questão do direito de greve nos chamados “serviços essenciais”: *“Na esfera da negociação coletiva, os meios de solução de conflitos de interesses nos serviços e atividades essenciais devem ser objeto de regulamentação específica, que considere a natureza destes serviços e atividades e o exercício do direito de greve”*. Ou seja, a “bancada dos trabalhadores” coincidiu, de princípio, com a limitação do direito de greve dos servidores públicos. Em síntese, o fórum que se apresentou como “do trabalho” teria tido melhor denominação como “do capital”. A complacência das centrais sindicais para com as políticas governamentais tem



um prêmio, que viabiliza sua maior burocratização. Um de seus mecanismos é o chamado “crédito em consignação”, descontado diretamente na folha de pagamentos. Esses empréstimos tornaram-se uma fonte de arrecadação e financiamento dos sindicatos (ou seja, da burocracia sindical). A Força Sindical, que fechou acordo desse tipo com o Banco Santander/Banespa, passou a receber R\$ 7,75 milhões já no primeiro ano de sua vigência, aumentando depois, a título de “comissão”, com cerca de 500 mil contratos. O contrato com o Santander estabeleceu o repasse, pelo banco, aos cofres da central e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (o primeiro a participar do acordo) de 0,50% sobre o montante emprestado para cada metalúrgico. Já a CUT, depois de apoiar a reforma da Previdência, furar a maior greve dos servidores públicos federais da história do país, enterrar várias campanhas salariais e também a greve dos trabalhadores dos correios, passou a defender o aumento da lucratividade dos bancos, ampliando, pelo mesmo mecanismo, as dívidas e a quantidade de trabalhadores endividados, comprometendo ao máximo os salários. Isso foi produto do convênio entre as centrais sindicais e os bancos para a abertura de linhas de pequeno e micro-créditos para trabalhadores contraírem empréstimos, dando como garantia de pagamento o desconto em seus holerites.<sup>45</sup> O empréstimo consignado (com

---

<sup>45</sup> A CNESF (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais) adotou uma posição classista diante dos empréstimos: “Não concordamos com a



desconto em folha de pagamento) ultrapassou o patamar dos R\$ 100 bilhões em 2009 (os juros médios cobrados pelos bancos no empréstimo consignado são de 28% ao ano).<sup>46</sup> A burocracia sindical brasileira virou uma agência direta do capital financeiro e da agiotagem, do parasitismo capitalista. É de se estranhar que, nesse quadro, a CUT propusesse, contra o desemprego, não a escala móvel de horas de trabalho (redução da jornada sem redução do salário), mas a criação de frentes de trabalho (trabalho quase sem custo para os capitalistas ou o Estado)? A “reforma sindical” acordada com a CUT busca reformar a estrutura de representação sindical, combinando a possibilidade de sindicatos por empresa com o arbítrio em última instância da central sindical ou de uma comissão das centrais sindicais, impulsionando a a desregulamentação trabalhista, já que passariam a valer os acordos coletivos firmados entre o patronato e a entidade representativa dos trabalhadores, permanecendo na

---

política da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao estabelecer convênio com o Banco do Brasil para a concessão de empréstimos ao funcionalismo público a título de complementação salarial, repudiamos o envolvimento do governo federal neste processo e negamos, com veemência, qualquer declaração no sentido de que assinaremos tais acordos”.

<sup>46</sup> Os juros cobrados dos aposentados são de... 2,5% ao mês! Em poucos meses, os proventos dos aposentados desaparecem, engolidos pelos juros bancários: os responsáveis por esa infâmia (inclusive os sindicais) deveriam ir para a cadeia, por crime contra a velhice dos trabalhadores.



legislação constitucional e infraconstitucional apenas direitos mínimos: a fixação das regras de proteção do trabalho seria temporária, já que vinculada a acordos coletivos. A contrapartida seria a definição das centrais sindicais como instâncias últimas de julgamento sobre quem representa os trabalhadores, ato que reforça as burocracias sindicais, que se transformariam numa espécie de Tribunal Superior do Trabalho. Uma CUT “integrada” à política reacionária do governo Lula (e ao próprio governo), cada vez mais burocratizada e desconectada do movimento dos trabalhadores, em especial de seus setores mais explorados (“informais” e desempregados), foi o saldo do processo; no interior da central, isso não foi imposto através de uma luta política aberta, substituída por manobras de aparelho e uma burocratização sem limites. O aparato sindical da CUT tem mais de 100 mil pessoas “liberadas” (do trabalho) e mais de 20 mil diretamente empregados. Um verdadeiro exército de “dependentes”. O presidente da CUT foi nomeado Ministro do Trabalho. Em 2006, a direção da CUT pactuou com a patronal a demissão de 3.600 operários da fábrica da VW: a direção neopelega do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo conseguiu enfiar pela goela dos trabalhadores o “plano de demissão voluntária” (PDV) imposto pela empresa, com forte resistência da base operária. A recuperação classista das organizações operárias é o primeiro ponto da agenda política dos trabalhadores.





34. A política reacionária do primeiro governo Lula fez com que a crise se instalasse no interior do PT, em particular na sua bancada parlamentar, com o surgimento do grupo dos “radicais”, com Luciana Genro, João Baptista de Araújo (“Babá”), João Fontes e Heloísa Helena. A tentativa de expulsão dos “radicais” criou, em primeiro lugar, um escândalo nacional, porque serviu para dar mais projeção ao abandono do programa por parte do governo de Lula. A fidelidade dos dissidentes a esse programa converteu-se no libelo acusatório contra eles. O bloco parlamentar do PT, de qualquer maneira, separou os dissidentes das responsabilidades que lhes tinham sido atribuídas nas comissões legislativas. A oposição à expulsão dos dissidentes não poderia se fundamentar em questões estatutárias, mas na exigência da ruptura de Lula e do PT com a burguesia e o imperialismo, de expulsão do governo dos ministros e funcionários capitalistas, e pela convocação de congressos de bases das organizações operárias e camponesas para que elas definissem o programa de um governo realmente independente do capital. A partir de julho de 2003, a greve do funcionalismo público e a luta contra a reforma previdenciária foram o grande divisor de águas no campo da esquerda e do movimento operário. A primeira greve nacional contra o governo Lula, a dos funcionários públicos, começou com uma força que surpreendeu a opinião pública, a grande imprensa, o governo e até seus próprios organizadores. Foi uma greve por tempo indeterminado, pela retirada



do PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 40, que abria a privatização da Previdência Social. A expulsão dos quatro legisladores, que se solidarizaram com a greve e votaram contra a PEC, abriu uma profunda crise no PT. A resolução de exclusão foi adotada em reunião do Diretório Nacional (DN) de meados de dezembro de 2003, postergada várias vezes, e trasladada de São Paulo para Brasília, para evitar uma pressão maior da base militante. A votação foi de 55 votos favoráveis à expulsão, contra 26 (uma abstenção), de um total de 84 membros da DN. O PSTU lançou, nesse contexto, a proposta de “construir um novo partido” com os dissidentes: *“O PSTU acredita que as opções feitas pelo PT, e agora no governo, de manter essencialmente o mesmo modelo econômico anterior, o que acabou resultando em uma proposta de “reforma” da Previdência que é pior do que a que foi feita por Fernando Henrique, e mesmo este comportamento autoritário em relação aos deputados e à senadora, tudo isso é uma demonstração que há uma incompatibilidade, uma contradição quase que absoluta, entre as pessoas que querem continuar defendendo as bandeiras tradicionais da esquerda socialista brasileira e a permanência no PT e na base de apoio do governo Lula. A saída que nós propomos para essa situação não é a entrada simplesmente da senadora e dos deputados no PSTU. Na verdade, o que o PSTU tem proposto é que nós somemos nossas forças, a militância do PSTU, os parlamentares, os militantes da esquerda socialista brasileira, na construção de um novo partido de esquerda, socialista, voltado para a luta do povo brasileiro, que ocupe esse espaço à esquerda que foi aberto com essas opções que*



foram feitas pelo PT, com a transformação que o PT viveu. Nós achamos que nesse momento é necessário construir no Brasil um partido de esquerda, que seja a oposição pela esquerda ao governo Lula, que resgate a defesa às bandeiras tradicionais de nossa classe”. Mas, com que programa? Defendendo a luta por um governo operário e camponês, independente e sem representantes da burguesia (e do imperialismo), logo depois da impactante vitória eleitoral de Lula? O PSTU nunca levantou essa palavra de ordem (o que torna puramente formal sua caracterização do governo lulista como “Frente Popular”), nem colocou a questão do programa na luta pelo “novo partido”. Mas, nas “plenárias abertas” estaduais em que o “novo partido” foi discutido (a primeira foi no Sindicato dos Químicos de SP) colocou o “centralismo democrático” como *conditio sine qua non*. No mínimo, isto significava por o carro diante dos bois, a organização na frente do programa político (e desvinculada deste). Isto foi rejeitado pelos ex “radicais” do PT, e os grupos que os sustentavam, como manobra para absorvê-los organizativamente sem discussão política. Ao partido “leninista” (aparelhista) proposto pelo PSTU, opuseram então o “partido plural”, “de tendências (permanentes)”, formando um comitê (na verdade, uma frente única de mini-tendências, enfeitada por meia dúzia de “intelectuais ilustres”, que emprestaram seus nomes e prestígio, e depois voltaram para suas atividades habituais),<sup>47</sup> que

---

<sup>47</sup> O mais conhecido deles, o sociólogo Chico de Oliveira, voltou inclusive a apoiar eleitoralmente o



impulsionou a legalização de um novo partido, o PSOL (Socialismo e Liberdade).

35. Na sua estrutura, o PSOL repetiu os vícios do PT, uma finta organicidade (núcleos e comitês) baseada em “tendências” totalmente autônomas, cada uma apregoando o que bem entende (incluída a “revolução bolivariana”), com as decisões políticas reais sendo tomadas por “consenso”, entre bastidores e por caciques, tudo coroado pela “presidência” outorgada a uma figura carismática, a senadora Heloísa Helena, autoproclamada “católica, trotskista, mulher, nordestina”, etc. (ou seja, apresentada não como uma representante operária ou camponesa, mas como um compêndio ambulante de “minorias”). A mais grave crise do PT concluiu, portanto, com um novo aborto político.<sup>48</sup> O aborto virou fraude aberta com a entrada, e posterior colonização (aparelhamento), no PSOL, por um conjunto de ex-parlamentares do PT (com destaque para Chico Whitaker, do Fórum Social Mundial, FSM, e Ivan Valente), *que tinham votado em favor da reforma previdenciária*

---

PT, afirmando que o voto nulo, no segundo turno de 2006, era um equívoco. No segundo governo Lula, “apesar de não esperar alterações na política econômica, há(veria) espaço para mudanças”, afirmou. A inconsistência se transformou no único elemento consistente da intelectualidade de esquerda...

<sup>48</sup> Sem brincar com a palavra, sendo Heloísa Helena declaradamente opositora ao direito democrático de aborto, porque “católica”.



(exatamente a questão que tinha dado origem à cisão dos “radicais” que criaram o PSOL!) e suas respectivas “tendências”, depois de seu fracasso na participação no PED (eleições diretas) do PT, em que ocuparam um modesto quarto lugar (terceiro, na sub-concorrência entre as tendências “de esquerda”). Legalizado o PSOL (com mais de 500 mil filiados) e feita a conseqüente demagogia do “programa decidido pela base”, “respeito permanente das minorias (tendências)” e tudo mais, o PSOL lançou, em 2006, a candidatura presidencial de Heloísa Helena, com um programa de vulgaridades, bem “imposto por cima”, com seu apelo na luta “contra a corrupção” (mensalão e outras), a “reconstrução da democracia com desenvolvimento econômico sustentável e inclusão social”, mas com seu fundo na queda da taxa de juros, na desvalorização monetária e no “alongamento da dívida” (ou seja, um programa 100% burguês), e com uma “Frente de Esquerda” incluindo políticos e grupelhos deixados de fora das combinações de diversos partidos burgueses (PV, PDT), e escolhendo como vice um intelectual avulso colaborador do programa de governo de Garotinho, ou seja, a “sombra da sombra” da burguesia. A projeção eleitoral do PSOL (na verdade, de Heloísa Helena) baseada na questão da corrupção (em menor medida, na questão da previdência social pública), e no “espírito FSM” (este transformado numa agência turística mundial para jovens propositalmente despolitizados e burocratas reciclados) lhe valeu um importante *score*



eleitoral (7% dos votos presidenciais, quase seis milhões) nas eleições presidenciais de 2006. A essa pressão não souberam resistir o PSTU (nem o raquíptico PCB reconstituído) que abriram mão de sua própria candidatura e presença política independente, para apoiar Heloísa Helena e integrar-se na pseudo “Frente de Esquerda”, em que pese o reagrupamento operário e popular impulsionado pelo PSTU através da Conlutas (o que tornou essa capitulação duplamente faltosa). Essas manobras políticas espetaculosas, mas de nulo alcance histórico ou político real, foram possibilitadas pela ausência de uma vanguarda operária politicamente organizada (com um programa revolucionário) e pelo próprio retrocesso geral do movimento operário independente no país.

36. Durante o primeiro governo Lula, houve um arranjo político para recuperar o seu governo capitalista dos escândalos da corrupção: a vitória de Ricardo Berzoini (candidato da direção partidária) nas eleições internas do PT; a eleição de Aldo Rebelo (PC do B) à presidência da Câmara dos Deputados; o enterro melancólico das CPIs (comissões parlamentares de inquérito) dedicadas a investigar os esquemas de corrupção; a confirmação da política econômica e de seu ministro, Antonio Palocci – respaldado inclusive pela oposição de direita –, também acusado de liderar diversos esquemas de corrupção na cidade da qual fora prefeito, Ribeirão Preto. Este arranjo não obedeceu apenas ao temor de que as



investigações de corrupção também alcançassem aos “opositores”, como já começava a ocorrer com o PSDB. Também meteu a mão o imperialismo norte-americano: “Os problemas enfrentados pelo presidente Lula trazem perspectivas negativas para o avanço do livre mercado na América Latina, e para os interesses dos EUA na região”, advertiu *The Wall Street Journal*. O representante do Tesouro ianque (John Snow) e o próprio Bush visitaram Brasil e se pronunciaram claramente em defesa do governo Lula. O mesmo fizeram os principais jornais brasileiros. A desintegração do PT não produziu uma mudança dos marcos ideológicos e programáticos que o PT estabeleceu na sua fundação. A quebra do PT não produziu uma ruptura, mas uma continuidade, uma tentativa de salvar as perspectivas democratizantes da sua própria derrubada. Em dois anos, Lula-Palocci pagaram 300 bilhões de reais aos credores da dívida pública (enquanto aplicavam menos de um bilhão para a reforma agrária, ou cinco bilhões para as universidades públicas), o qual tampouco serviu para reduzir a própria dívida, que era de 900 bilhões de reais em dezembro de 2003. O governo Lula reforçou sua aliança com os especuladores financeiros internacionais. A festa dos credores, em primeiro lugar os bancos “nacionais”, foi orgiástica. O Itaú anunciou, em meados de 2005, o maior benefício da história bancária nacional para um semestre: quase 2,5 bilhões de reais; na semana seguinte, o Bradesco bateu o recorde anunciando lucros superiores a 2,6 bilhões de reais. E os



industriais? Vale do Rio Doce (CVRD), principal empresa privada, anunciou, para o mesmo semestre, lucros de... 5,1 bilhões de reais. Petrobras, “estatal”, em realidade controlada pela Bolsa... 9,9 bilhões de reais. A “renúncia fiscal” do Estado em benefício dos capitalistas cresceu 12% em 2005, alcançando o recorde histórico de 27 bilhões de reais. Mas as crises políticas (gerais e do PT) deixaram suas marcas: em final de 2006, Lula não repetiu o feito de FHC (vencer a reeleição já no primeiro turno) em que pese a direita burguesa ter lhe oposto um candidato “boi de piranha” (Geraldo Alckmin). Lula conseguiu uma recuperação “miraculosa” do seu fracasso no primeiro turno, e recuperou boa parte dos eleitores no segundo turno, com mais de 60% (dos votos válidos emitidos) contra 39% de Alckmin (Opus Dei - PSDB), uma diferença de cerca de 20 milhões de votos (com as abstenções, votos nulos e brancos chegando a 25% do total de eleitores, Lula terminou com 46% e Alckmin com 29%). Desde o início, Alckmin estava escolhido para perder (por isso, Serra e Aécio se reservaram para 2010). No Nordeste, Lula obteve mais de 80% dos votos em alguns estados, como Maranhão (84,63%) e Ceará (82,32%), e mais de 70% na maioria dos outros, Piauí (77,31%), Paraíba (75,01%), Pernambuco (78,48%) e Bahia (78,08%), com o claro apoio do conjunto das forças políticas mais reacionárias locais. Um importante jornal da metrópole norte-americana informou claramente que “a reeleição de Lula representa boas novas para Washington. O presidente dos Estados Unidos,





George W. Bush - mais odiado do que qualquer outro líder mundial na América Latina - estima Lula como um parceiro confiável de negociações. As relações entre Brasília e Washington estão melhores do que nunca”. Lula foi ao segundo turno apelando, demagogicamente, para o ódio dos trabalhadores contra as elites. O sentido do voto nulo no segundo turno era evidenciar o jogo político de engano aos trabalhadores, preparando o terreno para a resistência popular. Na América Latina, se desfaria crescentemente o “eixo antiimperialista”. Segundo o mesmo jornal citado, “o Brasil (Lula) é visto como um reduto contra o processo de sedução regional conduzido pelo presidente venezuelano Hugo Chávez”. Lula ficou sem maioria no Congresso. Fez um pacto com a direita para ganhar as eleições, levando ao governo os criminosos políticos reacionários, privatizadores e repressores do povo, agrupados no PMDB, verdadeiro partido governante, se é que existe algum, na segunda edição do governo Lula. O PT só controla cinco dos 23 estados de Brasil, é uma minoria pequena no Senado. Não haveria um Lula “novo” progressista e, menos ainda, socialista. A esquerda do PT teve forte redução, com suas bancadas reduzidas a menos da metade; muitos dos petistas eleitos estavam envolvidos com os escândalos do mensalão, quebra do sigilo bancário, compra de dossiê, etc.<sup>49</sup> A “direita” petista, rotulada de

---

<sup>49</sup> “Um governo democrático-popular, um PT socialista e a organização das classes trabalhadoras: estas são as metas fundamentais que perseguiremos



“Campo Majoritário”, que controlava pouco mais da metade da bancada federal do PT (42 deputados de um total de 81, ou 52%), passou para 49 em uma bancada de 83 (59%). O mais significativo, porém, foi o apoio explícito do MST à reeleição. O MST perdeu o norte politicamente, subordinou suas políticas aos acordos com Lula, em troca de algumas concessões financeiras para manter seu aparato.<sup>50</sup>

---

nos próximos anos”, foi a resolução da IX Conferência Nacional (extraordinária) da Articulação de Esquerda (do PT), em dezembro de 2006, logo após a vitória de Lula. A AE se especializou em não tirar conclusões de suas próprias esperanças.

<sup>50</sup> Disse o MST: “*No segundo turno avaliamos, juntamente com outros movimentos sociais, reunidos na Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) e na Via Campesina Brasil, que era possível no momento promover um verdadeiro debate de idéias, projetos políticos e de luta de classes. Era preciso impedir que as forças políticas reunidas em torno da candidatura de Alckmin saíssem vencedoras dessas eleições. Não compartilhamos a idéia de que as duas candidaturas eram iguais e indiferentes. Havia interesses de classe divergentes atrás de cada candidatura. No mínimo, a vitória de Lula representaria, simbolicamente, a vitória da classe trabalhadora, a manutenção de alianças na América Latina com governos progressistas e o respeito aos movimentos sociais. Esse novo posicionamento no processo eleitoral fez com que nos engajássemos na campanha pela reeleição de Lula*”. A virada discursiva, puramente demagógica, de Lula no segundo turno, conquistou o MST, para o qual um par de frases “classistas” eleitoreiras passaram a valer mais que quatro anos de frustrações e repressão contra os sem terra.



37. O segundo mandato de Lula foi apanhado pela crise capitalista mundial, que a própria ideologia “globalizadora” descartava. Contrariando a tese do “desacoplamento” (ou da “marolinha”), a crise bateu com força na América Latina e no Brasil. No primeiro trimestre de 2009, o PIB da região caiu 3%, com destaque para a brutal queda do México: 9,31%. A recessão começou “oficialmente” no quarto trimestre de 2008. Ainda em dezembro de 2008, a CEPAL previa para 2009 um crescimento de 1,9%, mas, em abril de 2009 já estimou uma contração de -0,3% (em junho elevou-a para -1,7%). Durante o quarto trimestre de 2008, México, Brasil, Argentina e Chile registraram quedas anualizadas do PIB de -10,3%, -13,6%, -8,3%, e -1,2%, respectivamente. No primeiro trimestre de 2009, México registrou uma queda anualizada sem precedentes, -21,5%. De dezembro de 2008 a fevereiro de 2009, no Brasil, 800 mil vagas de emprego foram cortadas. Nas últimas décadas, América Latina conheceu um desempenho econômico convulsivo, expresso em quedas e altas abruptas do seu crescimento, o que punha em evidência economias com baixo grau de autonomia (financeira, industrial e comercial), altamente dependentes, portanto, das inflexões do mercado mundial. Durante o período 2003-2007, América Latina recebeu um volume recorde de investimentos estrangeiros diretos, superior a US\$ 300 bilhões. Suas empresas lançaram-se a outros mercados comprando importantes ativos, inclusive em países imperialistas. O PIB da região cresceu



numa média de 5% anual entre 2003 e 2008, com um incremento médio superior a 3% no produto per capita. Um fator alardeado foi a redução drástica das dívidas denominadas em dólares. Mas isto ocultou a natureza real do processo econômico, embutida na valorização monetária propiciada pela “estabilização”. A dívida externa foi “zerada”, a partir do fato de que as reservas internacionais do país – o total de moeda estrangeira conversível, aceita no mercado internacional – superaram o montante da dívida externa, pública e privada, o que criou a ilusão da superação da dependência financeira externa. Mas o endividamento assumiu outras características. O endividamento em condições de abertura à livre movimentação cambial de empresas estrangeiras e nacionais não pode ser aferido apenas pela dívida externa formal, em títulos e contratos do governo e de empresas privadas. A dívida real, passível de ser saldada em moeda conversível, deve ser avaliada em conjunto com a situação da dívida interna em títulos públicos, a dívida mobiliária federal, por ser viável a troca de títulos da dívida externa por papéis da dívida pública. Um título público brasileiro, por exemplo, que vence em 2045, oferece 7,5% de interesse por cima da inflação, o mesmo título do Japão paga somente 1%.<sup>51</sup> A queda do emprego no primeiro

---

<sup>51</sup> Houve uma expressiva formação de reservas internacionais pelo Brasil, em decorrência dos saldos comerciais obtidos pela alta de preços - puxada pelo crescimento da demanda mundial de commodities - de produtos com forte peso nas exportações, e também pelo fato da taxa básica de juros brasileira -



trimestre de 2009 atingiu um milhão de vagas, com uma perda total de até quatro milhões até o final de 2009. Os “sucessos” econômicos da última década foram, portanto, relativos e precários. Houve altas taxas de crescimento, inflação reduzida aos menores patamares históricos e orçamentos equilibrados ou até com superávits. Ao mesmo tempo, na América Latina, 40 milhões de pessoas

---

base da remuneração dos títulos públicos - ser muito elevada. Isto fez com que houvesse interesse dos investidores externos em negócios com os papéis da dívida pública brasileira: tornou-se excelente negócio – para grandes investidores – captar recursos no exterior, a taxas mais baixas, e aplicar esses recursos, a taxas mais elevadas, na dívida pública interna do país. O governo Lula isentou os fundos institucionais estrangeiros, que aplicassem recursos em títulos públicos, do imposto de renda sobre os rendimentos. Com isso, aumentou a entrada de recursos em moeda forte no país, fazendo com que as reservas crescessem. Mas o custo financeiro é elevado: a remuneração dos credores dessa dívida é de 12% reais ao ano, uma carga de juros crescente e impagável. A dívida interna em títulos cresceu sem parar, ultrapassando R\$ 1,3 trilhão, inviabilizando crescentemente o orçamento público como fonte de recursos para a realização de investimentos na infra-estrutura e nas políticas sociais. As emissões antecipadas de títulos da dívida externa brasileira em 2005, no montante de US\$ 3,5 bilhões se deram a taxas de juros que variaram de 8% a 12,75% ao ano. Como o real se desvalorizou apenas 2,4% frente ao dólar de 19/09/2005 a 03/01/2006, foi garantido ao investidor estrangeiro, um rendimento de cerca de 10% ao ano, em dólares. Durante o ano de 2005, o Tesouro Nacional efetuou inúmeros leilões de títulos da dívida interna, com juros em média de 19,13%.



deixaram a linha da pobreza, em cinco anos, segundo as estatísticas oficiais. O “retrocesso” da pobreza foi especialmente importante no Brasil, onde os programas sociais compensatórios permitiram uma diminuição significativa da pobreza absoluta, coexistente, no entanto, com uma trajetória pouco alterada da “concentração de renda” (ou seja, da desigualdade social, ou miséria social relativa). As condições criadas, de retrocesso relativo da pobreza mais acentuada, se encontraram vinculadas ao desempenho econômico da conjuntura. A constituição de uma franja população cuja sobrevivência depende de programas oficiais de ajuda social, não incorporados à estrutura institucional do país, se configurou como um paliativo de base instável. Os dados da conjuntura começaram a mudar drasticamente com a crise econômica mundial, que possui mecanismos diretos de transmissão, vinculados à contração da demanda mundial: o comércio externo e as matérias-primas. Do ponto de vista comercial, continua a dependência da região em relação aos EUA e Europa. Mais de 65% das exportações latino-americanas dirigem-se a essas duas regiões, com o restante indo para a Ásia e para parceiros regionais. Alguns países latino-americanos estão mais expostos; é o caso do México, cujo comércio é fortemente dependente dos EUA (que consome 80,75% de suas exportações; apenas 19,25% vão para o resto do mundo). E as economias continuam muito dependentes da venda de matérias-primas (que representam mais de 60% das exportações da



América Latina), os países se viram afetados negativamente pelas baixas do petróleo, do cobre ou da soja.<sup>52</sup> Os preços dos produtos primários despencaram, depois de uma alta especulativa das commodities em 2008. Em fevereiro de 2009, os preços tinham caído respeito ao pico da alta, nas proporções que seguem: petróleo 51%, alimentos 18%, arroz 50,6%, milho 47,9%, trigo 41,9%, metais 49%, cobre 37,9%. As quedas de remessas de migrantes afetarão, sobretudo, México, Bolívia, Equador, e quase toda América Central e o Caribe (estas últimas, além disso, sofrem com a acentuada queda de ingressos pelo turismo externo). As contas nacionais se ressentiram de arrecadações menores. E a situação do mercado mundial consente cada vez menos uma saída baseada num novo ciclo de endividamento. As emissões de títulos de dívidas realizadas em 2009 foram dominadas pelos países imperialistas (os EUA lançaram mais de US\$ 2

---

<sup>52</sup> Argentina vende farinha e soja, milho e trigo. Só depois vem, na sua pauta de exportações, um produto manufaturado: automóveis de 1.5 a 3.0 de potência. Brasil tem uma pauta semelhante: os primeiros lugares nas exportações são para os minerais ferrosos, os derivados do petróleo, a carne e as aves. E, só depois, os automóveis. Esses são os países mais “desenvolvidos” da América do Sul. Chile vende mineral de cobre e seus derivados, depois outros metais e, finalmente, pasta química de madeira. Colômbia baseia suas exportações em combustíveis (46% do total), café, matérias plásticas, pérolas finas e flores (é óbvio que as exportações de cocaína não são computadas oficialmente, mas não deixam de ser exportações primárias).



trilhões, dentro de um total de US\$ 3 trilhões na OCDE), deixando pouco espaço para os “emergentes”.<sup>53</sup> A dependência financeira da região é a sua grande vulnerabilidade, somada ao escasso desenvolvimento do mercado interno e à crescente fuga de capitais, vinculada aos mecanismos generalizados de “desalavancagem” e de “aversão ao risco”, que provocam uma fuga em direção aos ativos e países “mais seguros”. Nos anos 1990, considerou-se que a forte internacionalização do sistema financeiro era positiva para fugir das crises: hoje se verifica o contrário.

38. Não houve, na América Latina (como houve nos EUA e na Europa), colapso de instituições financeiras importantes. Mas houve as perdas em derivativos no México - US\$ 4 bilhões no último trimestre de 2008 - e no Brasil - estimadas em US\$ 25 bilhões. E ainda é cedo para dizer que na América Latina não haverá colapso financeiro. Com a crise de superprodução artificial e momentaneamente congelada pela intervenção estatal, o excedente de capitais em relação às condições de sua valorização continua a existir, a taxa de lucro ainda não foi recomposta numa

---

<sup>53</sup> O Instituto de Finanças Internacionais do FMI previu que a entrada de capital privado nos “mercados emergentes” cairia para 165 bilhões de dólares em 2009, uma queda forte em relação aos 466 bilhões de 2008, e ao recorde histórico de 929 bilhões de 2007, devido à saída de recursos dos mercados de dinheiro e de capitais em direção dos Bônus do Tesouro dos EUA e outros instrumentos “seguros”.





extensão que permita à economia voltar a funcionar sem a salvaguarda propiciada pela maciça injeção de recursos estatais. À medida que o sistema financeiro se valeu dos recursos injetados pelo Estado para retomar a ciranda da valorização fictícia do capital novas ondas especulativas começaram a se formar nas bolsas de valores e muitas delas retornaram aos mesmos patamares de supervalorização de antes de setembro de 2008. A valorização do IBOVESPA ao longo de 2009 foi de 76% (em dólar, de 130%). A insuficiência da mais-valia extraída perante a massa crescente de capitais sobre-acumulados se impõe, tornando necessário o incremento da exploração do trabalho para restaurar a taxa de lucro, cronicamente insuficiente. O problema do “canal de contágio” da crise é subordinado, diante de uma crise de natureza sistêmica e mundial.<sup>54</sup> As experiências

---

<sup>54</sup> Os ativos financeiros em circulação no planeta alcançaram a cifra de 680 trilhões de dólares para um PIB mundial de US\$ 60 trilhões. O desenvolvimento sem precedentes do capital fictício é índice do grau de sobre-acumulação de mercadorias e de capitais, e do próprio parasitismo também sem precedentes atingido pelo modo de produção capitalista. Até meados de 2009, a crise mundial já tinha custado mais de US\$ 10 trilhões aos governos de todo o mundo, o que corresponde aproximadamente a quase 20% do PIB mundial: os países ricos atingiram um déficit em seu orçamento de 10,2% do PIB. Os bancos credores, o capital financeiro (coração do sistema capitalista mundial), estão tecnicamente falidos. A crise, na verdade, era mundial desde seu início, porque a “bolha” imobiliária não foi apenas norte-americana,



nacionalistas, inclusive as “radicais” dos países andinos, fracassam na tentativa de estruturar um Estado nacional independente, e de iniciar um processo de industrialização capitalista autônomo, derrubando a supremacia do capital financeiro. As nacionalizações têm poupado os bancos, o aspecto decisivo da gestão do capital. Não criaram uma burguesia nacional, nem estruturaram uma etapa de transição nesse sentido, sob hegemonia do Estado. Em vez disso, criaram uma “boliburguesia” (chamada na Venezuela de “boligarcas”), ou o “capitalismo de amigos” da família Kirchner, através da burocracia governamental (que sangra financeiramente o Estado). Nas nacionalizações

---

mas internacional; a especulação nas Bolsas de Valores incluiu também bancos e intermediários financeiros europeus e asiáticos; o mundo está mais “integrado” do que nunca, pela via do comércio exterior e dos fluxos financeiros; finalmente, porque na “arquitetura” financeira mundial os EUA atuam como “compradores de última instância” mediante o financiamento de seus “déficits gêmeos” (fiscal e do balanço de pagamentos) através da captação de capitais, especialmente dos outros países imperialistas. A superprodução de capital foi gerada, e impulsionada para a totalidade do sistema capitalista mundial, pelos EUA e, em menor medida, pela União Européia. É a taxa de exploração na economia de ponta (EUA) que estabelece o preço de produção regulador do mercado mundial e, conseqüentemente o nível da taxa de geral de lucro e o ponto de ruptura do ciclo econômico global. Os EUA, antes até da União Européia, foram os primeiros a manifestar os sintomas da superprodução de capital.



realizadas, os empresários (externos e internos) receberam fortes compensações, até maiores do valor em Bolsa de Valores de seus capitais. O governo Chávez gastou mais de 14 bilhões de dólares par a realização de nacionalizações burguesas, nos últimos anos. O uso dos recursos fiscais extraordinários para compensar os capitais nacionalizados acabou bloqueando a possibilidade de um desenvolvimento econômico independente. O capital estrangeiro, forçado a sair da esfera industrial, retornou sob a forma de capital financeiro, usando as indenizações para a compra da dívida pública. O governo brasileiro pensou poder “navegar” a crise graças aos recordes na exportação de etanol (5,16 bilhões de litros exportados em 2008, de 24,5 bilhões produzidos) e biodiesel, que têm por destino principal os EUA. Os governos “progressistas” latino-americanos vêm batalhando, em diversos fóruns internacionais (OMC especialmente) pela abertura dos mercados dos EUA e da Europa, fortemente protegidos por barreiras tarifárias e não-tarifárias, às exportações primárias da América Latina. A crise revela sua situação de dependência semicolonial.

39. A crise mundial golpeou com força o Brasil, como toda a América Latina. Os superávits comerciais enormes pertencem ao passado, nos últimos meses o país tem registrado déficits fiscais, e a primeira queda absoluta de arrecadação desde 2003. Os subsídios do governo de Lula ao grande capital, industrial e financeiro, somam bilhões de



“renúncia fiscal” e estão comendo as reservas em divisas. Isso estabelece a perspectiva de uma crise financeira (suspensão de pagamentos). Venezuela e Bolívia, quando favorecidas pela conjuntura favorável do mercado mundial, impulsionaram importantes campanhas de saúde e de educação (que nunca seriam feitas pelas velhas oligarquias desses países), mas não avançaram em sentar as bases econômicas da autonomia nacional, para sustentar a longo prazo os planos populares e os programas sociais. Concluíram dilapidando a renda extraordinária (diferencial) da produção mineira, na crença de que os preços internacionais não cairiam nunca. A nacionalização parcial, na Bolívia, das três principais jazidas petrolíferas, não só preservou os “direitos adquiridos” pelos grupos multinacionais que as detinham, também fracassou em manter os investimentos previstos e aumentar a produção. A queda dos preços dos hidrocarbonetos fez entrar em crise as nacionalizações parciais, e abriu a via para uma nova etapa de concessões às multinacionais. O ciclo de grandes arrecadações fiscais está concluindo. As limitadas reformas fiscais, com aumento dos impostos, sobre o petróleo e o gás, ofereceram uma vantagem passageira no marco de preços internacionais elevados. A crise mundial ameaça em especial o governo de Equador, cujo petróleo financia, não só a economia nacional, mas também a dolarização, até agora mantida. Para mantê-la, Correa começou um recorte de importações, e uma moratória da dívida externa (pela primeira vez um



governo de América Latina declarou o caráter ilegítimo e imoral da dívida). Mas o desconhecimento da dívida usurária e ilegítima seria incompatível com a dolarização. No passado, as crises capitalistas mundiais serviram como marco para o surgimento de movimentos e governos nacionalistas (Vargas ou Perón, por exemplo). Hoje, numa etapa de bancarrota generalizada e internacional, a crise revela as limitações desse tipo de governos. Na Argentina as multinacionais estão expatriando capitais (isto é, levando-os para sua própria “pátria”), e ao mesmo tempo demitindo milhares de trabalhadores (na maioria dos casos sem indenização), exatamente as empresas que mais fizeram fortuna com os Kirchners: bancos, montadoras de automóveis, produtoras de alimentos. O governo Kirchner recortou as indenizações trabalhistas, favorecendo sua fantasmagórica “burguesia nacional”, duas semanas antes da vitória eleitoral de Cristina Kirchner (derrotada eleitoralmente nas legislativas de junho de 2009). Na nova Constituição boliviana, por sua vez, se estabeleceu a preservação dos direitos adquiridos pelos grandes proprietários, ou seja, a supremacia do grande capital da soja no Oriente, e a concentração do grande capital agrário na região andina. Desse modo pactuou-se, em nome da “soberania alimentar” (baseada na produção de subsistência) e da preservação do meio ambiente, com os interesses agrários exportadores, e com a produção contaminante pelo uso de agrotóxicos. São, porém, os países mais “desenvolvidos” da



América Latina os mais afetados pela crise mundial. A “periferia emergente” do capitalismo “global” enfrentou, em 2009, pagamentos externos por valor de 8 trilhões de dólares, uma dívida principalmente contraída pelas multinacionais que operam nela, superando em muitos casos as reservas internacionais. Não é verdade, portanto, que no ciclo econômico 2002-2007 as nações dependentes se transformaram e credoras no mercado mundial: com o aumento da dívida privada externa, se mantiveram como devedores netos; os superávits comerciais foram a garantia financeira do endividamento privado. O capital financeiro internacional apropriou-se do excedente comercial gerado pelo aumento dos preços e dos volumes exportados. A crise mundial golpeia à América Latina devido à sua fragilidade financeira e comercial, e à sua fraca estrutura industrial.

40. Os governos da América Latina afirmaram inicialmente que driblariam a crise com a “solidez” das reservas dos Bancos Centrais. Mas a queda das Bolsas regionais, a saída de capitais e a desvalorização das moedas deixaram sem base esses argumentos. Propostas como a da “Declaração de Caracas”, defendendo o fortalecimento da ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas) e o Banco do Sul, e um acordo monetário latino-americano para enfrentar a crise, são crescentemente irrealizáveis. Projetos que não conseguiram avançar durante o período de crescimento econômico, ficaram com menos



fundamento sólido diante da crise. A ALCA era um instrumento de pressão (dos EUA) sobre Europa e sobre as economias em transição para o capitalismo, especialmente a chinesa, lhes opondo América Latina como uma plataforma de exportação dos capitais norte-americanos, mas não dava ao empresariado latino-americano a possibilidade de abrir o mercado norte-americano à sua produção agrícola, eliminando os subsídios aos produtores do Norte. A ALCA foi morrendo em meio à crise mundial de 1997-2002 (crise asiática de 1997, crise russa e brasileira de 1999, derrubada da Bolsa de Wall Street em 2000). Depois disso, a integração de América Latina à economia mundial escorou-se no aumento de preços das matérias primas e no crescimento do endividamento (a penetração do capital financeiro na América Latina foi a mais alta da história). Brasil tem agora vencimentos superiores a US\$ 200 bilhões anuais, o que ameaça quebrar o crédito interno. A rodada de Doha, na qual se chegara a um acordo do Brasil com Europa e os EUA, entrou em crise pela oposição da Índia e da Argentina. Brasil acordara com os EUA exportar etanol sem impostos desde América Central, em troca da autorização de inversões norte-americanas na indústria dos biocombustíveis no Brasil. Os projetos unificadores latino-americanos entraram em crise. Gasoduto do Sul, Banco do Sul, entrada de Venezuela ao Mercosul, não saem do papel. A moeda comum Brasil-Argentina seria só um recurso contábil para compensar saldos de pagamentos externos. A



autonomia da ALBA proposta por Chávez é desmentida pelos compromissos simultâneos de seus países com outros acordos. Acentuou-se a cooperação entre Venezuela e Colômbia, justamente quando a segunda está prestes a realizar um tratado de livre comércio com os EUA. O processo econômico opera em favor da desintegração de América Latina. Brasil, por sua vez, reforçou sua aliança financeira com os EUA, em oposição à decisão argentina e chilena de nacionalizar os fundos de pensão privados. Brasil reduziu o consumo e o preço do gás boliviano. UNASUR aparece como um projeto que favorece os interesses do empresariado brasileiro para “integrar” uma indústria militar regional sob seu controle, e para impulsionar gastos em infra-estrutura para suas empresas. Mas pôs o Brasil no limiar da ruptura diplomática com Equador, devido às violações trabalhistas e ambientais da Odebrecht no país (o BNDES respaldou financeiramente a obra com empréstimo de US\$ 243 milhões, que o Equador foi obrigado a quitar). Evo Morales nacionalizou o consorcio petrolero Chaco, do qual faz parte a empresa argentina Bidas, devido à negativa daquele a aceitar os termos das nacionalizações bolivianas. As bandeiras “integracionistas” se transformam crescentemente em ficção política, em face dos conflitos regionais que se acumulam, expressando a defesa dos diversos (e contraditórios) interesses empresariais (burgueses) de cada país. A grande maioria dos militantes e correntes que assistiram à transformação ultra-rápida do centro-esquerda em





agente mais ou menos direto da colonização do continente pelo capital financeiro internacional, buscaram um substituto no nacionalismo chavista, como alternativa continental (defendendo a ALBA). Mas o nacionalismo chavista, essencialmente fiscal, não chega a concorrer, em matéria de uma efetiva política antiimperialista, com o velho nacionalismo burguês das décadas de 1930-1950. E mostrou, mais rapidamente do que aqueles, suas limitações de classe, tentando erguer um sistema bonapartista, baseado no poder pessoal, contrário à liberdade de organização e à independência classista dos trabalhadores. Ora, as próprias condições da crise capitalista mundial levam ao impasse ao nacionalismo, exacerbando a contradição entre sua pretensão, de um lado, de conquistar a independência nacional, e sua política de estrangular a mobilização independente das massas, de outro lado. Ou entre a defesa da “democracia verdadeira”, e sua tendência para a estatização da sociedade, em especial dos sindicatos, das organizações populares, e das empresas recuperadas e estatais. A história volta a colocar a América Latina frente ao mesmo desafio histórico que, faz quarenta anos, teve como saldo uma série de derrotas. A crise mundial em curso faz emergir de novo à superfície a questão da crise de direção da classe operária.

41. Sob nova fachada (e velha direção) o governo norte-americano tenta uma nova ofensiva diplomática e militar na América Latina,<sup>55</sup> em

---

<sup>55</sup> Existe um labirinto de organizações militares dos



condições mundiais desgastadas pela resistência que enfrenta em todo o mundo, especialmente no Iraque e no Afeganistão, e depois da derrota exemplar do golpe militar patrocinado pelos EUA na Venezuela em 2002: ela vai do reforço das bases militares estabelecidas na Colômbia e em outros países da América Central e do Caribe à reativação da Quarta Frota Naval;<sup>56</sup> da formação de um bloco de

---

EUA na América Latina, além de uma dúzia de bases aéreas não oficialmente existentes, radares, centros de mando e outras posições militares, que constituem uma teia de aranha que se estende desde Honduras e El Salvador, descendo até o Equador, Peru, Bolívia e Colômbia e que fecha o polígono ao norte das ilhas de Curaçao, Porto Rico e Bahamas.

<sup>56</sup> Os EUA recriaram a IV Frota para América Latina, com sede na Flórida, que cuidará de navios em atividade na América do Sul, Central e no Caribe, hoje parte da frota do Atlântico. Isto se deu em meio a fatos como a ação da Colômbia contra as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) no Equador, ou o que os EUA chamam de “corrida armamentista” patrocinada pelo presidente venezuelano, Hugo Chávez, e a proposta de Lula de criação de Conselho Regional de Defesa na América do Sul. As embarcações dos EUA em atividade nos litorais da América Latina são, atualmente, onze, e a nova força deverá ser liderada por um porta-aviões nuclear. O objetivo seria auxiliar os EUA nas “atividades de contra-terrorismo”, do qual o imperialismo dá a definição mais abrangente, incluída qualquer forma de resistência popular. Seu quartel-general será na cidade de Mayport, na Flórida. Até hoje, a região estava sob controle da Segunda Frota. América Latina não só “entrou” na crise econômica mundial, mas também na crise política internacional.



governos de sustentação direta do imperialismo estadunidense no continente, composto por México, Colômbia, Peru e países da América Central e do Caribe, aos esforços diplomáticos dos EUA para afirmarem seu poder de tutela sobre a crise de Honduras, legalizando o golpe. Barack Obama confirmou de saída o secretário de Estado de George W. Bush para América Latina (Thomas Shannon), sendo elogiado pelo porta-voz da política externa do governo brasileiro (Marco Aurélio Garcia). Shannon anunciou que daria uma nova oportunidade de reaproximação com os EUA à Venezuela de Chávez. A “nova política externa” do Brasil consiste menos em ser um intermediário entre a ALBA e os EUA (essa é sua ideologia), e mais um sócio menor dos EUA no saque do continente: a ocupação militar do Haiti pelas tropas da ONU, lideradas pelo Brasil, visando o esmagamento da resistência oferecida pela população haitiana à ordem imperialista e o estabelecimento, neste país, de uma zona franca de exploração colonial direta da mão de obra barata do povo haitiano, hegemonzada pelo Brasil e pelos EUA, demonstra esse objetivo. O Brasil busca construir relações com a Venezuela e os demais países da região, visando fazer avançar parcerias que permitam integrar a infraestrutura da região e seu parque produtivo, e assegurar o papel cada vez mais central exercido pelas grandes empresas brasileiras em todo o continente, sobretudo pela Petrobrás, pela Vale do Rio Doce e pelas grandes empreiteiras. A reunião continental de Trinidad-



Tobago, além de alguma aproximação dos EUA com Chávez, intermediada pela diplomacia brasileira, deixou como saldo a iniciativa política de reingresso de Cuba na OEA, o que deixaria o antigo “Ministério de Colônias” como único marco “integrador” real da América Latina (e com os EUA). O governo cubano recusou a iniciativa. O fim do bloqueio a Cuba é apresentado como o “fim da guerra fria na América Latina”. O apaziguamento entre os EUA e Cuba, a normalização de Cuba com a UE, serviriam para estabilizar politicamente à América Latina do ponto de vista dos interesses imperialistas, oferecendo o fim do isolamento de Cuba. O destino de Cuba está, agora, inserido no contexto latino-americano, e também na sua própria crise política interna, contextos que o governo de Raul Castro tenta “navegar” propondo uma espécie de “via chinesa”, com um papel central das Forças Armadas (que controlam mais de 60% da economia cubana). A sucessão de Fidel Castro enfrenta enormes dificuldades: alta dos preços das matérias-primas agrícolas, gravidade dos desastres provocados por três ciclones consecutivos, crise econômica mundial, baixa do crescimento cubano, e forte dependência das importações, fraca produtividade, dualidade monetária e hiper-centralização burocrática. As margens de manobra financeira para implementar as mudanças anunciadas em 2007 com o objetivo de modernizar o aparelho produtivo são limitadas. Em 2008, as importações de alimentos e petróleo representaram US\$ 5 bilhões, o que



corresponde à metade do atual potencial de exportação de Cuba, incluindo a comercialização de bens e serviços à Venezuela. A descentralização dos circuitos agrícolas, o usufruto das terras concedido a pequenos camponeses, a “substituição de importações” apoiada na agricultura privada e a nova política de salários apontam na reativação de uma “economia de mercado”, que cria as bases para uma restauração capitalista. Os trabalhadores passaram a ser pagos de acordo com sua produtividade, com seu salário-base fixado sem consulta às grades salariais nacionais. Diversos sistemas de remuneração começaram a coexistir nas empresas. Mas o contexto para desenvolver uma transição ao capitalismo, como a ocorrida em Rússia e na China, mudou internacionalmente, tanto econômica como ideologicamente. A crise econômica mundial repôs os problemas estruturais do desenvolvimento histórico latino-americano: independência nacional, questão agrária, desenvolvimento industrial autônomo, dependência financeira, miséria social, subordinação política, unidade continental. Em condições de grave crise política, de uma importante experiência das massas exploradas com os processos nacionalistas ou “reformistas” ao longo da última década, criam-se renovadas bases políticas para a luta pela independência de classe, o partido operário, o governo operário e camponês e a unidade socialista da América Latina.



42. O governo Lula destinou na crise, por diversas vias, 300 bilhões de reais a bancos e empresas, utilizando o BNDES e os bancos estatais para recompor, ainda que parcialmente, a oferta de crédito na economia. Este dinheiro tem como origem, principalmente, recursos dos trabalhadores (FAT e FGTS) e da caderneta de poupança. Na outra ponta, uma onda de demissões, sobretudo na indústria, varreu o país, do último trimestre de 2008 até meados de 2009. Muitas empresas que demitiram em massa, como a Embraer, não só receberam recursos e empréstimos subsidiados do governo como, depois das demissões, pagaram altos bônus a seus executivos e ainda remeteram lucros aumentados para seus acionistas no exterior. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de Lula, baixado em 2007, foi uma clonagem do “Avança Brasil”, do governo FHC. Na forma, no conteúdo e até na lista dos projetos. O Avança Brasil foi lançado por FHC em agosto de 1999, seis meses depois da explosão do Plano Real e da mudança da política cambial, com uma pesada depreciação do real, e deixou muitos remanescentes dos seus 365 projetos para serem incluídos no PAC. O Avança Brasil prometeu R\$ 317 bilhões em investimentos (2000-2003) que seriam executados em parceria do setor público com capitalistas privados, em uma quantidade de projetos muito maior do que a do PAC. Este prometeu, com a mesma modalidade de parceria, mais de R\$ 500 bilhões de gastos, com menos projetos. O Avança Brasil foi um grande fracasso, mesmo no vácuo de



uma cavalgar desvalorização cambial. O pagamento do serviço das dívidas públicas mais que dobrou entre 1995 e 2005. Como porcentagem do Orçamento da União, esses gastos de dinheiro público com parasitas saltaram de 18,75% em 1995, primeiro ano do governo de FHC, para 42,45% em 2005, terceiro ano do governo Lula. Atualmente, 60% dos recursos do orçamento federal são destinados ao refinanciamento, amortização ou pagamento de juros da dívida pública. Em quatro anos o governo pretenderia investir R\$ 67,8 bilhões; dividindo esse montante por quatro anos teremos algo em torno de R\$ 16,95 bilhões – um volume próximo do atual. Em meio a termos como “prorrogação”, “reativação” e “ampliação”, a política industrial do governo recauchuta programas e benefícios criados nos últimos quatro anos em sucessivos pacotes de desoneração tributária, sempre acompanhados de cifras na casa dos bilhões de reais. Enquanto isso, os gastos com Previdência e assistência social que correspondiam a 34,05% do Orçamento em 1995, caíram para 31,06 % em 2005. Os “outros gastos” do Orçamento, que incluem saúde, saneamento, educação, transportes, cultura, etc, que correspondiam a 47,20% em 1995, caíram catastroficamente para 26,49% em 2005. Em apenas seis anos – de 1999 a 2005 – o governo brasileiro (FHC e Lula) pagou R\$ 1,2 trilhão para custear as dívidas públicas, equivalente a uma mordida, no período, de 44 % do Orçamento da União. Quase metade de todos os recursos públicos



vão direto para os cofres privados dos parasitas financeiros. Apesar de toda essa sangria, o Estado deve quase R\$ 1,5 trilhão. O grau de crise da sucessão presidencial de Lula se mede pelo fato deste ter imposto (literalmente) ao PT a candidatura aventureira de Dilma Roussef (que até 2001 - véspera da eleição de Lula - militava nas fileiras clientelistas... do PDT), apresentando-a como a “herdeira e continuadora” de sua política econômica, em especial do PAC, um projeto de um projeto, sem qualquer programa para enfrentar a fraqueza, dependência e fragilidade externa da economia brasileira (a não ser vagas e hipotéticas referências à exploração do petróleo da camada pré-sal),<sup>57</sup> e, claro, sem nenhum balanço das pseudo-políticas (capitalistas) de enfrentamento à crise econômica mundial.

---

<sup>57</sup> Que já se anuncia como um novo marco da entrega nacional. A proposta da CPI da Petrobrás, lançada pelo PSDB como palanque eleitoreiro (os roubos na pseudo-estatal devem fazer parecer o mensalão uma brincadeira de delinquentes juvenis) foi encampada e expropriada... pelo PMDB, “aliado” (na verdade, mandante) do PT e de Lula, para barganhar mais posições no Estado (depois de conquistar as presidências da Câmara e do Senado) e, sobretudo, garantir o avanço da privatização dos recursos naturais do país, através dos leilões e contratos de concessão e partilha. Ildo Sauer, ex Diretor da Petrobrás demitido por Lula, propôs que “o Estado deveria recuperar sua capacidade de planejamento, de estabelecer que país nós queremos para as próximas décadas, ver quanto custa isso e depois determinar o ritmo de produção de petróleo somente para financiar essas coisas. Mas o que estamos vendo





43. Com o aumento do desemprego e os cortes de custos pelas empresas, aumentou enormemente a pressão sobre os trabalhadores para a intensificação do ritmo de trabalho e de sua produtividade, com o objetivo de recompor a taxa de lucro. Em 2004, os trabalhadores de empresas privadas fizeram 114 greves, número que em 2008 saltou para 224 (no setor público, no entanto, o número de paralisações manteve-se praticamente estável, de 185 em 2004 para 184 em 2008). Estão cada vez mais dadas as condições objetivas para

---

é um processo - que exdui a população - de aceleração da definição de um modelo que permita ao governo, no meio do tumulto eleitoral, leiloar alguns blocos que provavelmente vão atender às demandas de grupos econômicos internacionais, que, por sua vez, têm vínculos diretos no processo eleitoral. O pré-sal poderá produzir um excedente econômico anual superior a 250 bilhões de dólares, disponível para financiar o desenvolvimento da economia, a distribuição de renda e a construção nacional, além de dar condições do país criar um paradigma mundial na área ambiental, uma transição energética para fontes renováveis, sustentáveis. O povo deveria ser chamado a decidir, em plebiscito, as duas questões fundamentais: a) a retomada do monopólio estatal sobre o petróleo e a sua produção apenas para financiar um novo projeto de desenvolvimento econômico e social; b) a re-estatização da Petrobras e a delegação a ela para executar o monopólio”. O correto seria chamar a uma mobilização nacional pela estatização sem indenização e sob controle operário da Petrobrás, única garantia para dar à nacionalização uma base social sólida: o plebiscito poderia ser uma “arma institucional”, subordinada, dessa mobilização.



um forte movimento dos trabalhadores na defesa de suas condições de trabalho e de vida frente aos efeitos da crise: no segundo semestre de 2009, ocorreram uma série de importantes greves. Grandes categorias, como metalúrgicos, bancários, petroleiros, operários da construção civil e trabalhadores dos Correios, dentre outras, cruzaram os braços, saíram às ruas em defesa de seus salários e direitos e tiveram de enfrentar, não apenas a patronal e o Estado, mas também a burocracia sindical da CUT, da Força Sindical e da CTB. Essas greves fizeram os trabalhadores experimentarem concretamente o papel exercido pela burocracia sindical destas centrais, que utilizaram todos os meios a seu alcance para enfraquecer o movimento, desmobilizá-lo e obrigá-lo a ceder a propostas rebaixadas, da patronal ou do governo. A sustentação material da burocracia sindical encastelada nessas centrais é dependente cada vez menos da contribuição voluntária dos filiados de base, e cada vez mais dos polpudos recursos recebidos pelas mais diversas vias, do capital ou do próprio Estado. Sua dependência em relação ao aparelho de Estado se manifesta nos milhões de reais que recebe do Imposto Sindical, de recursos do FAT e de convênios e contratos celebrados com os mais diversos órgãos do Estado, e nos postos que a burocracia detém em diversos órgãos e conselhos do Estado. Seus laços diretos com a patronal se estabelecem, publicamente, não só em sua participação em conselhos do “Sistema S” e pela celebração de convênios e contratos de todo



tipo, mas, também, notadamente no caso da CUT, pela via do controle dos principais fundos de pensão do país, que hoje detêm, como sócios do capital, mais de 240 bilhões de reais investidos no mercado financeiro, na dívida estatal e na propriedade ou no controle acionário das maiores empresas do país. Embora a Conlutas abranja só uma pequena parte do movimento sindical brasileiro, ela já dirige, ou está presente como oposição organizada, nos sindicatos de maior importância estratégica no país.<sup>58</sup> Já em 2006, chapas da Conlutas assumiram sindicatos estratégicos como os dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Metroviários de São Paulo e parte da representação dos bancários. E fugiu do controle da direção da CUT a greve que parou os bancos em seis estados. O processo de unificação da Conlutas com a Intersindical (cindida da CUT, com

---

<sup>58</sup> Foi relevante a conquista do Andes-SN, em 2009, quando, por meio da mobilização, recuperou o Registro Sindical, ainda que restrito às IES públicas. Grupos de pelegos, com apoio do governo e da CUT, tentaram destruir o Andes-SN pela suspensão de seu Registro Sindical, a criação de um sindicato chapa-branca (Proifes), ungido pelo governo Lula para receber o Registro Sindical, e a consequente desautorização jurídica para o exercício das consignações pelas Seções Sindicais, buscando impor uma asfixia financeira, jurídica e política que terminasse por colocar em xeque a existência – legal e material – do Andes-SN, único sindicato de alcance nacional filiado à Conlutas. A luta impôs um retrocesso aos agentes do governo, embora não total (o Andes-SN continua aliado das universidades privadas).



presença do PSOL e de setores da esquerda petista), e com outros setores, adquiriu importância: ela foi discutida em seminário realizado nos dias 1 e 2 de novembro de 2009, em São Paulo, sendo aprovada a realização de um Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), para o mês de junho de 2010, visando à criação de uma nova central sindical, e eleita uma coordenação provisória. Neste movimento, que concita atualmente a atenção de grandes setores da vanguarda operária e juvenil, está colocada a defesa de um plano de lutas geral da classe operária (em torno das questões centrais do salário, das demissões e do desemprego),<sup>59</sup> da

---

<sup>59</sup> No Brasil, em uma população economicamente ativa de cerca de 100 milhões de pessoas, há um importante desemprego e subemprego constante. O total de horas trabalhadas semanais é de aproximadamente de 4,16 bilhões. No entanto, com uma jornada de seis horas e a totalidade da mão-de-obra empregada, o total de horas trabalhadas semanais seria 3,9 bilhões, ou seja, 93% do tempo da força de trabalho empregada atualmente. A intensidade máxima do trabalho é uma necessidade exclusiva do capital. A redução da jornada de trabalho, na verdade, aumentaria a produtividade do trabalho, permitindo elevar substancialmente o nível de vida dos trabalhadores. A persistente movimentação das camadas do proletariado, em função das mudanças técnicas e novas necessidades do capital, cria novas diferenças entre os trabalhadores, requerendo a elevação da consciência social e política de seu movimento. Essas diferenciações são utilizadas pelo estado burguês e pelos capitalistas para destruir o movimento sindical, combater a unidade dos trabalhadores e rebaixar em



independência classista (organizativa, financeira e política) das organizações operárias e populares, da chefia política da classe operária na nação oprimida (governo operário e camponês sem representantes do capital) como única saída contra a crise do capital. Os sindicatos da Conlutas não

---

geral o nível dos salários. Contrariamente, a luta pela redução da jornada semanal de trabalho permitiria reduzir a exploração da força de trabalho, pela menor intensidade do ritmo; permitiria gerar milhões de empregos nas indústrias, e reforçar a unidade da classe trabalhadora, pela diminuição da sobrepopulação relativa. Devemos defender: reajuste mensal automático dos salários de acordo com o aumento do custo de vida; recuperação das perdas salariais; incorporação do valor máximo das PLRs e de todos os tipos de bônus ao salário do trabalhador, desvinculando os salários das metas de produção; fim dos bancos de horas; salário mínimo do Dieese; redução de jornada de trabalho sem qualquer redução dos salários de forma a repartir as horas de trabalho disponíveis entre empregados e desempregados; seguro desemprego por tempo indeterminado a todos os desempregados até que sejam incorporados à produção; impostos progressivos às grandes fortunas; não pagamento da dívida externa e interna; plano de obras públicas controlado pelos trabalhadores; reestatização das empresas privatizadas sob controle dos trabalhadores; incorporação dos trabalhadores terceirizados como trabalhadores “efetivos” nas empresas das plantas em que trabalham, com igualdade dos salários e dos direitos (no caso dos servidores públicos, esta incorporação deve se dar sem necessidade de concurso, pois a prática do trabalho já demonstra a capacidade de exercer a função); reforma agrária e crédito barato aos camponeses pobres.



deveriam, sob nenhum conceito, aceitar a redução salarial e da jornada de trabalho para conter as demissões. A onda de demissões deve ser enfrentada com a palavra de ordem de redução da jornada de trabalho sem redução dos salários (escala móvel das horas de trabalho). Segundo o Dieese, o salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 1.980 (a remuneração média do trabalhador nas regiões metropolitanas, de salários mais altos, é de R\$ 1.240, e o salário mínimo é de R\$ 465): deve-se propor a estruturação de um plano de luta nacional contra as demissões, pelo salário, para que os capitalistas paguem a crise – e por uma alternativa operária e camponesa independente. Em primeiro lugar, deve-se organizar uma campanha de denúncia, nacional e internacional, contra a repressão sobre os setores mais explorados do campo encabeçada pelo governo Lula. A “Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo”, uma comissão interministerial criada pela Secretaria de Direitos Humanos (!) do governo Lula, com o apoio da Polícia Federal, Polícia Militar e promotoria agrária estadual, organizou “operações de desarmamento” dos sem-terra no estado de Pernambuco, na operação “Paz no Campo”. Assim como em Pernambuco, onde cinco sem-terra foram assassinados, no Pará, onde Luiz Lopes foi a vítima mais recente, também foi organizada com aval do governo Lula, e do governo estadual do PT, uma operação militar no sul do estado, colocada em prática pela governadora do Pará, Ana Júlia (PT), desde novembro de 2007, semeando o terror nas



populações de sem terra. Segundo a Liga dos Camponeses Pobres, vários camponeses sofreram os piores tipos de tortura, e pelo menos dez sem-terra ligados à ocupações foram assassinados. A Secretaria de Segurança Pública do Estado divulgou uma nota afirmando que a Operação Paz no Campo é uma “demonstração de que o governo paraense não vai tolerar tentativas de poder paralelo que desrespeitem o estado de direito, a tranqüilidade democrática e a paz no campo e nas cidades” (a direção nacional do MST mantém silêncio sobre a questão). No mesmo momento, explodiu o escândalo do “Plano Nacional de Direitos Humanos” e da “Comissão da Verdade”, resultado da pressão constante de vítimas e parentes de vítimas da ditadura, em que a pressão dos chefes militares da ativa (e dos ministérios militares) impôs um recuo não apenas semântico, mas político, de “apuração dos crimes da repressão” para “apuração da verdade nos conflitos políticos” (como se a morte por tortura fosse a expressão de um “conflito político” – a Lei de Anistia brasileira classificou a tortura e os assassinatos cometidos no período militar como “crime político conexo”). Assim como na ditadura, os juizes biônicos estão casando o direito de greve da classe trabalhadora. Eles têm o direito de julgar a ilegalidade das greves, inúmeras greves foram decretadas ilegais. A greve do INSS, que poderia desencadear um amplo movimento nacional de todos os servidores federais, foi declarada ilegal. O branqueamento da repressão militar do passado, como se vê, está a serviço da



militarização da repressão no presente, contra a qual se deve levantar a aliança operário-camponesa e o armamento popular, como muro de defesa da luta dos trabalhadores, e como perspectiva estratégica de poder.<sup>60</sup>

44. A delimitação do nacionalismo e da política burguesa da Frente Popular é a condição para construir partidos revolucionários, e estes são a condição para uma luta conseqüente pela independência do proletariado. A bancarrota mundial do capital e a explosão das contradições do nacionalismo põem a luta pela libertação nacional da América Latina, de novo, no proletariado, e na aliança deste com os camponeses.

---

<sup>60</sup> A edição brasileira de *Le Monde Diplomatique*, franquia autorizada da matriz francesa, fez a apologia do rearmamento do exército brasileiro, definida na Estratégia Nacional de Defesa do Ministério da Defesa. O armamentismo e o militarismo brasileiros estão a serviço da repressão dos explorados (como se vê no Norte-Nordeste), não a serviço de um eventual enfrentamento com as tropas de Uribe (nem falar do exército norte-americano). O Brasil (de Lula e Nelson Jobim) propõe um Conselho Sul-Americano de Defesa, complementar à UNASUR, que “integraria” as Forças Armadas dos diversos países. O projeto tem apoio político dos EUA (já desde o governo Bush), e “integraria”, claro, o exército colombiano, o segundo em poder de fogo do continente (depois do brasileiro). A “esquerda” faz renascer o militarismo de casta, de conteúdo repressivo, e incapaz, como diversas vezes demonstrado, de defender à nação contra o imperialismo.





É necessário aproveitar a crise do capital e a luta de massas que suscita, e a crise do nacionalismo, para chamar os operários mais avançados e combativos a agruparem-se em torno a um novo eixo histórico: o socialismo revolucionário e a construção de partidos operários revolucionários. O partido é o programa, não pode ter por base sólida a apelo à luta imediata, que só oferece resultados efêmeros. A luta pelo poder é uma atividade de preparação política sistemática. A única base séria para o programa é o marxismo revolucionário, que sofreu de uma descontinuidade política crônica no Brasil. O PCB, fundado em 1922, não conseguiu superar a sua debilidade política, ideológica e organizativa antes de ser estraçalhado pela burocratização stalinista, no final da década. Com a stalinização da Internacional Comunista, inclusive do PCB, a bandeira revolucionária passou para as organizações que romperam com a IC, constituindo a IV Internacional em 1938. Diversas circunstâncias impediram que a IV Internacional cristalizasse como programa e organização revolucionária no Brasil. A LCI, da década de 1930, frustrou-se não só devido a repressão de 1935/1937, mas também devido a divergências políticas internas (atitude frente à ANL) e, sobretudo, internacionais: Mário Pedrosa, seu principal dirigente, rompeu com a IV Internacional para aderir à fração social-democrata de Schachtman. O PSR, com Hermínio Sacchetta, que substituiu a LCI na década de 40, defendeu a independência de classe frente ao PCB e à



“Vanguarda Socialista” (que chamou a votar Eduardo Gomes, candidato burguês, na “redemocratização”), mas não sobreviveu à crise da IV Internacional em 1952/53, com o surgimento do “pablismo” (o grupo de Sachetta evoluiu para o “luxemburguismo”, antes de se dissolver). O dirigente do Secretariado Internacional “pablista” na América Latina - J. Posadas - impulsionou o POR no Brasil nos anos 50, conquistando influência em meios operários - Olavo Hansen (metalúrgico/SP) e Jeremias (sindicalista agrário de Pernambuco), militantes do POR, foram assassinados pela ditadura - e também intelectuais. O POR oscilou entre o apoio ao nacionalismo - chegou a chamar a votar a Jânio Quadros em 1953 - e a auto-proclamação sectária, que deu lugar ao “posadismo”, transformado em sinônimo de sectarismo alucinado. Nos anos 60, o POC (Secretariado Unificado da IV Internacional) foi vítima da aventura foquista impulsionada por essa corrente internacional. Na recomposição das lutas contra a ditadura, a constituição da OSI - “O Trabalho” (1975) na linha da luta por um partido operário, lhe deu um importante papel nas lutas estudantis no final da década de 1970, frustrado pelo sectarismo oportunista que levou à OSI a oscilar entre qualificar o PT de “articulação burguesa que joga um papel de apoio à ditadura, inspirada nos bandos de gangsters do sindicalismo peronista”, para depois entrar no PT numa linha oportunista, até se transformar numa seita conservadora. A Convergência Socialista passou da



defesa do “programa democrático há tanto tempo assumido e defendido pelo MDB”, para o PT, depois de tentar criar um “amplo e democrático Partido Socialista no Brasil, usando para isso mesmo as leis vigentes no país”, na época da ditadura. A Democracia Socialista, representante do Secretariado Unificado da IV Internacional, adaptou-se tanto à direção petista até perder toda independência política em relação a ela. Com semelhante heterogeneidade (oportunista) nunca houve algo como um “ala trotskista” do PT, o que facilitou enormemente a adaptação do partido à ordem burguesa-imperialista. A debâcle teórica e política das correntes que se reivindicam (ou se reivindicavam) do trotskismo e da IV Internacional não foi homogênea nem uniforme, e distinções devem ser realizadas. O fato é, porém, que atualmente mais de uma dúzia de correntes (a maioria grupelhos) se reivindicam genericamente do trotskismo no Brasil (e mais ainda no mundo), e nelas encontramos todas as variantes políticas imagináveis, desde o direitismo conservador até o ultra-esquerdismo puramente verborrágico, tornando estéril qualquer debate nessas bases. A maioria são seitas sem futuro nem presente que, diversamente do “sectarismo” criticado no Programa de Transição da IV Internacional, não recusam o programa transitório (lhe opondo o programa máximo, e “recusando a ponte das reivindicações transitórias, porque não tencionam atravessar o rio”, como faziam as seitas outrora criticadas por Trotsky), aceitam-no formal e



dogmaticamente, e têm um papel conservador, perfeitamente despreocupado de sua intranscendência política crônica, da qual fizeram um modo (e, às vezes, também um meio) de vida. Essas condições tornam penoso em extremo o resgate do programa da IV Internacional (o Programa de Transição), para a atividade revolucionária atual. O programa transitório partiu da contradição entre as condições objetivas e subjetivas (a crise de direção do proletariado mundial) da revolução. O amadurecimento das primeiras se mede pelo grau de internacionalização das forças produtivas (ao longo de todo o século XX, o comércio mundial cresceu mais rápido do que a produção, e as transações mundiais de capital superaram cada vez mais os negócios internacionais de mercadorias) e o reforço simultâneo das fronteiras nacionais, contradição que tornou obsoleto, simultaneamente, o Estado capitalista e a utopia stalinista do “socialismo em um só país”. A imaturidade das segundas, pela demora e derrotas da revolução mundial, frente ao imperialismo capitalista e à burocracia. Trotsky resumiu a questão: “Se o edifício teórico da economia política marxista se apóia inteiramente na concepção do valor como trabalho materializado, a política revolucionária do marxismo se apóia na concepção do partido como vanguarda do proletariado”. Trata-se de verificar a vigência das condições objetivas e subjetivas da revolução na atual etapa histórica para, sobre essa base, colocar as tarefas políticas emergentes. O dogmatismo não é só rejeitável pelas



condições histórico-políticas mudadas, mas por ser rejeitável de um modo geral. O ponto de partida do programa transitório (“Sem vitória da revolução socialista no próximo período histórico, toda a civilização humana está ameaçada de ser conduzida a uma catástrofe. Tudo depende do proletariado, ou seja, antes do mais, de sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária”) está hoje vigente. Assim como seu eixo metodológico central: “A tarefa estratégica do próximo período - período pré-revolucionário de agitação, propaganda e organização - consiste em superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda (confusão e desencorajamento da velha geração, falta de experiência da nova). É necessário ajudar as massas, no processo de suas lutas cotidianas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de reivindicações transitórias que parta das atuais condições e consciência de largas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado”. O Programa de Transição da IV Internacional constitui, por isso, e apesar do “trotskismo” atual, o único ponto de partida sério para o debate acerca da construção de uma esquerda revolucionária no Brasil (na forma de partido) e de uma autêntica Internacional Operária, que



proponha uma alternativa socialista à crise histórica da humanidade.

45. A sucessão presidencial de 2010 se processa em meio a crises, mas a maior crise é a da própria esquerda. A esquerda do PT subordinou-se por completo, e sem emitir queixas, à imposição (*pelo chefe do Estado*) da candidatura de Dilma Rousseff. A direita burguesa se articula em torno à candidatura de José Serra, confiante menos em sua própria força do que nas contradições da esquerda. As especulações em torno da natureza da candidatura da ex ministra petista Marina Silva, pelo PV, carecem de importância diante do fato óbvio de que se trata de uma candidatura 100% burguesa, pelo seu programa e base político-social. Seu principal efeito foi dar um alibi para a renúncia da candidatura presidencial de Heloísa Helena, pelo PSOL, declarando que prefere (“por respeito aos seus eleitores”) buscar um mandato parlamentar federal em Alagoas (ou seja, que a ocupação de uma cadeira parlamentar, sob pretexto de “visibilidade”, seria mais importante que o confronto com a burguesia e seus agentes no terreno político mais aberto, e também mais “visível”, o das eleições presidenciais). Heloísa Helena já declarou seu apóio “pessoal” a Marina Silva (uma resolução do PSOL a caracteriza como “contraditória”, o que, obviamente, nada significa) o que, se encampado pelo PSOL, reduziria o partido a uma força de apóio de uma segunda linha da política burguesa. A esquerda do PSOL (uma



miríade de grupos e grupelhos: no primeiro congresso do PSOL, com 745 delegados, se apresentaram nada menos que 13 teses, correspondentes a 13 tendências, as quais, por sua vez, reúnem diversos grupos organizados) enfrenta essa perspectiva, não propondo uma candidatura operária-camponesa independente (o que a levaria a um confronto aberto, e a uma cisão com data marcada, com a coalizão “parlamentar” que governa o PSOL), mas buscando a candidatura de algum “medalhão”, que mantivesse a presença do PSOL no cenário político, e fosse também potável para as frações dirigentes. A perspectiva do PSOL, para além de pequenas combinações políticas imediatas, é a explosão, ou a sua completa domesticação (incluída a da sua “esquerda”) à ordem prevalecente, como um comparsa “de esquerda” de terceira categoria. O PSTU já lançou a candidatura de Zé Maria, ex-metalúrgico dirigente da CUT e atual coordenador da Conlutas, como candidatura operária e socialista independente, chamando a uma “Frente de Esquerda” com o PSOL e o PCB (e manifestando disposição para abrir mão da candidatura presidencial em favor do PSOL caso este aceite a proposta). Embora apresentado como “socialista”, e “operário independente”, o programa de Zé Maria-PSTU é uma variante extrema da política democratizante, propondo “uma democracia muito superior à atual” (ou seja, que viveríamos em plena “democracia”, só que “inferior”...) – e não a perspectiva estratégica do governo operário e camponês (ditadura do



proletariado). Apesar de ser uma candidatura partidária, a questão central do partido operário (não resolvida no Brasil, longe disso) é driblada pelo PSTU com a proposta de “um programa dos trabalhadores construído coletivamente” – o democratismo formal da proposta esquiva uma definição acerca das questões estratégicas do programa, o caráter de classe do socialismo (o termo “socialismo” é usado até hoje pelo PT como cobertura das piores políticas burguesas), a *expropriação do capital*, o internacionalismo proletário, a unidade socialista de América Latina através do poder operário. Desprovida de uma delimitação de princípios com o democratismo burguês e pequeno burguês, com o nacionalismo e o frente populismo, a “independência de classe” se transforma em uma variante no interior do regime social e político vigente.<sup>61</sup> O fato desta variante ser o principal eixo

---

<sup>61</sup> A delimitação com relação ao nacionalismo chavista ou andino não pode se limitar à denúncia do caráter “burguês” das nacionalizações realizadas por aqueles, como se equivalessem às nacionalizações bancárias realizadas por Obama e Gordon Brown; ou como se diante do “socialismo”, todas as outras classes sociais, e suas variantes políticas, fossem, *a la* Lassalle, uma “massa reacionária única”. Como ideologia, e como política, isso não serve para emancipar às massas exploradas do controle político do nacionalismo, que constitui, para elas, sua primeira grande experiência política. A coisa piora quando a Conlutas, sob impulsão do PSTU, realiza uma conferência sindical latino-americana (2008), posta sob a palavra-de-ordem “por uma segunda independência”, perfeitamente “bolivariana” e, sobretudo, perfeitamente burguesa.





político atual dos trabalhadores e da juventude classista e socialista, não faz senão sublinhar mais ainda a ausência do marxismo revolucionário no cenário político do Brasil. A constituição de um núcleo, inicialmente, e de uma corrente orientada por esse programa e perspectiva estratégica não é uma tarefa de gabinete, nem de intervenção empírica em (algumas) lutas, mas de elaboração militante de um programa e de uma política baseados na teoria da revolução permanente, cuja expressão programática é o programa de transição, no balanço da luta de classes nacional e internacional, e na organização de núcleos militantes dotados dos meios, embora inicialmente modestos, para dá-los a conhecer no interior da vanguarda operária e lutadora. Essa é a tarefa que cabe realizar, no país, no marco da gigantesca luta mundial colocada pelo declínio histórico, e hoje crise manifesta, da civilização imperialista e da sociedade do capital.





